



ANTÔNIO CARLOS BATISTA DE SOUZA

MICHEL JUSTAMAND

THARCÍSIO SANTIAGO CRUZ

ORGANIZADORES

# faas 26

Fazendo Antropologia  
NO ALTO SOLIMÕES



ALEXA  
CULTURAL

EDUA  
EDITORA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO AMAZONAS



**Fazendo  
Antropologia no  
Alto Solimões**



# COMITÊ CIENTÍFICO ALEXA CULTURAL

## Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

## Vice-presidente

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

## Membros

- Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)  
Alfredo González-Ruibal (Universidade Complutense de Madrid - Espanha)  
Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)  
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)  
Arlete Assumpção Monteiro (PUC/SP - São Paulo/SP)  
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)  
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)  
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)  
Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica - Costa Rica)  
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)  
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)  
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)  
Evandro Luiz Guedin (UFAM – Itaquatiara/AM)  
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)  
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)  
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)  
Graziele Açcolini (UFGD – Dourados/MS)  
Iraíldes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)  
José Geraldo Costa Grillo (UNIFESP – Guarulhos/SP)  
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Leticia/Amazonas – Colômbia)  
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)  
Karel Henricus Langermans (Anhanguera – Campo Limpo - São Paulo/SP)  
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)  
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)  
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)  
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)  
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)  
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)  
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)  
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)  
Michel Justamand (UNIFESP - Guarulhos/SP)  
Miguel Angelo Silva de Melo - (UPE – Recife/PE)  
Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)  
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)  
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)  
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)  
Renata Senna Garrafoli (UFPR – Curitiba/PR)  
Renilda Aparecida Costa (UFAM – Manaus/AM)  
Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)  
Sebastião Rocha de Sousa (UEA – Tabatinga/AM)  
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ) – Rio de Janeiro/RJ)  
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)  
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)  
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

## COMITÊ EDITORIAL DA OBRA

- Adailton da Silva (UFAM - Benjamin Constant/AM)  
Gilse Elisa Rodrigues (UFAM - Benjamin Constant/AM)  
Josenildo Santos de Souza (UFAM - Benjamin Constant/AM)  
Michel Justamand (UFAM - Benjamin Constant/AM)  
Tharcisio Santiago Cruz (UFAM - Benjamin Constant/AM)

Antônio Carlos Batista de Souza

Michel Justamand

Tharcísio Santiago Cruz

Organizadores

**Fazendo**  
**Antropologia no**  
**Alto Solimões** 



**ALEXA**  
Embu das Artes - SP  
2020



© by Alexa Cultural

**Direção**

Gladys Corcione Amaro Langermans  
Nathasha Amaro Langermans

**Editor**

Karel Langermans

**Imagem de Capa**

Ismael da Silva Negreiros

**Gravura**

Mariene Mendonça de Freitas

**Revisão Técnica**

Adailton da Silva, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz

**Revisão de língua**

Sandra Oliveira de Almeida, Shigeaki Ueki Alves da Paixão e

Vânia Cristina Cantuário de Andrade

**Editoração Eletrônica**

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S428a - SOUZA, Antônio Carlos Batista de  
J276m - JUSTAMAND, Michel  
C579t - CRUZ, Tharcísio Santiago

Fazendo Antropologia no Alto Solimões 26, Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz - organizadores, Alexa Cultural: São Paulo, EDUA: Manaus, 2020

14x21cm - 220 páginas

ISBN - 978-65-87643-24-3

1. Antropologia - 2. Estudos de casos - 3. Solimões (AM) - I. Sumário  
II Bibliografia

CDD - 301

Índices para catálogo sistemático:

Antropologia

Solimões (AM)

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610  
Os artigos contidos neste livro são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Nenhuma parte desta obra deve ser reproduzida por meio impresso ou eletrônico sem a devida autorização expressa do editor e dos organizadores.

**Alexa Cultural Ltda**

Rua Henrique Franchini, 256  
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140  
alexa@alexacultural.com.br  
alexacultural@terra.com.br  
www.alexacultural.com.br  
www.alexaloja.com

**Editora da Universidade Federal do Amazonas**

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,  
n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM  
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio  
Filho, Centro de Convivência – Setor Norte  
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290  
E-mail: ufam.editora@gmail.com

# Revolta a carregar!

*Vitor Luiz Alves*

O mundo tá osso graças ao moro,  
Quanto à democracia com lágrimas no rosto,  
Vai se esvaindo ...  
Escorrendo ao poço, mas cuidado seu moço,  
Se ficar falando pode ser confundido e até levar o 80 tiros e ser mais uma  
vítima do racismo.

De novo tá osso,  
Mas seu presidente acha pouco,  
É hora de passar a boiada,  
Amazônia não precisa ser cuidada,  
É só tirar o índio de lá se precisar,  
Tem a bancada da bala pra ajudar.

O povo sem memória sofre de falsidade ideológica, tradições e costumes?

Jogados fora!  
Sempre querendo agradar  
“Para minha festa à fantasia, vou vestir um cocar”.  
Burguesia fria, não vê problema em atear fogo em índio,  
Nós não nos esquecemos do Galdino.

O sofrimento na vida do índio lutador,  
A destruição do lar,  
Raiz e flora causa a dor nunca mais esquecerei  
E daquele português que uma vez bem eu tratei,  
O cantador já falou  
“o inimigo não tem dó nem pena e ri como uma hiena”

O veneno da zarabatana em minha flecha não foi suficiente,  
Minha mágoa e Vingança serão eternos,  
Alma aflita me fez lembrar dessa estrada que um dia foi Mata,  
Cansado de chorar sempre disposto a guerrear.  
Essa é minha cruz católica que fui obrigado a carregar.

# UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

## CONSELHO EDITORIAL

### **Presidente**

Henrique dos Santos Pereira

### **Membros**

Antônio Carlos Witkoski  
Domingos Sávio Nunes de Lima  
Edleno Silva de Moura  
Elizabeth Ferreira Cartaxo  
Spartaco Astolfi Filho  
Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

### **COMITÊ EDITORIAL DA EDUA**

Louis Marmoz Université de Versailles  
Antônio Cattani UFRGS  
Alfredo Bosi USP  
Arminda Mourão Botelho Ufam  
Spartacus Astolfi Ufam  
Boaventura Sousa Santos Universidade de Coimbra  
Bernard Emery Université Stendhal-Grenoble 3  
Cesar Barreira UFC  
Conceição Almeida UFRN  
Edgard de Assis Carvalho PUC/SP  
Gabriel Conh USP  
Geresa Ferreira PUC/SP  
José Vicente Tavares UFRGS  
José Paulo Netto UFRJ  
Paulo Emílio FGV/RJ  
Élide Rugai Bastos Unicamp  
Renan Freitas Pinto Ufam  
Renato Ortiz Unicamp  
Rosa Ester Rossini USP  
Renato Tribuzy Ufam

### **Reitor**

Sylvio Mário Puga Ferreira

### **Vice-Reitor**

Jacob Moysés Cohen

### **Editor**

Sérgio Augusto Freire de Souza

*Nós dirigentes da coleção, partícipes da comissão editorial da obra e organizadores:*

*Prestamos nossas homenagens a todas e todos que, infelizmente, morreram em batalha contra a COVID-19 na Tríplice Fronteira (Brasil-Colômbia-Peru), na região do Alto Solimões, no Amazonas, no Brasil e em outras partes do mundo.*

*Em especial, homenageamos ao amigo/irmão, colega de trabalho, militante da causa negra, professor, pesquisador, pai, companheiro, que contribuiu em outras edições da coleção FAAS, Valdemar Gomes de Sousa Junior, que, infelizmente, nos deixou.*

*A COVID levou.*

*Suas bandeiras e lutas ficaram!*

*Nós as levaremos adiante!*

*Outro mundo é possível, um mundo onde caibam todas e todos!*

*Valdemar, presente,*

*Sempre!*



## **Construindo pontes no Alto Solimões – FAAS 26**

*Antônio Carlos Batista de Souza*

*Michel Justamand*

*Tharcísio Santiago Cruz*

Lá se vão oito anos da primeira edição do que veio a ser a Coleção de livros ora em andamento. Em 2012, lançamos dois volumes, *Antropologia no Alto Solimões* e *Fazendo Antropologia no Alto Solimões*. A primeira tinha como interesse divulgar os trabalhos originais, dos primeiros egressos do Curso de Antropologia, da unidade avançada do Alto Solimões, Instituto de Natureza e Cultura – INC, em Benjamin Constant, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Primeiro curso de graduação, em universidades federais, da área de Antropologia.

Foram seis ensaios publicados ali. Os antigos estudantes, hoje, são partícipes da sociedade, apresentam suas contribuições em instituições públicas, como a prefeitura da cidade, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI e, até mesmo como docentes, na UFAM, em Benjamin Constant.

O segundo volume editado leva ao público os mais amplos debates, questionamentos e reflexões de professores recém-incorporados aos quadros institucionais, da UFAM, em Benjamin Constant. Docentes egressos de instituições amazônicas, como a própria UFAM, mas também de outras, do país.

De lá para cá foram mais 23 volumes, até 2019, assim, em 7 anos tornamos públicas 25 edições da Coleção FAAS. Já discutimos em números especiais sobre educação, gênero, interdisciplinaridade. Temas como as questões indígenas, negras, LGBTQ+, integraram nossas linhas textuais. Não tínhamos a menor ideia de que isso ocorreria, em 2012. Lá, rimos bastante, festejamos, choramos e brincamos juntos, docentes e discentes, do curso. Essas ações nos ajudaram a pensar em construções

de pontes interdisciplinares. Pontes que nos levaram a chamar outros pesquisadores, com suas ideias e pesquisas, para contribuir e participarem das nossas obras.

Participaram colegas pesquisadores de vários estados do país, instituições e de outros países, como Argentina, Colômbia e Peru. Somos muito felizes em termos essas contribuições diversas, intensas e importantes, revelando nosso ponto de vista holístico, como propôs Paulo Freire, que deveríamos ter uma educação que partisse do local para o internacional, mas com vistas a seu retorno ao local.

Assim, após essa breve retrospectiva, necessária ao entendimento do que está por vir...

Apresentamos esse volume, composto por 12 artigos que se transformaram em capítulos. Eles tratam de questões como as de gênero, mulheres, ensino de Ciências Ambientais, Comunidades de Várzea, Meio Ambiente, Diálogos entre Amazônia e África, Trabalho Informal, o tempo como símbolo social, qualificação profissional, representação do sagrado feminino na xilogravura, análise ambiental, ensaio fotográfico de hip-hop amazônico, diálogos com os yanomami e as relações entre Antropologia e Marxismo.

Agradecemos cada autora e autor com suas temáticas que contribuíram para a confecção desse novo tomo da coleção *Fazendo Antropologia no Alto Solimões*. É um tremendo prazer tornar manifesto esses escritos. Sonhamos que se tornem influentes e uteis em suas áreas de pesquisa, leitura.

Feitas as devidas apresentações da coleção, dos temas dessa edição, e nossos desejos de boa leitura. Reforçamos nossos mais sinceros votos a todas e todos leitores!

## Sumário

Revolta a carregar!

*Vitor Luiz Alves*

- 7 -

Construindo pontes no Alto Solimões – FAAS 26

*Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz*

- 11 -

O olhar sobre as mulheres na formação do  
pensamento social da Amazônia

*Alessandra do Amaral Sales e Iraíldes Caldas Torres*

- 15 -

O uso da Percepção Ambiental no Ensino  
Transdisciplinar das Ciências Ambientais

*Ana Cláudia Ferreira Olímpio, Miriam Aline Coelho R. da Silva,*

*Edivânia dos Santos Schropfer e Lúcia Helena Pinheiro Martins*

- 29 -

Família, Produção e Trabalho em Comunidades de Várzea

*Antônio Carlos Batista de Souza*

- 45 -

Amazônia: cooperação internacional e meio ambiente

*Camila Marques Maton*

- 61 -

Diálogos entre África e Amazônia: as experiências missionárias  
da “Tutela” e da “Promoção Humana” e seus desdobramentos na  
formação de vozes públicas em sociedades pós-coloniais

*Patrícia Teixeira Santos e Guilherme Gitahy de Figueiredo*

- 75 -

O perfil do trabalhador informal do Lago do Limão em 2019

*Sarah Ewellin da Silva Ribas, Armando Clóvis Marques de Souza e*

*Kamilla Ingrid Loureiro e Silva*

- 85 -

O Tempo como símbolo social, resultado de um  
longo processo de aprendizagem

*José Lino do Nascimento Marinho*

- 107 -

Qualificação técnico-profissional e trabalho:  
uma reflexão na dinâmica do mercado de trabalho da era digital na  
Hinterlândia Amazônica

*Leonor Farias Abreu e Nelson Matos de Noronha*

- 121 -

A representação do sagrado feminino através da xilogravura

*Lílian Freire Noronha*

- 137 -

Construção Urbana e/ou Destruição Ambiental?  
percepção sobre um “parque” que virou passeio

*Lupuna Corrêa de Souza, Gercicley Rodrigues dos Santos e Ronald Rosa de Lima*

- 153 -

A ousadia do Hip Hop !: imagens da cultura urbana na  
cidade de Manaus - AM

*Sidney Barata de Aguiar e Michel Justamand*

- 171 -

Diário de campo Pukima Beira

*Thamirez Lutaif*

- 185 -

Antropologia e Marxismo: de Karl Marx a Maurice Godelier

*Tharcísio Santiago Cruz*

- 199 -

Sobre os autores

- 211 -

## **O olhar sobre as mulheres na formação do pensamento social da Amazônia**

---

*Alessandra do Amaral Sales  
Iraildes Caldas Torres*

### **Introdução**

O olhar sobre a Amazônia durante muito tempo foi baseado nos escritos dos naturalistas e cronistas que caracterizaram os indígenas como sendo aqueles de raça inferior ou pertencente a uma sub-raça, com fins de atender aos interesses econômico, social e cultural dos colonizadores europeus, que buscavam dominar e explorar as terras recém-descobertas.

É assim que, inicialmente, homens e mulheres amazônicas foram interpretados pela via biológica, onde eram considerados como parte da própria natureza e não como sujeito central do universo amazônico. Em seguida, a partir do determinismo geográfico do clima quente que tornava as pessoas preguiçosas, do Infernismo das doenças tropicais e do edenismo que concebeu a Amazônia como O “Jardim das delícias” o homem amazônico será colocado entre parênteses ou em suspensão, desarticulado do contexto histórico que o formou.

O rigor científico como verdade absoluta se encarrega assim, de extirpar a história das minorias sociais, a reificação das diferenças étnicas, os paradoxos e as discontinuidades tão presentes nos processos sociais. Seus escritos refletem a necessidade de sistematizar as informações obtidas sobre o “novo mundo” de modo a referendar sua apropriação.

São construídos então, padrões normativos onde se definem “regras para o que ‘olhar’, por que ‘olhar’ e como ‘olhar’” (JUNIOR,2011,p.41) que contribuíram para organizar as impressões daqueles viajantes, bem como, para assegurar a instalação do poder nas terras recém-descobertas. Assim,

para justificar a necessidade de dominação, os indígenas foram apresentados ao mundo como indolentes, preguiçosos, sem alma e não pertencentes à raça humana.

No caso das mulheres indígenas, refletir sobre sua presença na história da Amazônia Brasileira implica analisar os mais variados estereótipos que recaem sobre elas desde o período da colonização e que não expressam a multiplicidade de papéis que exerceram e ainda exercem dentro de suas comunidades e que demonstram como as mulheres amazônicas reescrevem sua história.

### **As indígenas e olhar dos cronistas e viajantes: exóticas e lascivas**

Em virtude do projeto de apropriação da riqueza natural da Amazônia foi construído todo um discurso ideológico que inferiorizou o indígena e o seu modo de viver e de pensar sobre as coisas. Ao enquadrar o indígena dentro de um padrão de raça inferior ou de sub-raça pretendeu-se alcançar o domínio econômico, social e cultural dos europeus através da dominação, exploração e expansão do catolicismo. O discurso construído sobre o “outro” serve então para justificar a prática da dominação sobre os povos amazônicos.

Por adorarem diversos deuses, os indígenas foram concebidos como seres sem alma, pagãos, fora do mundo da raça humana e por isso, um povo sem regime moral, em contraposição à visão cristã disseminada pelos europeus colonizadores, sendo necessária a intervenção religiosa para firmar a hegemonia católica através da “conquista da alma”.

O discurso judaico-cristão da Igreja, gestado no período medieval pelos homens daquela época, reafirmou sobre a mulher o papel de mãe e cuidadora, e impôs sobre ela a representação de um “corpo” ligado a vida religiosa e doméstica, reforçando atitudes, crenças e códigos nas sociedades que se seguem.

A Igreja encarrega-se de construir um discurso depreciativo e estereotipado dos indígenas, em especial, as mu-

lheres, baseando-se nos relatos dos navegantes e cronistas que apresentaram em seus escritos costumes diferenciados dos povos, em contraposição aqueles do europeu colonizador, sendo o ritual do canibalismo realizado pelas mulheres uma espécie de barbárie dos povos das novas terras.

Deriva-se daí a ideia do modelo cristão da Virgem Maria sexuada, submissa, obediente, silenciosa e da Eva pecadora, a mulher mundana, que evoca o erotismo e o desejo carnal e que tem na imagem de Maria Madalena seu grande exemplo. Daí os corpos desnudos das indígenas serem considerados como “diabólico, provocativo e pecaminoso” (TORRES, 2005,p.72) e motivo para desvirtuar os homens bons do seu intuito primeiro que seria a colonização.

Tais diferenças eram entendidas como capazes de desvirtuar os homens brancos, pois eram consideradas “desvio de fé, transgressões capazes de conduzir os americanos ao inferno” (RAMINELLI, 1997,p.) e assim, reafirmou-se a misoginia, a subalternização e a inutilidade das mulheres.

Desde a Antiguidade vários discursos foram construídos a partir da ideia de que a desigualdade entre os gêneros é algo natural. Eles integraram-se a prática social e passaram a determinar a vida de homens e mulheres através de fragmentos da natureza, da religião e do político que contribuem para legitimar a superioridade masculina. De um viés puramente biológico acrescenta-se uma justificativa de fundo cultural para referendar a diferença instituída socialmente entre pessoas de sexo opostos.

A forma como a mulher amazônica foi visualizada no decorrer da história levou em consideração os aspectos políticos, sociais e econômicos que perpassaram o processo de conquista e colonização da América, em especial da Amazônia brasileira, pois a concepção de mulher estava diretamente relacionada a tradição europeia de inferiorização do feminino, recaindo sobre as índias uma dupla carga de preconceito: o étnico e o de gênero. Torres (2008,p.181) sugere que,

Colocar o dedo na ferida que emoldura a imagem da mulher no espelho do homem branco é fustigar a memória e olhar no retrovisor da história e ver que a colonização é o fitão que tece a imagem da mulher amazonense nos dias atuais.

Sabe-se que os estudos sobre as mulheres no período da colonização da Amazônia são quase inexistentes refletindo que a palavra escrita, principalmente da História, sempre foi produzida pelos homens, brancos e letrados, e como tal, ligada aos grandes feitos e trunfos com a pretensão da superioridade e da hegemonia masculina.

Por não estarem dentro dos padrões da mulher europeia, as indígenas foram consideradas como exóticas lascivas e estimuladoras dos vícios v da carne. Justificava-se tal padrão em virtude do clima ser exageradamente quente, uma constante nudez e a ignorância dos povos sobre a existência de um Deus único, bem como, a falta de leis.

Apesar da indignação, a nudez amazônica era admirada pelos europeus, que consideravam as indígenas ainda mais bonitas que as mulheres deixadas na Europa. Caminha ao descrever a genitália feminina indígena, relata que “sua vergonha (é) tão graciosa, que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela” (CUNHA, 1994,p.155).

Para os indígenas, a nudez e, conseqüentemente, o sexo e a sexualidade fazem parte de sua natureza, não servem para causar provocações ao sexo oposto. Ao contrário, andar nu fazia parte de seu cotidiano e a forma como a comunidade estava organizada referendava tal comportamento. Costa (2005, p.94) afirma que “na visão indígena em função da pessoa humana ser uma entidade totalizante, sua sexualidade é vista como parte de sua natureza e, portanto perfeitamente natural e espontânea”

Contrapõe-se, assim, ao pensamento europeu, que relacionava o corpo, em especial, o das mulheres, ao pecado, a lascívia, a luxúria, ou seja, a um caminho para o pecado/in-

ferno, devendo cobrir-se totalmente evitando a transgressão social e reforçando o pensamento misógino europeu, advindo principalmente da igreja.

### **O feminino indígena na leitura de Padre João Daniel: breves considerações**

Todo o imaginário social construído pelos europeus sobre os índios, dentro de uma perspectiva interdisciplinar, tornou-se para além de um constructo irreal, resultado das visões etnocêntricas e preconceituosas típicas dos códigos morais dominantes do século XVI e VXII.

Ao se conceberem como superior aos demais, os europeus colocaram um grupo no centro de tudo, limitando ou impedindo qualquer outra possibilidade de existência de outros povos, outras culturas e assim ao despreverem os povos da Amazônia a partir de seus próprios referenciais teóricos e ideológicos, como sendo figuras desprovidas de cultura e crenças, antropófagos, preguiçosos e selvagens, e não levaram em consideração as configurações econômico-sociais e culturais que direcionavam a organização desses povos.

No que diz respeito às mulheres pode-se apontar diversas lacunas deixadas por aqueles que apresentaram a Amazônia para o mundo, em especial, no que refere-se ao seu ocultamento ou exclusão na produção do conhecimento. A ausência de informações revela a excessiva naturalização como as mulheres eram vistas, bem como, “pode ser um bom indicativo para a investigação; o importante é interrogar o sentido do silêncio e sua historicidade”. (COSTA, 2005,p.26)

Nas entrelinhas do silenciamento observa-se uma abordagem que marca a forma estereotipada como as mulheres eram vistas e tratadas, confinadas numa história onde se tornaram meros objetos sexuais seja por sua sexualidade exacerbada, seja por terem sofrido todos os tipos de abusos por parte dos europeus.

A vivência de Padre João Daniel na região e o contato direto com as populações tradicionais contribuiu para que

o mesmo construísse e apresentasse observações bastante diferenciadas daquelas apresentadas pelos cronistas e viajantes, que basearam suas considerações sobre a figura indígena a partir de referenciais teóricos e ideológicos pré-estabelecidos.

Em seus escritos Padre Daniel apresenta com detalhes o modo de vida dos índios viventes no Amazonas no século XVIII. Reconhece os indígenas como povos naturais desta Terra e contrapõe-se aos mais diversos relatos dos cronistas, apresentando um olhar mais humanizado sobre esses povos, discordando da ideia difundida de que estes não tinham alma.

Daniel nega a existência de raças superiores e inferiores e evidencia que esta seria uma estratégia para encobrir os insultos e crueldades vivenciados pelos indígenas pelos europeus colonizadores. Torres (2015, p.15) acerca disso aponta que “uma das maiores contribuições do missionário jesuíta foi justamente ter reconhecido que os indígenas possuem outra lógica de pensamento e de vivência da vida”.

O olhar sobre as mulheres indígenas também merece especial destaque na obra de João Daniel, mesmo que sob uma perspectiva fortemente marcada pela moral cristã. Diferente dos relatos anteriores ressalta sua beleza física chegando a compará-las às as mulheres brancas europeias quando refere-se que “algumas fêmeas há que, além de suas feições finíssimas, tem os olhos verdes, e outros azuis, com uma esperteza e viveza tão engraçada, que pode ombrear com as mais escolhidas brancas”. (DANIEL, 2004, p.265).

Reconhece a excessividade de trabalho a elas destinado e justifica a lascívia feminina tão exaltada por outros escritos como resultado do abuso constante dos homens europeus, quando assim refere-se,

E o vício da carne neles tão usual, e comum, que o não tem por vício [...] Mas não é muito de estranhar neles está fragilidade, tanto mais desculpável neles, quanto mais brutos: menos desculpas tem os brancos, cujo conhecimento, fé, leis e pregadores lhes intimam o procedimento que devem ter por reverência a Deus [...] e contudo vivem como ateus, e talvez pior que os tapuias. (DANIEL, 2004,p.282)

Ao se pensar na forma como socialmente a Amazônia foi construída pode-se visualizar que as mulheres tiveram papel específico, de forma a referendar a estrutura de poder advinda dos europeus, sendo a necessidade de ligar a sua imagem ao erotismo, a lascívia e a promiscuidade uma realidade constante. Torres (2005,p.27) sobre isso afirma “a estratégia sexista do poder local, em requisitar a participação da mulher no projeto de reprodução física da Amazônia, se faz acompanhar de uma política de difamação moral da mulher índia associada a promiscuidade sexual.”

A conversão ao catolicismo através do batismo tornou-se então a estratégia estabelecida para garantir a nucleação do espaço a partir do casamento das indígenas com os europeus colonizadores de forma legal e reconhecida socialmente, ou seja, dentro dos cânones religiosos, evitando assim uma prática muito comum naquele período e apontada por João Daniel (2004,p.265) em seu posicionamento “vós dizeis que os índios não são gente: por outra parte abusais, como gentios, ou falsos cristãos, do sexo feminino. Pois uma de duas: ou eles são gente como nós, ou são monstros e macacos”.

O comércio sexual, aqui compreendido como uma estratégia utilizada para promover a política de povoamento na Amazônia representou para muitas mulheres indígenas a única forma de manter-se “viva”. Entra-se então num universo que coloca as mulheres num processo de “simulação dos vencidos” onde a aceitação naquele determinado projeto colonial só ocorrerá mediante tal ação.

O ingresso feminino nesse comércio não ocorria de forma espontânea, como uma ação puramente relacionada ao prazer sexual ou a promiscuidade, ao contrário como uma imposição velada, que refletia a forma discriminatória e preconceituosa como as mulheres amazônicas foram tratadas durante muito tempo, recaindo sobre elas um duplo preconceito: o étnico e o de gênero.

## **Mulheres falando de mulheres: uma realidade vivenciada por Elizabeth Agassiz**

Um segundo expoente no trato das mulheres na Amazônia refere-se aos escritos de Elizabeth Agassiz. Acompanhante do marido, Louis Agassiz, na expedição Thayer que viajou pelo Brasil, estendendo-se do Rio de Janeiro ao Amazonas, Elizabeth ou ‘Lizzie’ como era conhecida, desbrava um universo até então dominado pelos homens: os registros das expedições na Amazônia brasileira.

Transforma a obra “Viagem ao Brasil” seu verdadeiro diário de campo, que com uma escrita informal muito se assemelha às cartas e diários observados, no universo feminino que durante muito tempo foram as únicas formas permitidas as mulheres de exporem seus posicionamentos. Sobre isso Perrot (2007, p.30) afirma que,

Esses diversos tipos de escritos são infinitamente preciosos porque autorizam a afirmação de um “eu”. E graças a eles que se ouve o “eu”, a voz das mulheres. Voz em tom menor, mas de mulheres cultas, ou, pelo menos, que têm acesso à escrita. E cujos papéis, além do mais, foram conservados. São condições difíceis de ser cumpridas.

Sua maior contribuição refere-se à sensibilidade que imprime nas observações feitas sobre o modo de pensar e de viver dos grupos aqui viventes, em especial, às mulheres amazônicas, com quem estabelece uma relação baseada na sua experiência também como mulher, ou seja, seus escritos baseiam-se na tríade da observação, anotação e produção de comentários que trazem nas suas fissuras experiências de seu próprio “fazimento”.

A interação que se estabelece entre as imagens femininas aqui apreendidas, apontam habitantes de um mundo diferenciado, desconhecido em constante interação com a condição de “mulher civilizada”, e apesar de transparecer estabelecer-se apenas em uma esfera individual, transcende-a, pois traz consigo uma gama de significados que concordam e contrapõe-se aos discursos sobre a Amazônia apresentados até então.

Apesar de perceber as mulheres tomando a frente de muitos espaços, ditos propriamente masculinos, como a chefia da família e dos negócios na maior parte dos espaços visitados pela expedição, será na Amazônia que a autora se debruça de maneira mais exitosa ao reconhecer o gozo de uma liberdade que estava acima da média das outras mulheres brasileiras.

Em um período onde o controle do corpo e da intimidade era uma realidade incontestável, Elizabeth coloca em xeque a ideia de que as indígenas eram mulheres oferecidas, ao contrário, aponta a falta de moralidade dos homens brancos e a necessidade de povoamento da região como os principais motivos que levaram as mulheres indígenas a serem visualizadas daquela forma.

Agassiz impressiona-se pela naturalidade com que as indígenas tratam a questão dos inúmeros “filhos sem pai” por lá encontrados, os chamados “filhos da fortuna”, na maioria das vezes filhos de europeus casados ou de padres missionários. Em um dos trechos assim relata,

É habitual que as mulheres índias de sangue mestiço falem a cada instante de seus filhos sem pai; isso num tom sem queixa nem tristeza, e, pelo menos na aparência, sem qualquer consciência de vergonha e de culpa como se o marido estivesse morto ou ausente. Eis um fato de mais triste significação por denotar a mais absoluta deserção do dever. (AGASSIZ, 1975, p.166)

Apesar da naturalidade com que é tratada essa questão pelas mulheres indígenas, a expressão “filhos da mãe”, representa mais que uma metáfora, e sim uma condição de vida a que foram submetidas às mulheres da nossa Amazônia, condição essa justificada, muitas vezes, pelo imaginário, como é o caso dos “filhos do boto” tão conhecidos pelos interiores dessa região, refletindo como o trato com a nudez e com instituições como o casamento para legitimar o nascimento de filhos não fazia parte do quadro moral e de valores entre as populações amazônicas.

Agassiz ainda aponta com entusiasmo a forma como as indígenas possuíam grande habilidade na arte de conduzir

o remo e a rede, igualando-se aos homens em força e destreza e apresentando-a como uma desbravadora dos rios, conforme seu relato a seguir,

Nesta terra tão quente, seria de supor que as mulheres fossem indolentes e moles, e assim o é nas cidades onde têm hábitos delânguida indolência desconhecidos das mulheres de nossos países; no Alto Amazonas, porém, as que são criadas fora das cidades e vilarejos, no meio dos índios, são às vezes muito enérgicas; metem mãos ao remo e à rede tão valentemente como o próprio homem (AGASSIZ, 1975, p. 228).

No que tange a divisão do trabalho, observou ser a mulher a grande responsável pela economia doméstica, revoltando-se ao perceber a inatividade do homem nos afazeres domésticos em contraste com a vida atarefada das mulheres, conforme demonstra a seguir,

Nunca se vê um índio trabalhar nos cuidados internos da casa, não carrega água, nem lenha, e não pega nem mesmo nas coisas mais pesadas. Ora, como a pesca só se dá em determinadas estações do ano, ele gasta a seu bel-prazer a maior parte do seu tempo. As mulheres, ao contrário, são muito laboriosas, segundo dizem, e aquelas que temos diante dos nossos olhos justificam perfeitamente essa boa opinião. Esperança está constantemente ocupada, quer com a casa, quer fora dela (AGASSIZ, 1975, p. 186)

A proximidade que Elizabeth estabelece com as mulheres nessa região, contribuiu para que ela se apropriasse de elementos diferentes daqueles a ela apresentados pela cultura europeia, e assim dá início a um processo de reformulação de suas próprias crenças e valores, repensando sua identidade e sua visão de mundo.

Diante disso, pode se perceber que aquela mulher lasciva, exótica e promíscua em nada se igualava as mulheres fortes, singulares e responsáveis pela condução de suas próprias vidas encontradas pelas terras aqui visitadas, características que causaram em Elizabeth Agassiz um forte admiração por aquelas mulheres.

## **Considerações Finais**

Sabedores somos que a participação das mulheres na história nunca esteve no mesmo grau de igualdade que os homens. Durante muito tempo a História em geral contribuiu para relatar uma visão focada na ação masculina e seus grandes feitos, às mulheres foi relegado o espaço do esquecimento ou da negação e no caso das indígenas da Amazônia brasileira a história não foi diferente.

Sua invisibilização, entretanto não significou que não estiveram presentes no pensamento social que se estabeleceu sobre a Amazônia. Ao contrário os escritos produzidos por cronistas e viajantes destinaram a elas o preconceito e a discriminação, reflexo de uma perspectiva misógina e androcêntrica trazidas pelos europeus colonizadores.

Ao tratarmos de um tema que durante muito tempo esteve envolvido em uma carga de preconceito que se estabelece e materializa-se nas relações sociais construídas dentro da Amazônia, precisamos ter coragem para desvendar as fissuras que se fazem presentes nas tessituras da escrita histórica e que refletem na imagem da mulher amazonense até os dias atuais.

Interessa apontar que o pensamento que se estabeleceu sobre as mulheres amazônicas teve a preponderância do olhar masculino, afinal foram eles aqueles que durante muito tempo dominaram as grandes expedições responsáveis por difundir a imagem da Amazônia no velho continente. Nesse sentido, seus escritos refletem uma determinada visão de mundo e valores que reforçam as relações de poder instituídas no seio das relações de gênero.

Assim ao adotar uma perspectiva de gênero nos estudos sobre a presença da mulher indígena na formação do pensamento social da Amazônia buscou-se estabelecer como se deu a relação de poder entre homens e mulheres no cotidiano do período colonial que, inexoravelmente, reforçou a ideia de inferioridade e discriminação étnico-racial.

Chama-nos a atenção os escritos de Elizabeth Agassiz sobre as mulheres indígenas construídos a partir de sua pró-

pria vivência como mulher que, imbuída de uma sensibilidade diferenciada contrapõe-se aos pensamentos distorcidos que apontam as indígenas como lascivas e “pecadoras”.

Pode-se afirmar que a grande contribuição de Agassiz está na forma como debruça seu olhar sobre a mulher dentro da estrutura social em que estava inserida, onde identificou seu papel social e sua função, bem como, sua forma de resistir às vicissitudes a que estavam submetidas. Reconhece-a como forte, autônoma e responsável por sua própria vida, fato que causou grande admiração.

Apesar de reconhecê-las como fortes, autônomas e responsáveis pela condução de suas vidas, as indígenas não eram tratadas de forma igualitária, sendo ainda o elemento mais submisso das relações sociais que se institucionalizavam naquele momento.

Compreende-se então que o poder do discurso masculino europeu serviu para garantir a reprodução/ manutenção das diferenças entre homens e mulheres, pois está relacionado diretamente a posição que ocupamos nessa relação discursiva. Nos escritos sobre a Amazônia o discurso construído contribuiu para construir uma verdade distorcida sobre as mulheres indígenas que seguem até os dias atuais, haja vista que até hoje a imagem da mulher lasciva e promíscua compromete a presença da mulher nas indústrias do Distrito Industrial.

### **Referências Bibliográficas**

AGASSIZ, Louis e AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Traduzido por João Etienne Filho. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz. A invenção do índio na Amazônia nos relatos da Viagem Filosófica (1783-1792). In CARVALHO JUNIOR, Almir Diniz e NORONHA, Nelson Matos (org). **A Amazônia dos viajantes: história e ciência**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.

COSTA, Heloísa Lara Campos da. **As Mulheres e o Poder na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2005.

DANIEL, Padre João. **Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas**. Vol. I. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2004.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. Traduzido por Angela M. S. Correa. São Paulo: Contexto, 2007.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: DEL PRIORE, Mary (org). **História das mulheres do século XIX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

TORRES, Iraildes Caldas. **As Novas Amazônidas**. Manaus: EDUA, 2005.

TORRES, Iraildes Caldas. A formação social da Amazônia sob a perspectiva de gênero. In: Noronha, Nelson Matos de e Athias, Renato. **Ciências e saberes na Amazônia: indivíduos, coletividade, gênero e etnias**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

TORRES, Iraildes Caldas (Org). **Entrelaçamentos de Gênero na Amazônia: silenciamentos, família, corpo e outras intersecções**. Manaus: Valer, 2015.



## **O uso da Percepção Ambiental no Ensino Transdisciplinar das Ciências Ambientais**

---

*Ana Cláudia Ferreira Olímpio  
Miriam Aline Coelho R. da Silva  
Edivânia dos Santos Schropfer  
Lúcia Helena Pinheiro Martins*

### **Introdução**

Ao longo da História, a educação brasileira foi regida pelos princípios cartesianos de fragmentação do conhecimento, ainda dominante em pleno século XXI, os quais buscaram simplificar os fenômenos complexos, dividindo-os em quantas partes fossem necessárias, para facilitar a análise e compreensão dos mesmos.

Essa forma fragmentada do conhecimento, comumente generalizada e reproduzida pelas organizações sociais e educacionais, também configura o modo de pensar e agir dos sujeitos. Entretanto, diante dos desafios que a globalidade coloca para o século XXI, novas teorias começam a se destacar, como é o caso da Transdisciplinaridade, a qual propõe a religação dos saberes que são geralmente, trabalhados de forma compartimentada (SANTOS, 2008).

É certo que a maneira fragmentada de estudo dos fenômenos complexos acumulou conhecimentos e contribuiu para o avanço e desenvolvimento da Ciência em todo o mundo. Contudo, essa forma de dividir os fenômenos em partes e estudá-los separadamente, ocasionou a subdivisão do conhecimento em áreas, criando um sistema disciplinar com muitas barreiras entre as áreas de conhecimento, dificultando correlações entre os conteúdos aprendidos entre si e o cotidiano vivenciado pelos sujeitos da aprendizagem (SANTOS, 2008).

E como bem destaca Edgar Morin, no livro “Os Sete Saberes” (2007a), o ensino por disciplina, fragmentado e di-

vidido, impede a capacidade que o espírito tem de contextualizar. O contexto tem necessidade, ele mesmo, de seu próprio contexto e, atualmente, o conhecimento deve se referir ao global, ao complexo.

Dessa forma compreende-se que, já não é mais aceitável, na atualidade, uma educação descontextualizada, haja vista que, a representação do real é complexa e trabalhar as Disciplinas de maneira isolada do seu contexto, não é suficiente para sua compreensão. Porém, vale ressaltar que, não se trata aqui de anular a necessidade de separar os conhecimentos em disciplinas em nome do todo, mas sim, de imbricá-los, inclui-los uns nos outros. Pois, como afirma Morin (2015a, p.26), “o conhecimento comporta, ao mesmo tempo, separação e ligação, análise e síntese”. Trata-se, portanto, de propor uma visão complexa, que interconecta, alia e entrelaça os conhecimentos.

Nessa perspectiva, Morin (2015a) elucida a necessidade de reformar o pensamento, por meio do qual seja possível articular e organizar os conhecimentos, explicando a importância da percepção do global e do contexto, correlacionando as disciplinas entre si para uma aproximação do real, conhecendo e reconhecendo os problemas do mundo. Esse é o ponto fundamental da educação, depende da aptidão de cada um na organização do conhecimento.

Neste texto, pretende-se destacar a necessidade de mudança de paradigma na forma de ensinar e aprender, buscando um pensamento complexo, o qual permita reorganizar o saber e ligar os conhecimentos hoje fechados em disciplinas, destacando a importância da transdisciplinaridade no resgate do elo perdido com a prática da fragmentação do conhecimento. Ao mesmo tempo, objetiva-se evidenciar a percepção ambiental como importante ferramenta transdisciplinar para o ensino das ciências ambientais, a fim de despertar a tomada de consciência frente às questões ambientais que se apresentam na atualidade.

O ensino transdisciplinar e a percepção ambiental despontam como poderosos instrumentos na defesa no meio

ambiente, ajudando a reaproximar o ser humano da natureza, visando um futuro com mais qualidade de vida para todos, podendo sensibilizar os indivíduos a terem maior responsabilidade e respeito pelo ambiente em que vivem.

### **Percepção Ambiental**

Antes de falar de percepção ambiental, se faz necessário conhecer a definição de percepção, a qual recebe uma variedade de conceitos, nem sempre consensual. Derivada do latim *perceptio*, a terminologia percepção é explicada por Ferreira (2000) como efeito de perceber. Já para Melazo (2005), perceber é a associação da atividade dos órgãos dos sentidos com as atividades cerebrais.

Campos (2013), ao falar sobre a percepção, destaca que todo organismo vive seu dia a dia relacionando-se com e como parte de um amplo complexo ambiental, a partir do qual recebe informações por meio dos órgãos dos sentidos, as quais são processadas pelo sistema nervoso. Esse processo de recepção e processamento de informações advindas do ambiente constitui-se a percepção.

Nessa mesma linha de pensamento, Addison (2003) também concebe a percepção como um processo cognitivo, que ocorre a partir da captação de informações do ambiente pelos órgãos dos sentidos, às quais são levadas até o sistema cerebral, estruturando a compreensão da realidade de cada sujeito.

Maturana (2014) critica a definição de percepção como uma operação de captação de uma realidade externa, mediante ao processo de recepção da informação. Para ele, é constitutivamente impossível, já que os seres humanos são sistemas dinâmicos determinados estruturalmente e tudo o que acontece neles é determinado a cada instante por sua estrutura. Assim, segundo o autor, o meio pode estimular mudanças na estrutura de um sistema vivo, mas não pode designar essas mudanças.

Partindo dessa análise, o fenômeno conotado pela palavra percepção pode ser entendido como a combinação, feita pelo observador, dos comportamentos regulares distinguidos no organismo observado com as disposições do meio observadas como suscitadora dessas regularidades (MATURANA, 2014).

Maturana (2014) também enfatiza a percepção como a computação de objetos do ambiente pelo sistema nervoso, percebidos pela captação das informações oriundas da interação entre os órgãos sensoriais e o meio. Entretanto, para o autor, é “biologicamente e epistemologicamente inadequada” tal concepção, por assumir que as mudanças em um sistema vivo são determinadas, de alguma maneira, pelo seu meio. Para ele, “o meio não pode especificar o que ocorre a um organismo e invalida os fundamentos de qualquer concepção de percepção como processo revelador de características de uma realidade independente do organismo que percebe, ainda que de maneira deformada ou parcial” (p. 83).

Resumidamente, para Maturana (2014, p. 85):

O fenômeno conotado com a palavra percepção não consiste na captação, pelo organismo, de objetos externos a ele, como implica o discurso usual da neurofisiologia e da psicologia. Tampouco consiste na especificação, por parte do meio, de mudanças no organismo, resultando em que esse organismo opere com base numa representação do meio na geração de sua conduta. Ao contrário, o fenômeno conotado pela palavra *percepção* consiste na configuração que o observador faz de objetos perceptivos, mediante a distinção de cortes operacionais na conduta do organismo, ao descrever as interações desse organismo no fluir de sua correspondência estrutural do meio.

Pelos conceitos postos, muito embora não consensuais, ficou claro : a percepção de cada indivíduo é única, mesmo que, às vezes, pareça semelhante à do outro. Tuan (2012) explica que pelo fato de os seres humanos viverem em um mesmo planeta, poderia ser condizente afirmar que as experiências e sensações experimentadas pelos indivíduos podem ser as mesmas, já que as funcionalidades de suas estruturas

morfofisiológicas são similares. Contudo, duas pessoas não percebem a mesma realidade, assim como dois grupos sociais não realizam a mesma avaliação do sistema ambiental, pois as formas de interpretar e compreender são singulares de cada indivíduo ou de cada sociedade.

De toda forma, a temática sobre a percepção sempre foi atrativa e, com o advento do mundo moderno, o interesse por essa questão aguçou-se ainda mais. Com isso, os estudos sobre o tema foram recebendo novos formatos, surgindo um grande número de teorias sobre a temática em diversas áreas do conhecimento (SANTAELLA, 2012), entre elas, nas ciências ambientais, revelando-se como Percepção Ambiental, que aliada a outros elementos, propicia conexões entre o ambiente e as relações nesse ambiente, podendo ser entendida como,

Processo mental de interação humana com o ambiente por meio de mecanismos perceptivos, dirigidos por estímulos externos captados pelos sentidos e cognição compreendendo a contribuição da inteligência ao processo perceptivo desde a motivação à decisão e conduta (DEL RIO & OLIVEIRA, 1999).

Marczwski (2006) aborda percepção ambiental como sendo tanto mecanismos perceptivos como cognitivos, entendendo mecanismos perceptivos como sendo realizados pelos cinco sentidos do sujeito e mecanismos cognitivos relaciona-se com o conhecimento utilizado para atuar no sistema ambiental.

Tuan (2012), ao abordar sobre o sistema ambiental, percepção e visões de mundo, enfatiza como o ambiente atua na percepção e nas atitudes dos seres humanos, moldando a forma de ver o mundo. Para esse autor, a percepção é uma atividade, um processo cognitivo, uma maneira de ver o mundo, sendo, portanto, a resposta dos sentidos aos estímulos externos e também uma atividade proposital em que alguns fenômenos são gravados e outros são esquecidos, bloqueados.

Importante ressaltar, ainda, a questão do nativo e do visitante, pois Tuan (2012) enfatiza a diferença no modo de

perceber o ambiente nesses dois casos, porquanto o nativo, estando inserido no meio, possui uma complexa percepção fundamentada em saberes locais, contudo, o indivíduo visitante faria uso de valor inato a ele com os quais regularia critérios estéticos.

Diante do exposto infere-se que, cada indivíduo percebe, reage e responde de forma diferente às ações sobre o ambiente em que vive. As respostas ou manifestações daí decorrentes são resultados das percepções (individuais e coletivas), dos processos cognitivos e expectativas de cada pessoa. Percepção ambiental seria, então, o resultado de interações dos sentidos dos sujeitos com o meio no qual estão inseridos, propiciando reflexões e sentimentos sobre o sistema ambiental.

Assim, é possível perceber a percepção ambiental como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, o ato de perceber o ambiente que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo (FAGGIONATO, 2017). Nesse sentido, o estudo da percepção ambiental é de fundamental importância para que possamos compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas, sendo, portanto, importante ferramenta transdisciplinar para se trabalhar no ensino das ciências ambientais.

### **Transdisciplinaridade como ferramenta transformadora para o Ensino das Ciências Ambientais**

A transdisciplinaridade não é uma teoria tão nova, mas somente na atualidade vem sendo discutida e debatida em larga escala. Tal teoria busca superar o paradigma cartesiano dominante na educação, objetivando articular o que foi separado pelo método disciplinar: sujeito e objeto, subjetividade e objetividade, simplicidade e complexidade, promovendo uma visão mais significativa dos conhecimentos e maior compreensão da realidade (SANTOS, 2008).

Segundo Santos (2008), diferente do enfoque disciplinar tradicional, o ensino transdisciplinar traz à tona uma

multiplicidade dos modos de conhecimento, levando em consideração os diversos níveis da realidade e a ideia de totalidade, não se prendendo a uma realidade linear e unidimensional.

Diante dessa perspectiva de ensino transdisciplinar, a educação mundial, e mais especificamente a educação brasileira, vem sendo desafiada a superar o paradigma cartesiano conservador, ainda dominante, que caracterizou a ciência nestes últimos três séculos, compartimentando o conhecimento entre disciplinas. Morin (2015a, p. 87), ao citar o Discurso sobre o Método, destaca o segundo e o terceiro princípios:

[...]

- Divisar cada uma das dificuldades, que examinarei em tantas parcelas quanto seja possível e requerido para melhor resolvê-las...

- Conduzir meus pensamentos por ordem, começando pelos assuntos mais simples e mais fáceis de conhecer, para atingir, pouco a pouco, como que degrau por degrau, o conhecimento dos assuntos mais complexos...

[...]

No segundo princípio, de acordo com o autor, encontra-se, potencialmente, o princípio da separação, enquanto, no terceiro, encontra-se o princípio da redução. Esses princípios vão reger a consciência científica, trazendo como resultado uma visão fragmentada do conhecimento e, conseqüentemente, uma prática pedagógica nos moldes da disjunção dos pares binários: simples-complexo, parte-todo, local-global, unidade-diversidade, particular-universal (SANTOS, 2008), tornando a prática de ensino insuficiente para uma compreensão significativa do conhecimento, cujas respostas, muitas vezes, não satisfazem aos alunos, que perguntam: “por que tenho que aprender isso?”

Atualmente, de acordo com Morin (2015a, p. 88-89), esses princípios revelaram suas limitações, evidenciando a necessidade de um pensamento, que:

- compreenda que o conhecimento das partes depende do conhecimento do todo e que o conhecimento do todo depende do conhecimento das partes;

- reconheça e examine os fenômenos multidimensionais, em vez de isolar, de maneira mutiladora, cada uma de suas dimensões; [...] É preciso substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une. É preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento do complexo, no sentido originário do termo *complexus*: o que é tecido.

Entretanto, superar um paradigma que há séculos se põe como dominante, não é tarefa simples. Requer a construção de um novo paradigma, de cunho inovador e de visão holística; exige reforma do pensamento, que vai gerar um pensamento do contexto e do complexo, que liga e enfrenta a incerteza (MORIN, 2015a).

Os paradigmas acompanham o mundo, que está em constante mudança, pois tudo no universo se interliga e se relaciona. E, como bem elucida Morin (2015a, p. 14), “...todos os problemas particulares só podem ser posicionados e pensados corretamente em seus contextos; e o próprio contexto desses problemas deve ser posicionado, cada vez mais, no contexto planetário”.

Esse processo de mudança de paradigma demanda, por parte do docente, reflexão sobre sua práxis; exige pensar certo. E, como propõe Paulo Freire (1996, p.27-28), “só quem pensa certo, mesmo que, às vezes, pense errado, é que pode ensinar a pensar certo”. E uma das condições para pensar certo é não estarmos demasiados certos de nossas certezas.

Acredita-se que a proposição do paradigma da transdisciplinaridade pode atender às expectativas dessa profissão, pois envolve uma visão de totalidade, buscando a superação da fragmentação em todas as áreas do conhecimento, influenciando, inclusive na maneira de enxergar o sistema ambiental, o qual tem sido apresentado como algo separado do ser humano, forjando-se na mente humana uma concepção de mundo onde os fatos, os fenômenos, a existência se apresentam de forma fragmentada, desconexa, tendo como consequência a incompreensão da totalidade (FERREIRA, 2013).

Segundo Gonçalves (1989, p.35), essa concepção de natureza exterior ao ser humano cristalizou-se com a civiliza-

ção industrial inaugurada pelo capitalismo. As ciências da natureza se separam das ciências do homem, criando um abismo colossal entre uma e outra, ocasionando dessa forma, a compartimentação do conhecimento.

Morin (2015b) também destaca que, a disjunção homem-natureza contribuiu para que o ser humano, vítima da grande separação natureza/cultura, animalidade/humanidade, fosse sempre desmembrado da sua natureza de ser vivo, estudada, pela biologia, e sua natureza física e social, estudada pelas ciências humanas, ocasionando uma visão fragmentada de mundo, de homem e do conhecimento.

Essa concepção fragmentada de mundo fundamenta, até os dias atuais, as organizações educacionais, apoiando-se, basicamente, na recomendação de Descartes (1973), segundo o qual, quando um fenômeno é complexo, se deve dividir cada uma das dificuldades em tantas partes quantas forem necessárias para melhor compreendê-la.

Vigorando o princípio da subdivisão do conhecimento em especializações têm-se, como consequência, uma prática pedagógica descontextualizada, desarticulada dos conhecimentos sobre o mundo, pois existe inadequação entre, de um lado, os saberes fragmentados e, de outro, as realidades globais, multidimensionais, complexas, planetárias (MORIN, 2007a).

Na concepção de Santos (2008), não há dúvidas de que o saber especializado, proporcionado pelo princípio da fragmentação, ocasionou um verdadeiro *boom* tecnológico vivenciado nas últimas décadas. Entretanto, no cerne desse desenvolvimento tecnológico evidenciou-se outro tipo de relação com o conhecimento, na forma de rede de relações, o que sugere mudança conceitual e princípios mais adequados ao ato de ensinar e de fazer ciência.

Morin (2007a), também, destaca que houve progressos gigantescos nos conhecimentos no âmbito das especializações disciplinares, durante o século XX. Porém, estes progressos estão dispersos, desunidos, devido justamente à

especialização, que muitas vezes fragmenta os contextos, as globalidades e as complexidades, criando obstáculos ao exercício do conhecimento pertinente, no próprio seio de nossos sistemas de ensino.

Nesta perspectiva, fica evidente a necessidade de mudança de paradigma na forma de ensinar e aprender, o que exige a reforma de pensamento, buscando um pensamento complexo, o qual permita reorganizar o saber e ligar os conhecimentos hoje fechados em disciplinas. Somente por meio dessa mudança de paradigma é possível um ensino transdisciplinar.

A reforma de pensamento é primordial para o ensino transdisciplinar, pois, como enfatiza Morin (2007b, p. 20), “a transdisciplinaridade só representa uma solução quando se liga a uma reforma do pensamento. Faz-se necessário substituir um pensamento que está separado por outro que está ligado”.

A reforma necessária do pensamento, destacada por Morin (2007b) é aquela que gera um pensamento do contexto e do complexo, buscando sempre a relação de inseparabilidade e as inter-retroações entre qualquer fenômeno e seu contexto, e deste com o contexto planetário. Pensamentos que sejam conectados, circulares, dialógicos, que proporcionem uma visão de mundo, de sistema ambiental e de sociedade na sua complexidade, integrando não só as partes ao todo, mas, também, concebendo o todo no interior de cada uma das partes.

É nesta perspectiva que se evidencia a percepção ambiental como uma ferramenta transdisciplinar transformadora para o ensino das Ciências Ambientais, a partir da qual o discente é percebido como um sujeito complexo, o protagonista da sua própria história, consciente de si mesmo, capaz de se perceber como parte integrante de um sistema ambiental complexo, de compreender como pensa, sente, reage, vive e convive.

Segundo o Manifesto para a criação de um modelo pedagógico integral, realizado na cidade de Madri, em 2009, é fundamental que o processo educativo permita ao discente,

...debruçar-se sobre si mesmo e sobre o contexto histórico-sócio-político-cultural-ambiental em que seu ser se constitui com o conjunto de valores, ideias, desejos, saberes, conhecimentos, expectativas e compromissos frente à sua existência e à vida social, bem como à tomada de consciência de seu pertencimento a um todo articulado e em interação (SUANNO, 2013, p. 27).

O ensino das Ciências Ambientais, utilizando-se da percepção ambiental na perspectiva da transdisciplinaridade, busca resgatar essa forma de ensinar, permitindo ao discente perceber-se como sujeito do conhecimento e parte de um sistema ambiental complexo, o qual é transformado nas interações e inter-relações experienciadas no cotidiano.

Essa visão de ensino nas Ciências Ambientais, trabalhada de forma dialógica e interativa, não pretende substituir o sistema disciplinar de ensino. Mas, é necessário ir mais longe. Trata-se de uma proposta complementar à disciplinaridade, buscando a relação todo-partes, texto-contexto, simples-complexo, possibilitando a religação dos saberes e, condições para o sujeito construir o seu próprio saber, o seu ponto de vista, para melhor situar-se no mundo em permanente transição (SANTOS et al, 2013).

Visto nesta perspectiva, o ensino transdisciplinar das Ciências Ambientais concebe o conceito de Aprendizagem não como o de acumulação de conhecimentos, de memorização e de repetição mecânica da Pedagogia Tradicional. Os conceitos que sustentam, hoje, o ensino transdisciplinar nas Ciências Ambientais, correspondem aos conceitos que os pesquisadores Maturana e Varela (2010) chamaram de *autopoiese*, isto é, a aprendizagem é algo que o indivíduo constrói por si mesmo, em interação com as informações que o meio lhe disponibiliza – é um ato *autopoiético*, ou, como menciona Morin (2007c), é uma auto-eco-organização. Nesse sentido, Paulo Freire (1996) já dizia: “o conhecimento não se transmite, se constrói”.

A *autopoiese* sugere que a aprendizagem se dá tanto como resultado de processos internos quanto desencadeada pelas interações com o meio físico e social (MATURANA; VA-

RELA, 2010). Ou seja, o sujeito, frente às informações apreendidas ou percebidas, adapta-as às suas características e expectativas pessoais.

Evidentemente, conceber uma visão transdisciplinar do ensino e da aprendizagem na aurora do 3º milênio, não é tarefa fácil, mas um grande desafio, haja vista estarmos numa época de hiperespecialização, como bem destaca Morin (2007b, p. 32):

...estamos numa época de saberes compartimentados e isolados uns dos outros. Não se trata somente de especialização, mas de hiperespecialização, porque as especializações não chegam a se comunicar umas com as outras. Uma justaposição de compartimentos faz esquecer as comunicações e as solidariedades entre os conhecimentos especializados, que constituem o reinado dos *experts*, isto é, dos técnicos especialistas que tratam os problemas de modo isolado e esquecem que, nessa época de mundialização, os grandes problemas são transversais, multidimensionais e planetário.

De toda forma, mesmo sendo um grande desafio, entende-se que, não dá mais para pensar o ensino das Ciências Ambientais sem um olhar transdisciplinar e complexo. Afinal, como bem diz Paulo Freire (1996), ensinar exige a convicção de que a mudança é possível. Não se pode estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. É necessário decidir, escolher, intervir na realidade.

### **Considerações Finais**

Diante dessas reflexões, entende-se que a complexidade dos problemas do mundo requer práticas pedagógicas transdisciplinares, por meio das quais seja possível conceber o discente como sujeito do conhecimento, capaz de situar qualquer informação em seu contexto. Afinal, os seres humanos são constituídos por valores e saberes frente à sua existência e a vida social.

Por isso, o ensino das Ciências Ambientais, de forma dialógica e interativa, pretende resgatar essa maneira de ensinar, entendendo o discente como protagonista do processo de

ensino-aprendizagem, sendo transformado e transformador em suas inter-relações vivenciadas no cotidiano, de acordo com a percepção ambiental de cada um. Nesse processo não há a intenção de substituir o sistema de ensino disciplinar, mas sim de propor uma complementaridade a esse sistema, relacionando o todo e as partes de maneira circular e recursiva.

Nesse contexto, propõe-se a percepção ambiental como uma ferramenta a ser observada no ato de ensinar e aprender, propiciando a contextualização e a integração dos saberes, entendidas como uma característica da mente humana que deve ser desenvolvida cada vez mais.

### **Referências**

ADDISON, E. E. **A Percepção Ambiental da População do Município de Florianópolis em Relação à Cidade**. Dissertação de Mestrado, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis, 2003.

CAMPOS, Daniel Ferreira. **Percepções ambientais sobre a madeira: usos e significados no polo madeireiro de Itacoatiara – AM**. Manaus: UFAM, 2013. 127 f.

DEL RIO, V.; OLIVEIRA, Livia. **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. Del Rio e Livia (Org.). 2 ed.-São Paulo: Studio Nobel. 1999.

DESCARTES, R. Discurso do método. In: **René Descartes**. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 33-81 (Coleção Os Pensadores).

FAGGIONATO, S. **Percepção ambiental**. Disponível em: <[www.educar.sc.usp.br/textos](http://www.educar.sc.usp.br/textos)>. Acesso em: 19 de setembro de 2017.

FERREIRA, A.B.H. **Miniaurélio do Século XXI**. O minidicionário da língua portuguesa. 4. Ed. rev. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FERREIRA, M.E.M.P. Ciência e interdisciplinaridade. In: **Prá-**

**ticas interdisciplinares na escola.** Ivani C.A. Fazenda (organizadora). 13. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática pedagógica. 29. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONÇALVES, Carlos W. Porto. **Os (des)caminho do meio ambiente.** São Paulo: 1989.

MARCZWSKI, M. **Avaliação da percepção ambiental em uma população de estudantes do ensino Fundamental de uma escola municipal rural:** um estudo de caso. 2006. 188 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

MATURANA, H. **A ontologia da realidade.** Cristina Magro, Miriam Graciano e Nelson Vaz, organizadores. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MATURANA, H.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento:** as bases biológicas do entendimento humano. Trad. Jonas Pereira dos Santos. Editorial Psy II, 2010.

MELLAZO, G.C. A percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. **Olhares & Trilhas.** Uberlândia, Ano VI, n. 6, p. 45-51, 2005.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2007a.

MORIN, E. **Educação e Complexidade:** os sete saberes e outros ensaios. Maria C. Almeida e Edgard de A. Carvalho (orgs.). 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007b.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo.** 3ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2007c.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. Trad. Eloá Jacobina. 22. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015a.

MORIN, Edgar. **O Método 2: a vida da vida**. 5. ed. Tradução de Marina Lobo. Porto Alegre: Sulina, 2015b.

SANTAELLA, L. **Percepção: fenomenologia, ecologia, semiótica**/ Lucia Santaella. – São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SANTOS, A. Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido. In: **Revista Brasileira de Educação**. v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.

SANTOS, A. et al. Considerações sobre a didática da educação transcomplexa. In: SANTOS, A; SUANNO, J. e SUANNO, M.V.R. **Didática e formação de professores: complexidade e transdisciplinaridade**. Florianópolis: Sulina, 2013.

SUANNO, M.V.R. Didática transdisciplinar emergente. In: SANTOS, A; SUANNO, J. e SUANNO, M.V.R. **Didática e formação de professores: complexidade e transdisciplinaridade**. Florianópolis: Sulina, 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Edual, 2012.



## **Família, Produção e Trabalho em Comunidades de Várzea**

---

*Antônio Carlos Batista de Souza*

### **Introdução**

Parte desse manuscrito deriva de uma dissertação de mestrado realizada no município de Manacapuru-AM.<sup>1</sup> Correspondem aos capítulos I e II referentes ao estudo em áreas de várzea, terrenos baixos que se encontram junto às margens dos rios, cujo tipo de solo é aproveitado para a agricultura. Objetivou compreender as transformações na organização econômica dos agricultores analisando o processo de mudança nesse ambiente, considerando as principais práticas de manejo e sua repercussão na organização espacial. De forma específica identificamos as principais espécies vegetais comercializáveis nas áreas de várzea da comunidade Costa do Pesqueiro, inferindo no estudo as transformações culturais e sociais influenciadas por novos moradores e migrantes, bem como o avanço da pesca no lugar.

A prática de cultivar ao redor das casas ou acampamentos é uma velha tradição que evoluiu durante longo tempo, a partir de antigas práticas dos caçadores, índios e extratores e que continuou nas civilizações antigas até os tempos modernos (SOEMARWOTO, 1987 apud LIMA, 1994).

A Costa do Pesqueiro apresenta topografia favorável para o desenvolvimento da agricultura, onde os mesmos são assentados em locais livres das inundações médias, ou seja, em locais altos, no topo da restinga (dique marginal), onde geralmente também são estabelecidas a casa de moradia e as dependências utilitárias. Uma das características desses sítios é o

---

<sup>1</sup> SOUZA, Antonio Carlos Batista de. Sítios na Várzea do Baixo Rio Solimões: rupturas e adaptações na Costa do Pesqueiro – Município de Manacapuru-AM. Manaus: UFAM, 2010 (Dissertação de Mestrado).

cultivo de distintas culturas vegetais, assim como a criação de pequenos e grandes animais.

Esses lugares, culturalmente denominadas de sítios, vêm sendo utilizados principalmente pelos agricultores tradicionais das várzeas da Amazônia, onde em sua maioria são impossibilitados de utilizarem as tecnologias agrícolas denominadas “modernas”, caracterizadas pelo uso intensivo de insumos como fertilizantes químicos e agrotóxicos. Porém, face ao conhecimento da fertilidade dos solos, os pequenos produtores conseguem criar um estilo próprio de desenvolvimento capaz de atender as suas necessidades mais urgentes.

Referindo-se mais especificamente sobre a várzea do baixo rio Solimões-Amazonas o projeto RADAMBRASIL (1976: Folha S.A – 21) utilizando o critério hidrológico definiu essa unidade geomorfológica da planície amazônica, conhecida regionalmente como várzea em duas: a planície fluvial alagada e a planície fluvial inundável. A primeira diz respeito às áreas que permanecem praticamente submersas, mesmo quando o rio Amazonas se encontra no seu nível mais baixo. A segunda corresponde às áreas que são alagadas somente durante as enchentes.

No passado, nos sítios, da Costa do Pesqueiro predominavam grandes seringais e cacoais, que dominavam a paisagem, agora, eles estão enriquecidos por espécies frutíferas, como goiabeiras, cajueiros, mangueiras e, principalmente, o cupuaçu.

A vegetação natural da várzea é a floresta. Contudo, é importante ressaltar que esse tipo de vegetação difere-se das que são encontradas na terra firme, pois somente se desenvolvem nas várzeas aquelas espécies resistentes às inundações periódicas. A várzea do rio Solimões-Amazonas é caracterizada por diversos tipos de formações vegetais, que obedecem geralmente a condições ecológicas locais como: topografia do terreno, textura dos sedimentos, duração, frequência e altura das enchentes e velocidade da correnteza das águas.

O modo de vida das comunidades ribeirinhas está intimamente relacionado com o ciclo anual do rio o que faz surgir uma produção familiar baseada numa estratégia de múltiplos recursos que envolvem a pesca, a agricultura, a pecuária, a criação de pequenos animais e o extrativismo florestal. O regime das águas do rio Solimões é ideal para a agricultura, onde as restingas (como na Costa do Pesqueiro) têm sido um dos locais preferidos para a ocupação, pesca coleta e plantio bem como a organização dos sítios. Os lagos de várzea, por sua vez, têm sido utilizados como uma importante área de pesca, e os campos naturais bastante utilizados para a pecuária.

A dessemelhança destes dois meios é refletida essencialmente pela disponibilidade de recursos naturais. Esquemáticamente, a terra firme oferece solos pobres e recursos naturais dispersos, determinando um modelo de exploração extensiva à população que nela habita estruturada sobre as atividades de caça, coleta e agricultura itinerante. Antagonicamente, o homem da várzea é um agricultor sedentário que está integrado ao ecossistema fluvial, desenvolvendo sobre os ricos solos aluviais, uma agricultura estreitamente ligada ao ciclo anual das águas (BAHRI, 1992).

Ambiente e vida regional ritmado pela várzea

Normalmente, considera-se como várzea do rio Amazonas a planície inundável de depósitos holocênicos, diferindo da terra firme, que são as proporções mais elevadas nunca inundadas pelo rio. Historicamente, a várzea foi a primeira fronteira de expansão da colonização europeia na Amazônia. É necessário, então, que se ressalte que a água é um fator preponderante nessa paisagem.

Na Amazônia, este tipo de aproveitamento do solo é comum desde os tempos pré-colombianos exercendo um papel central na economia da região, graças aos seus solos férteis e a alta concentração de peixes. Iriondo (1982) classifica a Planície Amazônica em quatro unidades geomorfológicas: Planície de Bancos e Meandros Atuais, Depósitos de Inundação, Planície

de Meandros e Bancos Antigos e Depósitos Estuarinos. Dessas quatro unidades geomorfológicas interessa-nos para efeito de estudo os Depósitos de Inundação porque são caracterizados por áreas planas e homogêneas, com lagos de formas e tamanhos diversos e canais irregulares muito pequenos, frequentemente colmatados. Devido ao fato dessa unidade geomorfológica se encontrar geralmente a uma altura mais elevada (restinga) é a área propícia para o surgimento dos sítios, onde se verifica uma grande estrutura em forma de terraço, haja vista que salvo a ocorrência de grandes cheias essa área permanece livre das inundações, propiciando a prática de diversas atividades que vão da pesca à caça, da coleta ao plantio.

Essas oscilações anuais do nível do rio fizeram com que a vida animal, vegetal e do próprio homem, produzisse enorme capacidade de adaptação a esse ambiente em constantes alterações. No médio Amazonas o rio começa a elevar seu nível em novembro e dezembro, coincidindo, também, com o aumento nos índices pluviométricos, chegando a atingir a cota máxima, principalmente nos meses de junho a julho, diferentemente do baixo Amazonas que tem seu máximo com aproximadamente um mês de antecedência, geralmente em maio. Já a vazante no médio Amazonas ocorre normalmente na segunda quinzena de junho e primeira quinzena de julho, atingindo sua cota mínima principalmente nos meses de outubro e novembro. As cotas entre 28 e 29 m sobre o nível do mar são consideradas grandes cheias e acima dos 29 m como cheias excepcionais. Para a população local, ambas são consideradas como “grande enchente”, porque geralmente transbordam as restingas mais altas da várzea da Amazônia.

O calendário agrícola da várzea possui quatro estações que correspondem à combinação dos regimes fluvial (enchente, cheia, vazante e seca) e pluvial (“inverno” e “verão”). O mês de maio marca uma fase de transição, quando geralmente ocorre a normalização da precipitação pluviométrica e o nível das águas cruza a cota média. Os meses de maio, junho e julho formam o trimestre da estação enchente/cheia, quando grande

parte das áreas cultiváveis está submersa, causando uma redução drástica nas atividades da fase terrestre. Durante esta estação, pode haver o registro de temperaturas mínimas anormais devido à invasão de massas polares frias na região, fenômeno conhecido localmente por “friagem” (PEREIRA, 2007).

Sobre os diversos tipos de formação vegetal da várzea do rio Solimões-Amazonas, Junk (1983, p. 60) afirma que:

O pré-requisito para esta produção alta são nutrientes em quantidades suficientes, que estão à disposição das plantas ou dissolvidos na água ou na forma de sedimentos que são anualmente levados na várzea pelo Solimões durante a cheia. Por isso, a várzea é comparável a um grande transformador biológico; recebe nutriente inorgânico e os devolve, em parte, em forma de plantas aquáticas, troncos de árvores, folhas, material orgânico dissolvido, etc. novamente no Amazonas.

Constata-se que a ocupação da várzea tem sido baseada numa estratégia de uso múltiplo, envolvendo a agricultura, a pesca, o extrativismo de produtos florestais e a pecuária de pequena escala. Os habitantes da várzea têm variado a ênfase de suas estratégias de sobrevivência em resposta a mudanças nas oportunidades apresentadas na economia regional.

Aprofundando-se no estudo da dinâmica das várzeas, observa-se que:

Com o aumento do nível da água, os canais e os lagos se expandem de forma que apenas os pontos mais altos ficam fora d'água, formando um enorme lago com apenas as copas das árvores e as casas sobre palafitas indicando o formato da terra de baixo d'água. Nessa época do ano, os barcos podem navegar por dezenas de quilômetros atravessando a várzea. Na estação de água baixa, os lagos e canais secam parcialmente, expondo grandes áreas de vegetação graminácea e arbustiva. Em alguns meses, os lagos e os paranás, com exceção dos mais profundos, são reduzidos a poças de lama. Como resultado, as áreas distantes do rio principal podem ficar inacessíveis por água para embarcações maiores que uma canoa (McGRATH, 1993, p. 97).

Agosto, setembro e outubro formam o trimestre que corresponde à estação vazante/seca. Esta estação se caracteriza

por um menor nível das águas, mínimas mensais de precipitação, máximas de insolação e de evapotranspiração. Conhecido localmente por “verão”, este trimestre é marcado pelo aumento da oferta de áreas cultiváveis e conseqüente intensificação das atividades pecuárias. Durante esta fase, a redução da superfície dos corpos d’água permite também a intensificação das atividades produtivas aquáticas, entre elas a pesca lacustre e de canal. Além disso, a exposição do leito fertilizado dos lagos permite que nestes locais ocorra o crescimento acelerado de plantas herbáceas adaptadas à fase terrestre possibilitando a incorporação destes ambientes à paisagem agrária como áreas de pastagem naturais (PEREIRA, 2007, p. 16).

#### Importância da várzea no modo de vida

Durante a época colonial e ao longo de quase 150 anos de predomínio de economia mercantil centrada no aviaamento, a economia da Amazônia focalizou a região ribeirinha e, nela, a várzea desempenhou papel central. Da várzea foram extraídos produtos da floresta como cacau, cravo e ervas medicinais (as chamadas drogas do sertão), diversos tipos de madeiras, peixes, quelônios e o peixe-boi; nos solos da várzea plantaram-se arroz, cacau, juta, mandioca, frutas e verduras; os campos naturais da várzea receberam as principais criações de gado branco da Amazônia, só recentemente seguidas do búfalo (LIMA, 2005, p. 12).

Na Amazônia, o ribeirinho é polivalente, atuando como pescador, agricultor e extrativista, fazendo uso dos diferentes ambientes em consonância com a dinâmica do nível das águas. Deve-se levar em conta no contexto desse estudo, o comentário de Witkoski (2007, p. 203), destacando que:

O manejo sustentado, envolvendo terra, floresta e água implica, necessariamente, um processo de integração simultânea ou sequencial entre cultivos agrícolas, criação de animais, extrativismos vegetal e animal, com o objetivo de obter um incremento da produtividade. Sem essa multiplicidade de atividades combinadas entre si, inseridas no ciclo natural das enchentes, cheias, vazantes e secas, a vida camponesa nas várzeas do Solimões/Amazonas, não poderia apresentar

a singularidade que possui. Desse modo, essa singularidade não deve ser compreendida como algo exótico, mas como uma espécie de imperativo que se impõe a esses camponeses, num certo horizonte natural e social.

Pode-se dizer que, nesses ambientes, natureza e homem se completam. A convivência desafiadora entre componentes humanos e a natureza são todas integradas no ciclo anual da várzea. Mais do que isso, que:

Existe uma estreita relação entre as características fisiográficas da área, principalmente relacionada aos sistemas lacustres, as atividades produtivas, o assentamento das casas e as demais atividades do cotidiano dos ribeirinhos, configurando-se unidades integradas e dinâmicas constituídas pela disponibilidade a todos os componentes ambientais. Sendo a acessibilidade determinada pela localização geográfica de cada conglomerado populacional. Além do acesso, o uso dos ambientes está determinado pela tradição cultural, diversidade de recursos naturais disponíveis, acesso ao mercado, qualidade dos solos para o plantio, extensão da área alagável e a distância dos assentamentos às áreas de terra firme adjacentes (RIBEIRO; FABRÉ et.al. 2003).

## 1. Uma comunidade Amazônica

A Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, da Costa do Pesqueiro, localiza-se a sudoeste do Município de Manacapuru-AM. O acesso a essa comunidade é por via fluvial, geralmente por pequenas embarcações denominadas “*rabetas*” ou “*hondas*” que levam uma média de 20 a 30 minutos para fazer a travessia da sede da cidade de Manacapuru até a comunidade.

A ideia da comunidade está configurada pelo conjunto das particularidades concretas das múltiplas minorias sociais orgânicas que podem projetar endogenamente futuros alternativos para a coletividade e, sobretudo, antecipar esses futuros em experiências presentes (FRANCO, 1995 apud RIBEIRO; FABRÉ et.al.,2003). “Comunitário”, por sua vez, é um termo de atribuição para identificar àquele que mora numa comunidade e dela participa, e pode ser utilizado por um morador para designar os demais. Os moradores das comunidades

visitadas preferem referir-se a si próprios como “agricultores” e, neste caso, trata-se de uma auto-definição que remete a viver da agricultura. “Ribeirinho” é outro termo encontrado e remete à vida na várzea, em áreas alagáveis, mas não é usual como auto-designação (PANTOJA, 2005).

Dessa forma, pode-se perceber que ao longo de um secular processo histórico, desenvolveram-se as práticas e valores das comunidades amazônicas irmanadas pelo uso dos recursos naturais retirados dos rios, lagos, várzea e terra firme que caracterizaram sua organização social.

A terra, a floresta e a água participam de modo decisivo da forma como esses agentes sociais procuram dar plenitude à vida. A terra, substrato tanto da floresta como da água, nunca, ou quase nunca, aparece como mercadoria – ou seja, terras, para fazer negócios –, mas sempre como terra que tem por destino nela se trabalhar. A terra e as riquezas que ela guarda são valorizadas como um patrimônio que cria as condições para que o camponês e sua família apareçam como trabalhadores de sua unidade de produção. A terra do camponês amazônico é a terra de várzea e, como tal, possui todas as caracterizações assinaladas. Sem a enchente e a cheia que a fertilizam, e sem a vazante e a seca, que propiciam as condições para que a terra seja fecundada, as várzeas como *terras de trabalho* não seriam possíveis (WITKOSKI, 2007, p. 190).

A formação das comunidades foi estimulada pela Igreja católica nas décadas de 1960 e 1970. O trabalho pastoral da Igreja Católica através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) teve um papel preponderante nesse processo. Como forma de expandir e estreitar os laços de unidade cristã, padres, irmãs e outros missionários religiosos se reuniam com os moradores, ouviam seus anseios, realizavam cultos, prestigiavam os festejos aos santos, as novenas, realizavam casamentos, batizados etc. Dessa forma, a partir dessas práticas coletivas irmanavam-se outros anseios a fim de reivindicar melhorias de infraestrutura na vida dos “comunitários”, tais como educação, saneamento básico, saúde e luz elétrica. Essas unidades territoriais antes denominadas de “vilas” até por volta da década de 1960 passaram a se denominar de “comunidade”. Verifica-se,

por exemplo, que na várzea da Amazônia, como no baixo rio Solimões, os moradores não usam mais o termo “vila” ao se referirem ao seu espaço físico e social, mas sim o termo “comunidade”.

### **Transformações orquestradas pela fé**

Nas últimas décadas do século XX, com o crescimento das Igrejas Pentecostais, as Igrejas evangélicas começaram a se expandir na várzea e se organizar também como comunidades. Muitas dessas comunidades evangélicas passaram a se localizar no interior das comunidades católicas. Diferentemente das comunidades que seguem os ensinamentos católicos, duas mudanças/ausências passam a ser percebidas, de imediato, no interior das comunidades evangélicas: a ausência de bailes e festejos, e a mudança quanto ao nome dessas comunidades, que deixam de fazer alusão aos santos (padroeiros), passando a fazer alusão a topônimos geográficos de passagens bíblicas, principalmente do Novo Testamento (Monte Sião, Monte das Oliveiras, Nova Jerusalém etc).

O plano de afiliação religiosa é ainda hoje o de maior força de pertencimento a uma comunidade. A igreja, as práticas religiosas e atividades afins (festejos, bingos), e o grau de adesão a elas, podem ser tomados como indicativo do grau de coesão e organização de uma comunidade. Mas a filiação comunitária dada pela religião pode não ser tão clara, o que ocorre quando mais de uma denominação religiosa está representada numa mesma comunidade (PANTOJA, 2005, p.169). É o caso da Costa do Pesqueiro, onde coexiste dentro da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro uma comunidade evangélica denominada de Nova Jerusalém.

Certo é que nas comunidades das várzeas de Manacapuru, a força da religiosidade é muito marcante. Moran apud Harris (2006, p. 88) afirma que: “[o caboclo é] o sistema adaptativo humano mais importante encontrado na região”. Além disso, só é possível entender a maneira pela qual o catolicismo

se adaptou a Amazônia brasileira se a separação histórica entre religião como instituição (a Igreja católica) e como experiência e conhecimento (crenças e práticas populares) for feita. A maior parte do tempo, esses dois aspectos estiveram em desacordo, já que o catolicismo dos padres e missionários tinha uma orientação diferente daquela da população leiga.

De certa forma, o avanço do protestantismo na Amazônia simboliza uma separação muitas vezes motivada por discordância quanto ao direcionamento religioso. Observa-se, dessa forma, que o crescimento das comunidades evangélicas no interior da Amazônia e, por conseguinte, no interior das comunidades católicas estão diretamente relacionados ao seu poder de mobilização e integração, configurando em uma nova territorialidade.

### **Características dos Sítios**

Diferentes autores contribuíram para a conceituação dos sítios. Porém uma das lacunas que precisam ser entendidas é a diferenciação entre sítio e roça. A princípio dá-se a impressão de tratar-se de um ambiente único. Contudo, por roça supõem-se as culturas de ciclo curtos mais vulneráveis ao processo enchente vazante como a mandioca, o milho, o jerimum, a melancia, a juta, a malva etc. supõem-se ainda que essas culturas encontram-se mais ao fundo do terreno, e que a terra tem que ser “preparada” para o plantio. Isso ocorre geralmente após o fim da enchente e o aproveitamento dos sedimentos deixados.

O fator enchente, cheia, vazante e seca influencia na paisagem dos sítios, e, por conseguinte na produção e ritmo de vida. A mudança inicia-se com a subida das águas, que tem começo no rio Solimões no mês de maio indo até o início de agosto (enchente/cheia). Quando os quintais ficam tomados pelas águas, as culturas de ciclo curtos não resistentes às águas começam a definhar e morrer, ficando somente as árvores de porte médio ou grande. Cruz (2007, p. 67) reforça que:

Na várzea do município de Manacapuru-AM os camponeses-ribeirinhos fazem uso de três territorialidades: as agropastoris, as aquáticas e as florestais. A primeira está dividida nas terras existentes e nas terras que surgem. Nas terras existentes estão instaladas as terras de cultivos, como o roçado e o sítio, ambos localizados próximos a casa de moradia, está, assentada na parte mais alta, no topo da restinga.

Vários autores (LIMA, 1994; LEEUWEN, 1997; CRUZ, 1999; CASTRO, 2007; NODA, 2007) destacam que os sítios possuem uma variedade de cultivos anuais, bianuais e perenes, além das espécies florestais. Dessa forma, nos sítios podem ser encontrados desde as hortaliças, suspensas, cultivadas nos jiraus (cheiro verde entre outras) até plantações de melancia ou maxixe cultivadas diretamente no solo.

Outro cultivo de grande importância para a agricultora familiar é o de plantas medicinais. Em todos os quintais há presença da farmácia viva, ou seja, jiraus ou cercados contendo as plantas medicinais. Estas também são cultivadas em latas ou cuias. Na grande maioria dos quintais há a presença das plantas medicinais. Outro local importante para a extração de plantas medicinais para esses agricultores é a floresta, nesta os moradores buscam busca de diversas espécies medicinais para a fabricação de seus “remédios caseiros” para a cura de diversas doenças de sintomas já conhecidos por essa população (CASTRO, 2007, p. 67).

A Amazônia possui alta diversidade de espécies frutíferas. A fruticultura é uma atividade promissora, pois encontra mercado consumidor em Manacapuru, e principalmente na cidade de Manaus, destacando-se as culturas da banana, melancia, maracujá, mamão, côco, graviola, manga, cacau e cupuaçu.

## **Considerações Finais**

Os critérios utilizados para direcionar as decisões relativas às atividades agrícolas na produção familiar não visam apenas à rentabilidade, mas principalmente atender as necessidades básicas da família. Os agricultores se caracterizam por exercerem uma pluralidade de atividades produtivas que são

fundamentais para completar seus rendimentos e suas necessidades de sobrevivência (CASTRO, 2007).

Combinando, cultivos mistos entre árvores florestais, espécies cultivadas e, pequena criação de animais, surge à modalidade denominada *sítio*, que para o projeto ORSTON/INPA/CEE (1988), trata-se de:

Um tipo de utilização da terra, constando de árvores frutíferas em primeiro lugar, tanto nativas quanto introduzidas, árvores de usos diversos e hevea. Os sítios por estarem situados em lugares altos, livre das inundações – a não ser raramente – é o lugar onde se localizam as casas de moradia, as dependências utilitárias, galinheiros, curral de porcos, abrigo para a preparação de farinha de mandioca, etc. nele se encontram plantas medicinais e diferentes ervas utilizadas na cozinha, em suma, tudo aquilo que é preciso continuamente e que deve ser cultivado.

A Agrossilvicultura é uma prática antiga na Amazônia, onde os agricultores mantêm uma rica diversidade de árvores, arbustos e plantas herbáceas em seus quintais e muitos povos indígenas plantam uma diversidade de árvores e cultivos anuais em suas roças (CASTRO, 2007). Os sítios da Costa do Pesqueiro localizam-se na parte mais alta da restinga, ficando livres das cheias periódicas do rio Solimões. Historicamente, as exceções ocorreram com as grandes cheias excepcionais das décadas de 50 e 70, que abalaram e desestruturaram a economia de várzea da Amazônia, por conseguinte os sítios. A esse respeito, Cruz (1999, p.106) observa que:

Nas grandes cheias de 1953 e de 1976, na qual o nível máximo atingiu 29,69 m e 29,61 m, respectivamente, os sítios apresentaram inúmeros desgastes, levando algumas espécies perenes e semi-perenes ao desaparecimento, principalmente aquelas pouco resistentes a água: abacateiro, bananeira, laranjeira, etc. outras espécies perenes como a seringueira, cacaueteiro, mangueira, coqueiro, etc. são mais resistentes às inundações.

Os moradores da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro da Costa do Pesqueiro, criadores de uma cultura regional adaptada aos desafios e adversidades da Amazônia

conseguem identificar as espécies mais resistentes e mais sensíveis às inundações. Com diferentes tipos de espécies perenes e semi-perenes identificadas ao longo do tempo, conseguem manter um relativo nível de equilíbrio e manejo sustentado.

Sobre as espécies de valor econômico e nutritivo, cultivadas ao longo do ano, que constituem os sítios, para exemplificação, Lima (1994, p. 46) relata que:

Muitas espécies que ocorrem nos sítios são leguminosas, produzindo proteínas comestíveis em suas folhas, vagens e raízes. Outras são fontes de vitaminas, essenciais, minerais, óleos e carboidratos. Outras ainda são ervas medicinais, especiarias ornamentais, forrageiras, trepadeiras, cercas-vivas, fornecendo alimentos para animais domésticos, armação para telhados, material para latada, artesanato, rituais, lenha, quebra-vento e abrigos. Muitas espécies semi-perenes de curta duração tem crescimento rápido e frutificação antecipada (banana, mamão, pimenta de cheiro e maracujá).

Os moradores da Costa do Pesqueiro, além de utilizarem os sítios para o autoconsumo familiar, utilizam-nos para a venda. Ao longo do ano os comunitários dedicam-se a inúmeras atividades agrícolas de acordo com o período inverno/verão.

É frequente, esses moradores serem encontrados na cidade de Manacapuru comercializando esses produtos que representam uma importante fonte de renda. A renda obtida com a venda dos produtos é para o provimento de produtos geralmente não produzidos na localidade, entre os quais, o gás de cozinha, o gelo para conservar os alimentos, o combustível para o motor rabetá, o café, o açúcar ou algum medicamento.

Logo, pelo pequeno volume de produtos vendem parte de sua pequena produção apenas para adquirir produtos e serviços que eles não produzem. A transferência de uma parte da produção camponesa para a feira da cidade próxima é outro exemplo do modo pelo qual essa produção circula. Um camponês poderá levar arroz para vender, enquanto outro levará feijão; ambos se interessam em negociar. O dinheiro obtido na venda de uma determinada quantidade do cereal oferece

ao camponês a possibilidade de adquirir tecidos, panelas, remédios (MOURA, 1988, p. 57). No fim do dia, os moradores retornam para a Costa do Pesqueiro.

Ao escrever *Caboclos/ribeirinhos: Camponeses da Amazônia*, Cruz destaca que:

Nesse sentido, parte da produção dos caboclos/ribeirinhos da Amazônia destina-se para a venda (mercado), o qual se dá de várias formas: do local de produção diretamente para o mercado, por meio dos barcos de linha, seja de pequena ou grande distância ou de embarcações dos próprios ribeirinhos; do local de produção para ao armazéns flutuantes existentes em alguns rios, furos, paranás, lagos. Daí para o mercado, por meio dos regatões, principalmente nos lugares onde os barcos de linha não fazem itinerários, pois este tipo de atividade foi praticamente substituído pelas duas formas anteriores (CRUZ, 1995).

Observa-se ainda que significativa parte dos produtos agrícolas plantados visa à comercialização futura. Contudo, é evidente a existência de alguns produtos agrícolas que são basicamente destinados para o autoconsumo.

### **Referências Bibliográficas**

BAHRI, Sylvia. **L'agroforestie, une altertative pour développement de la plaine alluviale de l'exemple de île du Careiro**. Université de Montpellier II – Sciences et Téchineques du languedoc, Montpellier. Thèse de Doctotat, 1992.

CASTRO, Albejamere Pereira de. et.al. **A agricultura familiar: principal fonte de desenvolvimento Socioeconômico e cultural das comunidades da área focal do projeto Piatam**. In: Comunidades ribeirinhas Amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007, (55-88).

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Sítios Agroflorestais na várzea do Careiro**. In: Revista de geografia da Universidade do amazonas. V.1, N.1, 1999, (105-122).

\_\_\_\_\_. **Caboclos-ribeirinhos: camponeses da Amazônia**. Mimeo, São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. **Territorialização Camponesa na Várzea da Amazônia.** São Paulo-SP. Tese de Doutorado, 2007.

HARRIS, Mark. **Presente Ambivalente: Uma Maneira Amazônica de Estar no Tempo** In: Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006, (81-108).

IRIONDO, Martín H. **Geomorfologia da Planície Amazônica.** Atas do IV Simpósio do Quaternário no Brasil, 1982, (323-348).

JUNK, Wolfgang J. **As Águas da Região Amazônica.** In: Amazônia – Desenvolvimento, Integração, Ecologia. São Paulo: Brasiliense, Brasília: CNPQ, 1983.

LEEUWEN, Johannes Van. et.al. **Sistemas Agroflorestais para a Amazônia: Importância e Pesquisas Realizadas.** In: Duas décadas de contribuição do INPA à pesquisa agrônoma no trópico úmido/ Hiroshi Noda, Luiz Augusto Souza, Ozório Fonseca (organizadores). Manaus:INPA, 1997, (131-146).

LIMA, Deborah (org.). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade.** Manaus: Ibama, ProVárzea, 2005.

LIMA, Roberval B. **Descrição, composição e manejo dos cultivos mistos de quintal na várzea da “Costa do Caldeirão”,** Iranduba-AM. Dissertação de Mestrado, 1994.

McGRATH, David. et al. **Varzeiros, Geleiros e o Manejo dos recursos naturais na Várzea do baixo Amazonas.** In: cadernos do NAEA da UFPA, nº 11, 1993 (91-122).

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses.** São Paulo: Ática, 1988.

NODA, Sandra do Nascimento (org.). **Agricultura familiar na Amazônia das Águas.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

PANTOJA, Mariana Ciavatta. **A várzea do Médio Amazonas e a sustentabilidade de um modo de vida.** In: Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: Ibama, ProVárzea, 2005, (101-156).

PEREIRA, Henrique dos Santos. **A dinâmica da paisagem socioambiental das várzeas do rio Solimões-Amazonas.** In: Comunidades ribeirinhas Amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007, (11-52).

Projeto ORSTON/INPA/CEE. **Conditions écologiques et économiques de la production d' une île de varzea: île du Careiro.** Rapport terminal, Manaus-Am, 1988.

RADAM-BRASIL – 1973/1978. **Subdivisão Fitogeográfica, Tipos de Vegetação, Conservação e Inventário Florístico da Floresta Amazônica.**

RIBEIRO, Maria de Albuquerque; FABRÉ, Nídia Noemi. et.al. **Sistemas Abertos Sustentáveis – SAS: uma alternativa de gestão ambiental na Amazônia.** Manaus: EDUA, 2003.

SOUZA, Antonio Carlos Batista de. **Sítios na Várzea do Baixo Rio Solimões: rupturas e adaptações na Costa do Pesqueiro – Município de Manacapuru-AM.** Manaus: UFAM, 2010 (Dissertação de Mestrado).

WITKOSKI, Antonio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais.** Manaus: EDUA, 2007.

## Amazônia: Cooperação internacional e meio ambiente

---

*Camila Marques Maton*

### **Introdução**

O século XXI herdou do século passado uma série de desafios e demandas de ordem política, social, econômica e ambiental. A sustentabilidade amplamente discutida na contemporaneidade continua a ganhar destaque no cenário internacional, com isso, percebe-se que a cooperação entre países se torna cada vez mais necessária inclusive para alcançar a solução de conflitos, sejam eles, ambientais ou não. Para Ribeiro (2007), cooperação internacional é a atuação conjunta de países, instituições multilaterais e não-governamentais em busca de um objetivo comum, dispondo-se de recursos financeiros ou de conhecimentos em caráter permanente ou transitório.

Garcia (2005), reitera que a cooperação internacional pode ser estabelecida de forma bilateral (entre dois Estados) ou multilateral (entre vários Estados). Os canais de atuação para a existência da cooperação são os Estados, as organizações internacionais, as agências governamentais, a ONU<sup>1</sup> e suas agências, fundações, órgãos de fomento, ONGs<sup>2</sup> e empresas privadas. Na área ambiental a interdependência entre os Estados viabiliza soluções para reverter os danos causados ao meio ambiente o que promove a cooperação e contribui para a solução pacífica de controvérsias.

Viola (2003), descreve regime internacional como “um sistema de regras, explicitadas num tratado internacional pactuado entre governos, que regulam as ações dos diversos atores sobre o assunto.” Oportunamente Mazzouli (2013), esclarece a importância do regime internacional ambiental,

---

1 Organização das Nações Unidas - organização intergovernamental criada em 1945 para promover a cooperação internacional.

2 Organização não governamental - constituída formalmente e autonomamente, caracterizadas por ações de solidariedade no campo das políticas públicas e pelo legítimo exercício de pressões políticas em proveito de populações excluídas das condições da cidadania

quando preceitua que a proteção internacional do meio ambiente existe porque os Estados perceberam que os problemas ambientais ultrapassam fronteiras e não têm como ser resolvidos senão pela cooperação entre eles. Dessa forma, passamos a compreender que os problemas ambientais possuem uma lógica de ser, e esta, está atrelada na produção global e conceitos de progresso ou desenvolvimento.

Nos últimos 50 anos as novas tecnologias e o desenvolvimento industrial alteraram profundamente o equilíbrio dos ecossistemas que sustentam a vida sobre a terra, houve aumento de dióxido de carbono na atmosfera, elevação das ondas eletromagnéticas (resultado das transmissões de rádio, televisão, telefone celular e radares).<sup>3</sup> A questão é interdisciplinar e, por exemplo, economistas estão tentando proporcionar incentivos para que algum planejamento eficaz seja realizado a longo prazo. Criar uma motivação econômica para retardar a devastação, visto que, a motivação ética se apresenta cada vez menos útil nessa corrida avassaladora do capitalismo global e dos agentes do capital (DUPAS, 2006).

Diante desse quadro de agravamento e evolução dos problemas ambientais é preferível a cooperação em processos de decisão do que a simples solução de conflitos entre os Estados, motivo pelo qual a cooperação internacional tem o dever de reduzir os riscos ao meio ambiente (AYALA et al, 2008).

O caso do bioma amazônico é paradigmático para estas preocupações porque:

A Amazônia tem mais de 7,8 milhões de km<sup>2</sup> e representa 44% do território sul-americano, abrangendo áreas da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Seus ecossistemas se caracterizam por uma grande biodiversidade e abrigam mais de 30 mil espécies vegetais; cerca de 2 mil espécies de peixes nadam em 16% de toda a água doce do mundo. As florestas amazônicas representam mais de 56% do total mundial de florestas latifoliadas e 3% da área da região foram declarados pelos governos

---

<sup>3</sup> As consequências exatas sobre a saúde humana provocadas por ondas eletromagnéticas podem ser observados a partir de estudos nas áreas médicas como no artigo “Ondas eletromagnéticas e o impacto na saúde”, disponível em: <file:///C:/Users/Admin/Downloads/4054-21478-2-PB.pdf>.

dos países amazônicos como parques nacionais e áreas protegidas. Lá estão 15% do total mundial de bauxita. A Amazônia é, assim, uma das principais preocupações sul-americanas e internacionais na questão ambiental (DUPAS, 2006, p. 229).

Destarte, torna-se imprescindível as constantes discussões acerca da região amazônica, tanto que, houve marcante atuação de bancos no financiamento dos projetos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)<sup>4</sup> na região.

O território amazônico passou por grandes transformações no último decênio, com a modernização de muitos ramos tradicionais; o avanço da logística integrada de escoamento da produção agropecuária e mineral e o aparecimento e aperfeiçoamento de novas formas de convivência com a floresta. Este território é muito suscetível a ciclos econômicos e políticos, visto que, é altamente dependente da capacidade fiscal, financeira, legal, institucional, regulatória e de formulação, implantação e monitoramento de projetos do Estado brasileiro. Está sujeito a inversões de capital, que, em sua maioria, dependem do orçamento e da disponibilidade do crédito dos bancos públicos, dos marcos jurídicos e da coordenação das relações federativas pela União (MONTEIRO NETO et al, 2017).

## **Fundo Amazônia**

A Amazônia despertou o interesse internacional desde a colonização, mas especialmente a partir da década de 1970, devido às questões climáticas e à perda de biodiversidade, as florestas tropicais tornaram-se o centro das atenções da comunidade internacional. A partir da década de 1990, o Brasil e a Amazônia tornaram-se um ponto de referência da cooperação internacional para programas, projetos e pesquisas para a conservação sustentável da natureza. A Amazônia tem sido

4 O Programa de Aceleração do Crescimento (mais conhecido como PAC), lançado em 28 de janeiro de 2007,[1] foi um programa do governo federal brasileiro que englobava um conjunto de políticas econômicas, planejadas para os quatro anos seguintes, e que teve como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil,[2] prevendo investimentos totais de R\$ 503,9 bilhões até 2010, sendo uma de suas prioridades o investimento em infraestrutura, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros.

alvo de um esforço multilateral com a participação de vários países, organizações internacionais e a sociedade civil tendo em vista o desafio da gestão coletiva das crises ecológicas globais (SILVA, 2004).

O governo brasileiro apresentou em 2007 durante a 13ª Conferência das Partes da UNFCCC<sup>5</sup>, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima a criação de um fundo com objetivo de financiar projetos de monitoramento e redução do desmatamento, diminuição dos gases de efeito estufa (resultado da degradação florestal) e outras políticas de manejo sustentável dos recursos da Amazônia. O Fundo Amazônia foi criado em Agosto de 2008 por meio do Decreto Presidencial 6.527 (BNDS, 2018).

O Fundo Amazônia é de grande atuação e importância para o desenvolvimento sustentável da região, assim como representa a cooperação internacional em plena atividade. Inclusive o Governo federal o divulga em suas redes de comunicação da seguinte forma: “Fundo Amazônia. O Brasil cuida. O mundo apoia. Todos ganham”.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, a captação de recursos para o Fundo Amazônia é realizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o qual também atua como Gestor do Fundo. Todo e qualquer indivíduo, empresa ou instituição interessada em contribuir, em base voluntária, para a redução das emissões de carbono oriundas do desmatamento, incluindo os governos estrangeiros podem contribuir com o FA. Os doadores tem o direito de receber um diploma correspondente a sua contribuição para a redução de emissões de carbono por desmatamento na Amazônia em dado período de referência e poderão, caso o autorizem, ser mencionados na mídia de divulgação do Fundo Amazônia. Os recursos doados ao Fundo Amazônia são depositados em conta dedicada e mantida pelo BNDES e todas as movimentações financeiras são realizadas em conformidade com as legislações financeiras e de movimentação de capitais

---

5 United Nations Framework Convention on ClimateChange (UNFCCC)

nacionais e internacionais, sendo, portanto, condicionadas a padrões e regulamentos que evitem fraudes e lavagem de dinheiro, estando garantido o acesso por auditoria externa a todas as suas operações. O BNDES promove ajustes nos modelos de contratação de doações para acomodá-los a eventuais especificidades dos doadores.

Vejamos alguns valores dos principais doares do Fundo Amazônia:

TOTAL DE DOAÇÕES RECEBIDAS PELO FUNDO AMAZÔNIA (VALORES HISTÓRICOS)				
DOADOR	VALOR CONTRATADO	RECURSOS INGRESSADOS	RECURSOS INGRESSADOS R\$	RECURSOS INGRESSADOS U\$
Governo da Noruega	NOK 8.269.496.000,00	NOK 8.269.496.000,00	3.186.719.318,40*	1.212.378.452,36
República Federativa da Alemanha - KFW	EUR 54.920.000,00	EUR 54.920.000,00	192.690.396,00*	68.143.672,60
Petrobras	R\$ 17.285.079,13	R\$ 17.285.079,13	17.285.079,13	7.713.253,30
<b>Total</b>			<b>3.396.694.793,53</b>	<b>1.288.235.378,26</b>

Fonte: Fundo Amazônia disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/doacoes/> Valores convertidos para R\$ com base na taxa de câmbio média divulgada pelo Banco Central do Brasil, das datas de ingresso de cada parcela, conforme disposto nos diplomas de doação.

De acordo com a Associação Nacional dos servidores da carreira de especialista em Meio Ambiente (ASIBAMA), até 2018, 103 projetos foram financiados pelo FA, aplicados em ações de desenvolvimento sustentável de comunidades indígenas e ribeirinhas. A governança é composta por dois comitês: Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) e o Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA), ambos com participação da sociedade civil. O monitoramento dos recursos do FA é realizado por seus atores, países doadores e diversos órgãos do

governo brasileiro. Em abril de 2019, o ministro do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ricardo Salles, indicou problemas na governança do FA, mas embaixadas dos principais países doadores e o Tribunal de Contas da União (TCU) rechaçaram problemas na gestão do Fundo e divergiram da adequação de sua governança aos princípios da transparência e eficiência requeridos. O presidente do BNDES à época, Joaquim Levy, demitiu a coordenadora de meio ambiente do banco, responsável pela equipe que geria o FA, observando-se ingerência política em uma área técnica.

O fato em questão revela que o ministro do MMA, ávido pelos recursos do Fundo Amazônia ameaça a contínua doação da Noruega e Alemanha que se posicionam contrárias às alterações nas regras de governança do Fundo e à extinção do COFA e do CTFA, criados pelo Decreto nº 6.527/2008 e extintos pelo Decreto nº 9.759/2019 do atual governo de Jair Bolsonaro. Os maiores doadores do FA (Noruega e Alemanha) também se mostraram divergentes quanto à alteração da destinação dos recursos, tirando-os dos projetos de conservação e destinando-os à indenização de proprietários, na sua maioria latifundiários e grileiros (ASCEMA, 2019).

### **Política ambiental intergovernamental**

Outra forma de cooperação em prol da sustentabilidade da região amazônica é a Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia (OTCA), que é uma organização intergovernamental criada em 1997 por países que partilham o território amazônico - Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela e um território francês- Guiana Francesa. Desenvolve projetos de interesse para a sustentabilidade ambiental da Amazônia, com decisiva contribuição brasileira, em áreas como monitoramento da cobertura florestal, preservação da qualidade dos recursos hídricos e promoção dos direitos dos povos indígenas (MMA, 2018).

Neste contexto importante sobre a culminância de uma importante Organização Intergovernamental como

a OTCA, cabe lembrar que a primeira tentativa de criar um organismo internacional aconteceu pela Liga das Nações, de 1919, oriunda do consenso entre as potências aliadas posteriormente a Primeira Grande Guerra. O presidente norte-americano Woodrow Wilson foi um dos principais precursores da ideia, visto que o objetivo era evitar um novo conflito de proporções mundiais, através de um foro responsável por solucionar de maneira pacífica todas as eventuais controvérsias (BATH, 1989). Todas estas iniciativas carregam em si, uma prevenção do colapso de alguns temas que, no caso do Meio Ambiente, insere o Brasil e os demais países numa responsabilidade e posição de interagir de forma pacífica com todos os países amazônicos ou não amazônicos, inclusive os doares do FA objetivando a cooperação internacional.

Mazzuoli (2013), afirma que as organizações intergovernamentais é resultado de uma generosa evolução das relações bilaterais e multilaterais pelos Estados, e seu fundamento está na impossibilidade que os Estados geralmente possuem, por motivos sociais e econômicos. Tanto as organizações intergovernamentais quanto as organizações não governamentais são igualmente resultado de um ato de vontade.

Notadamente, a OTCA é importante para promover o desenvolvimento sustentável da região ao tempo que também possui alguns desafios de caráter político a serem superados. Por exemplo, metade dos membros da OTCA (Brasil, Colômbia, Equador e Peru) reconhecem Juan Guaidó e não Nicolas Maduro como presidente legítimo da Venezuela, portanto compromete inclusive as reuniões de chanceleres/ministros dos países que compõem a OTCA, caracterizando um problema político.

Em 1º de dezembro de 2017, em Tena (Equador), ocorreu a XIII Reunião de Ministros de Relações Exteriores dos Países Membros. O Brasil foi representado pelo subsecretário-geral da América Latina e do Caribe, embaixador Paulo Estivallet de Mesquita que disse:

“[...] esta é a primeira reunião de chanceleres da OTCA desde assinatura do Acordo de Paris sobre Mudança do Clima e da definição da agenda 2030 das Nações Unidas para desenvolvimento sustentável, nestes dois diplomas as discussões sobre sustentabilidade vieram em maior importância e profundidade, compromissos assumidos no Acordo de Paris na adesão aos objetivos 2030 devem servir de norte para nossa atuação em âmbito regional. A OTCA não tem se mostrado alheia a estes desafios, e o governo brasileiro tem satisfação em celebrar e endossar os esforços empreendidos para atualizar as estratégias de cooperação amazônica, documento que balizará a atuação da OTCA no próximo decênio, a densidade da agenda ambiental da organização é evidenciada pelos numerosos projetos licitados. Permito-me destacar sem a pretensão de ser exaustivo, algumas iniciativas emblemáticas. Projeto de Monitoramento da cobertura florestal é executado desde Junho de 2011 com apoio do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) e financiamento do Fundo Amazônia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O projeto que é um exemplo para outras regiões deu origem a uma iniciativa pioneira, a elaboração de mapas regionais de desmatamento a partir dos dados fornecidos pelos técnicos de cada um de nossos 08 países, esse produto regional permitirá a otimização das políticas públicas na área de combate ao desmatamento na floresta amazônica [...]” **(transcrição minha, vídeo da chancelaria do Equador, 2017).**

Percebe-se, que a “voz” do Ministro Estilvalett representando o Brasil na ocasião, é alicerçada na contribuição do Fundo Amazônia, forte incentivador dos projetos de sustentabilidade promovidos na região a nível local inclusive com a capacidade de monitoramento pelo INPE. Nota-se ainda, que estes instrumentos de cooperação, projetos e monitoramentos permitem a intersecção descrita no início deste artigo, ou seja, a cooperação dos Estados, das organizações internacionais, das agências governamentais, da ONU e suas agências, fundações, órgãos de fomento, ONGs e empresas privadas em prol do desenvolvimento sustentável da região.

Para Bertha Becker (2005), o projeto de integração da Amazônia sul-americana, é de fundamental importância no contexto regional pelas seguintes razões:

1. Porque a união dos países amazônicos pode fortalecer o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e construir um

contraponto nas relações com Estados Unidos e a União Europeia.

2. Para ter uma estratégia comum no cenário internacional, o que fortalece a voz da América do Sul.

3. Porque é fundamental para estabelecer projetos conjuntos de aproveitamento da biodiversidade e da água, inclusive nas áreas que já possuem equipamento territorial e intercâmbio, como é o caso das cidades localizadas em pontos das fronteiras políticas.

A ideia de cooperação ganha escopo e os processos de integração regional são levados à cabo, uns com menos ou mais sucesso, menor ou maior tempo de durabilidade, por exemplo, o FA possui pouco mais de 10 anos, já a OTCA, surgiu em decorrência do Tratado de Cooperação Amazônica que já possui mais de 40 anos (SOUZA et al, 2017).

O território amazônico é relevante para entender a dinâmica política e econômica desenvolvida no âmbito dos principais blocos da América do Sul, bem como para o robustecimento da integração nesta região. Somados a isso, é um espectro que possibilita a projeção internacional do país além de fortalecer a política de defesa e segurança nacional, sobretudo face ao grande interesse dos principais atores do cenário internacional em exercer influência nessa região (SANTOS, 2014).

### **Crise na Diplomacia Ambiental**

Rubens Barbosa, ex-embaixador nos EUA, em artigo publicado em Setembro de 2019 no “Estadão”, afirma que “o debate atual sobre as queimadas, o desmatamento e o garimpo ilegais ganhou repercussão internacional e transformou-se na mais grave crise externa brasileira desde os anos 70 e 80”.

Explica ainda, que a mudança do clima permeia os vários fóruns internacionais, as reuniões do G7<sup>6</sup>, a Organiza-

---

6 Grupo dos países mais industrializados do mundo, composto por: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido.

ção Mundial do Comércio (OMC) e o Vaticano: “Não há como confrontar a tendência global de definir políticas de preservação do meio ambiente e de mudança do clima. Esse tema passará a interferir na estratégia de negócios.” O Brasil entra em descompasso com o mundo globalizado através de isolamento cada vez maior com as fontes de cooperação internacional no que diz respeito a Amazônia.

A sobrevivência do poder hegemônico de países como Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos depende do acesso à vasta fronteira internacional de recursos naturais estratégicos. A Amazônia guarda um grande estoque desses recursos, passando a ser, portanto, centro de referência nas políticas de planejamento estratégico por parte de economias hegemônicas, como a dos Estados Unidos, na busca de regiões ricas em recursos naturais no século XXI (AMIN, 2015).

A região, para alguns, é um espaço geopolítico estratégico como regulador das possíveis mudanças climáticas e, para outros, uma fronteira econômica amplamente cobiçada pelas metrópoles brasileiras e por potências e corporações internacionais (CAMPELLO, 2013).

O Brasil se negou a sediar a COOP<sup>7</sup> e o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles não fez parte desta decisão, o que seria uma oportunidade para restabelecer o cenário ambiental perante a visível crise ambiental. Esta crise pode ser afirmada devido ao fundo amazônico incerto, a própria relação entre os chefes de governo estremecidos, como foi o caso entre o presidente Bolsonaro e presidente da França Emanuel Macrón em trocas de hostilidades o que não contribui para a cooperação internacional.

Destaca-se que, o conhecimento crescente dos recursos naturais, da matéria, da vida e da natureza no seu conjunto não só implica grandes avanços científicos e tecnológicos, elevação drástica da produtividade do trabalho e uma crescente

---

7 Conference of the parties (COOP) -órgão supremo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que reúne anualmente os países Parte em conferências mundiais.

capacidade de acumulação de capital (concentração, centralização e estatização), mas também revela problema essencialmente político: a sustentabilidade do planeta perante a insustentabilidade do capitalismo contemporâneo, suas formas de acumulação e seus limites para superar a anarquia do mercado e gerenciar o desenvolvimento das forças produtivas em nível planetário (BRUCKMANN, 2011).

Esta crise exige dos governos maior senso de cooperação e compromisso com o desenvolvimento sustentável, visto que, o meio ambiente não reconhece fronteiras geográficas tornando-se responsabilidade de todas as soberanias em escala global.

## **Conclusão**

Fica evidente a importância e considerável influência do exercício da cooperação internacional e função diplomática perante às causas ambientais, com o encorajamento de suas diretrizes para fundamentar a tendência mundial voltada ao meio ambiente.

Foi apresentado dados do Fundo Amazônia como comprovação dos benefícios para o desenvolvimento sustentável num mundo cada vez menos sustentável, nesse sentido, a OTCA, o Fundo Amazônia, assim como a sociedade civil, profissionais de meio ambiente e comunidade acadêmica merecem o devido destaque, visto que, recebem, apreciam e desenvolvem diversas discussões na área.

A cooperação internacional não se apresenta de forma estável, pois há um dilema onde, a maior probabilidade é de que os países se dispersem, mesmo que a questão ambiental chegue a ser abrangente devido ao conceito de desenvolvimento sustentável que envolve questões sociais, políticas e econômicas.

A Amazônia ainda não é reconhecida de forma adequada por suas funções vitais na governança mundial, embora esteja sendo fortemente impactada pela crise climática e even-

tos extremos decorrentes. No âmbito da política doméstica, um conjunto de medidas políticas e atos governamentais recentes, tem subtraído direitos sociais de minorias étnicas e promovido retrocessos na agenda ambiental, comprometendo as metas assumidas pelo Brasil para a cooperação internacional como o Acordo de Paris e Agenda 2030 perante a ONU.

### **Referências Bibliográficas**

AMIN, Mario Miguel. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI, 2015 in: Revista Crítica de Ciências Sociais. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/5993>

AYALA, Patryck de Araújo; SENN, Adriana V. Pommer. Cooperação Internacional em matéria ambiental: elementos do direito brasileiro e do direito internacional do meio ambiente. Revista de Direito GV, 2008. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=ee0b86d2e127f776>

Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (ASIBAMA), Nota, 2019. Disponível em: [www.ascemanacional.org.br](http://www.ascemanacional.org.br)

BATH, Sérgio F. Guarischi. O que é Diplomacia. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, São Paulo, v.19, n. 53, 2005.

BRUCKMANN, Mônica. Recursos naturais e a geopolítica da integração sul-americana in: Governança global e integração da América do Sul / organizadores: André Rego Viana, Pedro Silva Barros, André Bojikian Calixtre. – Brasília : Ipea, 2011.

CAMPELLO, Marcelo. *Dissertação de mestrado A questão ambiental e a nova geopolítica das nações: impactos e pressões sobre a Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro, UFRJ / IE / PEPI / Programa de Pós Graduação em Economia Política Internacional, 2013.

DIVARDIN, Danilo Henrique. *Dissertação de mestrado: Cooperação internacional e meio ambiente: os programas da USAID no Brasil*, 2008.

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. Editora UNESP, São Paulo, 2006.

GARCIA, Tatiana de Souza Leite. *Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia. Desenvolvimento sustentável e cooperação internacional: financiamentos do PPG-7/PDA para o assentamento Riacho das Ostras*. Uberlândia, 2005.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2018. Disponível em: [https://www.mma.gov.br/estruturas/sfb/\\_arquivos/fundo\\_amazonia\\_2008\\_95.pdf](https://www.mma.gov.br/estruturas/sfb/_arquivos/fundo_amazonia_2008_95.pdf)

NETO MONTEIRO, Aristides; BRANDÃO, Carlos Antônio; CASTRO, César Nunes de. Desenvolvimento regional brasileiro: dilemas e perspectivas neste início de século XXI Castro in: Desenvolvimento regional no Brasil : políticas, estratégias e perspectivas / - Rio de Janeiro : Ipea, 2017.

RIBEIRO, Wagner Costa. Cooperação internacional. In: Almanaque Brasil Socioambiental. Instituto Socioambiental. São Paulo, 2007.

SANTOS, Leandro Fernandes Sampaio. A Amazônia como Instrumento da Política Externa Brasileira. Aurora, Marília, v. 7 n. 2, 2014.

SIFFERT, Nelson et al. O BNDES e a questão energética e logística da Região Amazônica in: Um olhar para o desenvolvimento: Amazônia. Rio de Janeiro, BNDS, 2014.

SILVA, Marcelle Ivie da Costa. Amazônia e política de defesa no Brasil (1985-2002). 2004. 129 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SOUZA, Elany Almeida de; SOUZA, Mariana de Castro Silva; PINTO, Danielle Jacson Ayres. Variáveis relevantes na proteção da biodiversidade da Amazônia: securitização, regionalismo e Defesa in: O lugar da Amazônia nas Relações Internacionais: novas abordagens Whitney Cabral e Daniel Chaves (orgs.) Macapá, Editora da Unifap, 2017.

VIOLA, Eduardo. As complexas negociações internacionais para atenuar as mudanças climáticas. In: TRIGUEIRO, André (org.). Meio ambiente no século 21. 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

XIII Reunião de Ministros de Relações Exteriores dos Países Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) Chancelaria do Equador, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3oLUVTPMAo4>

## **Diálogos entre África e Amazônia: as experiências missionárias da “Tutela” e da “Promoção Humana” e seus desdobramentos na formação de vozes públicas em sociedades pós-coloniais<sup>1</sup>**

*Patrícia Teixeira Santos  
Guilherme Gitahy de Figueiredo*

Este artigo propõe-se a problematizar a emergência do princípio da “Promoção Humana”, que se originou nos anos 60 do século XX com a orientação das missões AD GENTES (para todos os povos e culturas), como uma resposta à crítica ao colonialismo na África e na Ásia e do envolvimento das igrejas cristãs com esse processo. A “Promoção Humana” surgiu como tradução cristã da ideia de autodeterminação dos povos, e propiciou importantes diálogos no campo religioso sobre o que poderia ser o fim da tutela colonial e o favorecimento das reivindicações e das singularidades dos povos não brancos que eram cristãos.

Neste processo de importantes experiências de interação com a sociedade civil e com espaços missionários africanos e da América Latina, enriqueceram-se as práticas pastorais e a emergência de novos protagonistas na ação evangelizadora. Diálogos em torno da “Promoção Humana” surgiram em espaços religiosos propiciados por diferentes congregações missionárias, dentre as quais destacamos aqui a Congregação do Espírito Santo, que tem presença em Tefé (AM) e também em espaços missionários do sul de Angola, entre outras áreas na África e no Brasil atendidas pela ação desta instituição.

O tema das experiências missionárias tornou-se importante para a compreensão das trajetórias históricas do Bra-

---

<sup>1</sup> Versão revisada e ampliada da apresentação do dossiê especial sobre experiências missionárias na África e na Amazônia publicado no volume 11, número 1, da revista *Canoa do Tempo* de dezembro de 2018.

sil e da África, para além dos estudos da escravidão atlântica e da pós-abolição no Brasil. Fazer missão e a atenção às chamadas populações nativas no século XX trouxe, para o estudo da história das igrejas cristãs, todo um arcabouço conceitual e teórico que influenciou os processos de formação dos estados africanos nos anos 60 do século XX, e traçou novos rumos para a participação social civil no Brasil da democratização e da Nova República. Neste sentido, é fundamental apontarmos para as transformações que a ideia e a ação missionária sofreram ao longo do século XX, fundamentadas em dois importantes aspectos: o princípio da “Tutela” que durou até os anos 60, e o da “Autodeterminação dos Povos”, que vem do universo político e que ganhou um equivalente religioso, denominado “Promoção Humana”.

A ação missionária cristã católica, até o fim da Primeira Guerra Mundial, estava profundamente imbricada no projeto de expansão da civilização europeia ocidental e pela perspectiva de negação ou de aceitação das estruturas sociais e religiosas indígenas da África e América. A Missão era, concretamente, o processo de mudança da paisagem e da estrutura social, da corporeidade das populações englobadas por esta ação, que visava construir uma estrutura material, econômica e espiritual que marcasse a inserção do território e dos seus habitantes na esfera católica, tutelada por uma nação europeia apoiadora daquele projeto religioso.

As populações tuteladas nas relações religiosas e nos regimes de trabalhos forçados fariam uma necessária transição da barbárie para a civilização, que havia se tornado sinônima de cristandade. Nas experiências missionárias africanas e na América, o Estado colonial incorporava os territórios missionários: as estruturas religiosas e a administração colonial coexistiam. Em alguns setores, como na área da educação e da saúde, as igrejas cristãs forneciam os hospitais e escolas que tornaram-se também instituições dos diferentes regimes coloniais. Na região que hoje corresponde à Amazônia brasileira, no século XVIII quase todas as localidades da sociedade colo-

nial eram missões antes da expulsão dos jesuítas e a criação dos “diretórios” por Marquês de Pombal. Em 1720, por exemplo, havia 54.216 indígenas em 63 missões no Pará, enquanto as povoações de brancos eram 9 com até 4 mil casais no Pará e Maranhão (Fragoso, 1992).

No entanto, o desenvolvimento desta ação de civilização, que pressupunha a inserção religiosa ao mesmo tempo na estrutura do controle do trabalho e da administração dos territórios, exigiu um sistema educacional que preparasse para o trabalho e que acabou por levar ao fim do escravismo nas relações de trabalho, tornando-as “modernas”, “civilizadas” e “ocidentais”. Essas ações disciplinadoras dos trabalhadores africanos, por parte da pedagogia missionária do trabalho (com o desenvolvimento de escolas artesanais, institutos de artes e ofícios, escolas e universidades técnicas), estenderam-se para além dos espaços missionários africanos, controlados por administrações estrangeiras, e também foram utilizadas em áreas missionárias do Brasil e da América Latina, notadamente entre as populações indígenas. Suas gentes e terras eram definidas como tuteladas pela lógica de Estados republicanos, de modo que o trabalho e a lógica da organização dos espaços precisavam ser orientados para essa nova organização política, que os colocava dentro de fronteiras nacionais e lhes atribuía um novo papel histórico subalterno.

Os missionários espiritanos, que chegaram nas áreas amazônicas no início do século XX, trouxeram no horizonte mental e nas experiências de ação as formas de controle e de educação das chamadas populações indígenas africanas. Além disso, apostaram na educação artesanal, no desenvolvimento das artes e ofícios e na cristianização dos espaços e das relações, para que as missões pudessem produzir na experiência brasileira um espaço civilizado para a República do Brasil. Percebe-se que, da década de 1910 até os anos de 1960, a tutela era a ação esperada para os povos considerados indígenas em suas próprias terras, e que tais estruturas de educação podiam circular em espaços considerados tão diversos porque tinham

a perspectiva de conduzir seres diferentes a uma estrutura de Estado que era considerada universal, homogeneizadora e civilizada.

No entanto, se no desenho da ação civilizadora missionária dos estatutos do indigenato em África estava prevista a negação da relação de pertença dos territórios indígenas, o que deveria garantir populações mais dóceis e passíveis de serem tuteladas, a realidade das estruturas missionárias era mais complexa. Estas se revelaram frágeis ante os sistemas sociais africanos, o que suscitou uma série de negociações, conflitos e acomodações entre os agentes religiosos e os sistemas de chefaturas locais. O cristianismo permaneceu em grande parte das sociedades africanas porque também se tornou africano, ou seja, houve um processo de reapropriação e reelaboração das experiências religiosas e cosmogônicas, no qual o cristianismo que persistiu foi o que necessariamente tornou-se também uma religião local, uma forma de compreensão do processo de ocidentalização do mundo, e um caminho de reatualização e de preservação dos cultos de ancestrais.

É importante destacarmos aqui a grande importância da atuação do chamado *catequista nativo*. Se ao missionário branco cabia a fundação da missão, a benção da capela e a ação dos sacramentos, ao catequista cabia toda a comunicação e tradução possível de discursos e símbolos que circulavam entre os universos dos missionários estrangeiros e das populações locais. O missionário estrangeiro circulava, mas era o catequista não branco que permanecia, organizava, fazia reuniões, mobilizava, preparava as populações para os sacramentos e que garantia, portanto, a construção de um espaço missionário de fato, pelo qual transitavam pessoas, línguas de contato, hierarquias e estruturas de poder.

As escolas artesanais e os institutos de artes e ofícios ganharam também importantes significados locais, que extrapolaram a educação tutelar missionária. Tornaram-se signos de distinção social, requalificação de antigas hierarquias locais e de um novo empoderamento que garantiu a autorida-

de para que agentes dos sistemas de chefaturas pudessem negociar com as autoridades missionárias e coloniais os termos dos processos de recrutamento e das hierarquias nos postos de trabalho. Os espaços africanos sofreram o impacto da presença missionária cristã, mas as Igrejas cristãs e suas sedes e hierarquias foram afetadas também por essas dinâmicas, o que complexifica os estudos sobre as dinâmicas coloniais africanas. Quando observados e analisados, esses espaços trazem muitas informações do que foi o sistema de administração colonial indireta, que foi majoritário durante o colonialismo no continente africano no século XX.

As populações indígenas da área amazônica deram também contornos e expressões especiais para as estruturas de educação artesanal e agrícola trazidas pelos missionários, e permitiram, com a sua ação, a construção de uma experiência católica local que não poderia ser reduzida à perspectiva homogeneizadora tanto do catolicismo quanto do Estado republicano brasileiro. Esse dinamismo próprio reconfigurou antigas hierarquias sociais, como por exemplo no caso da experiência missionária em Tefé, Amazonas, onde também investiu as antigas relações de poder, dando às mesmas um forte poder mobilizador e de negociação com o Estado brasileiro e as demais entidades sociais. Havia, portanto o cristianismo africano, como também um brasileiro e, dentro desses universos, diversas outras formas de vivências sociais e políticas, nas quais as missões e demais espaços religiosos se tornaram, tanto para missionários quanto para missionados, importantes espaços e veículos de negociação, formação de hierarquias e elites regionais, produzindo as vozes públicas que tiveram importantes papéis políticos de intervenção e reivindicação.

O fim da Segunda Guerra Mundial trouxe um abalo a essas estruturas missionárias centradas nas ações de tutela e de controle de territórios. Nas experiências africanas, os estatutos de indigenato foram extintos e as guerras coloniais trouxeram novos horizontes de renegociação de poder, mas também a tensão de serem inseridas numa nova situação histórica

desconhecida. Neste processo, diversas ordens e congregações missionárias católicas e igrejas protestantes foram expulsas da África. A partir da criação da ONU e da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, a tutela foi denunciada como colonialismo e ação de violação dos direitos humanos. Nos anos 60, a atuação de Claude Lévi-Strauss (1973) na UNESCO consolidou uma importante reflexão sobre as culturas do mundo que incluiu a crítica do colonialismo europeu enquanto violador do princípio do respeito à diversidade e, com ela, da humanidade e dos povos colonizados.

A crise do paradigma da missão foi profunda. Para as igrejas cristãs denunciadas por intelectuais e políticos africanos como “agentes do colonialismo”, era preciso repensar tudo o que havia ocorrido. Os missionários que retornaram à Europa, às suas antigas dioceses e cidades, estavam deslocados. A Europa que deixaram para ir à África não era mais a mesma, e os territórios de missão não os queriam. Diante desta situação, eles se colocaram a seguinte pergunta: os cristianismos africanos morreram com a expulsão dos missionários? Esta questão foi fundamental por ocasião da convocação do Concílio Vaticano II em 1961 pelo Papa João XXIII, e que teve prosseguimento com o Papa Paulo VI. Em face da crise missionária, o Concílio reconheceu que existia um catolicismo africano transformado e reorganizado de acordo com as dinâmicas locais. Além disso, os rituais católicos passaram a ser realizados nas línguas nacionais e a forma ‘africana’ de celebração da missa, chamada de “Rito Zaireense” em homenagem ao antigo Reino do Congo e aos primeiros cristãos da África, passou a existir junto com o ritual romano da missa.

Tais transformações foram de grande importância para o reconhecimento das igrejas africanas cristãs e para a formação do alto clero do continente, que passou a participar das decisões do catolicismo mundial em Roma e a ter a possibilidade de lançar candidatos ao papado. Essas mudanças contribuíram para o retorno dos missionários nos anos 1960, momento histórico das lutas anticoloniais, e com isso as igrejas foram

desafiadas a se incorporar nos projetos de construção das novas nações africanas. Para isto, um pressuposto do Concílio foi de fundamental importância: o reconhecimento do pluralismo religioso e o desafio de ser uma religião que coexistiria com as demais, desenvolvendo uma atitude de presença e de diálogo nas nações, não mais a colonização de territórios missionários.

Com o fim da visão da missão de tutela dos povos missionados e a afirmação de que as mesmas se dirigem a povos livres e autodeterminados, os paradigmas da ação missionária em África e no Brasil foram transformados pela crítica colonial, e os missionários passaram a enfrentar o dilema de serem uma presença religiosa num universo político laico pós guerras de libertação nacional e, no caso da América Latina, pós ditaduras fascistas. Junto com as mudanças na ação pastoral, promoveu-se também a ação de salvaguardar a memória não só da missão, mas das igrejas nos antigos locais missionados. Os registros das ações pastorais e dos movimentos leigos são de inestimável valor de pesquisa.

Sobre os acervos documentais e patrimônios artísticos produzidos pelos missionários, Santos aponta:

Temos a compreensão de que a ação missionária produziu um espectro bastante amplo de artefatos, textos, edificações e diferentes tipos de fontes escritas e audiovisuais que nos levam a aprofundar a perspectiva da análise do processo de mediação também como uma ação de produção de patrimônios materiais do Cristianismo, que precisam ser abordados de forma diferenciada e que merecem projetos específicos de trato documental, análise e contribuição para o estudo da ação dos missionários na África e a constituição das cristandades locais do final do século XVIII ao XX (SANTOS, Patrícia Teixeira, FALCÃO, Nuno e SILVA, Lúcia Helena, 2015, p.19).

Os anos 60 do século XX foram marcados pela emergência de um catolicismo social que dialogava com a vida e as experiências de populações antes vistas como tuteladas, mas que passaram a ser consideradas como partes da Igreja, como protagonistas no desenvolvimento da vida eclesial e comunitária. Em tais espaços produziram-se importantes vozes públicas que tiveram expressão na transformação das condições

materiais da vida social. Em Tefé foi fundada, em 1963, a Rádio Educação Rural de Tefé que, seguindo o exemplo da Rádio Sutatenza, da Colômbia, levou a evangelização e a educação popular para lugares distantes da selva, reunindo povos indígenas e seringueiros, antes dispersos pela economia da borracha, em novas comunidades ribeirinhas mais próximas dos centros urbanos. Tendo como referência a pedagogia de Paulo Freire, o Movimento de Educação de Base em Tefé durou 40 anos ajudando a formar cidadãos, movimento sociais e instituições a partir de um viés de diálogo e valorização das tradições e identidades regionais (HOUNSELL & COELHO, 2018).

Se nas experiências de “Tutela” os povos indígenas já tinham um poder significativo na remodelação das experiências missionárias, com a “Promoção humana” essa agência passou a ser reconhecida e valorizada. Um bom exemplo foi a experiência do programa de rádio “A Voz do Parenté”, iniciado pela Pastoral Indigenista de Tefé nos anos 1980. Inicialmente o programa era organizado por indigenistas que entrevistavam as lideranças indígenas, mas depois estes assumiram a condução do programa, que passou a ter um papel importante no processo de articulação entre as aldeias para a organização do movimento indígena (MACIEL, 2009).

A “Promoção humana” também inspirou ações para além da própria Igreja, e um exemplo disso foi a formação da rádio Xibé na Universidade do Estado do Amazonas de Tefé em 2006, e a rádio Voz da Ilha, na Escola Estadual Getúlio Vargas em 2010. São “rádios livres”, ou seja, geridas por coletivos imaginados como “horizontais”, sem diretoria, abertas à participação da população e interessadas em promover a liberdade de expressão, o que remete a uma tradição de rádios libertárias que surgiram sobretudo a partir dos movimentos de juventude de 1968. Por outro lado, essas rádios também reproduziram muito da tradição missionária quando se tornaram itinerantes: passaram a ser levadas e instaladas em bairros, escolas, comunidades e aldeias, se tornando instrumentos importantes de educação popular ao lado de outras ferramentas como o teatro, a dança, etc.. A tradição dos coletivos autônomos, animada por

rádios livres, tem grande afinidade com a “Promoção Humana”, já que ambas almejam facilitar a autonomia dos povos (FIGUEIREDO, 2018).

Novamente Paulo Freire (2005) foi uma importante inspiração, ao preconizar a união entre reflexão, ação e diálogo como elementos indispensáveis para a “humanização”. Esses coletivos passaram a contar com a participação lado a lado de indígenas e não indígenas, e houve até um caso em que, graças às experiências de liberdade de expressão na rádio, um integrante passou a afirmar sua identidade indígena e estimular outros jovens a fazer o mesmo. Esse foi o caso de Gleison Martins, que participou da Xibé e da Voz da Ilha, e que logo em seguida passou a buscar mais conhecimentos sobre sua língua e tradições, inspirando-se na tradição dos coletivos autônomos para criar o Yat+r+ykua (União do Conhecimento), um coletivo voltado para a pesquisa e a realização de oficinas sobre a cultura Kokama (FIGUEIREDO, 2017; 2018). Em 2019 Martins fundou o Conselho Indígena Kokama da Amazônia, junto com mais uma moça e três rapazes que começaram a militância na rádio Voz da Ilha. Como efeito desse processo de emergência étnica hoje sabemos, retrospectivamente, que a Voz da Ilha era uma rádio liderada por cinco indígenas Kokama e mais um companheiro que depois se afirmou Miranha.

Tais análises nos fazem repensar as relações entre Estados e Instituições Missionárias, e a continuidade das ações missionárias e da produção de vozes públicas são fatos que suscitam a seguinte pergunta: porque as missões persistem a partir e para além da Igreja? Um dos caminhos interpretativos pode passar pela importância que os Estados contemporâneos atribuem à mediação dos missionários para se chegar a populações periféricas, não incluídas na vida e participação cidadã plena. Outra possibilidade pode ser a importância da produção e salvaguarda de vozes públicas que questionam os Estados e suas políticas de exclusão. O fato é que esse fenômeno ainda é muito forte na experiência contemporânea das sociedades originárias dos antigos sistemas coloniais nas Américas e em África (SANTOS, 2015).

## Referências bibliográficas:

MACIEL, Benedito do Espírito Santo Pena. *Da proa da canoa: por uma etnografia do movimento indígena em Tefé*. *Revista Somanlu*, ano 9, n. 2, jul/dez 2009. PP. 111-126.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy. Trajetórias, palavras e silêncios indígenas na “key note” da AMARC. In: BROCK, Nils; MALERBA, João Paulo. *Rádios Comunitárias em Tempos Digitais*. Rio de Janeiro: AMARC-Brasil, 2017. PP. 51-58.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de ; PAULA JÚNIOR, Pedro Pontes de. A Rádio Xibé entre o colonialismo tecnológico e a tecedura de relações de escuta. In: FIGUEIREDO; COELHO & SCHWAMBORN. *Reinvenções do rádio: tecnologia, educação e participação*. Alexa Cultural: São Paulo, 2018. PP. 147-166.

FRAGOSO, Hugo. A era missionária. In: HOORNAERT, Eduardo (org). *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992. PP. 139-209.”

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HOUNSELL, Maria de Lourdes Valente; COELHO, Leni Rodrigues. Programas radiofônicos da Rádio Educação Rural de Tefé: limites e possibilidades do Movimento de Educação de Base. *Reinvenções do rádio: tecnologia, educação e participação*. Alexa Cultural: São Paulo, 2018. PP. 95-110.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e História*. 5a ed. Lisboa: Presença, 1973.

SANTOS, Patricia Teixeira, FALCÃO, Nuno, SILVA, Lucia Helena Oliveira. Fontes e pesquisas da História das missões cristãs na África: arquivos e acervos, in: *Africania Studia* 23. Experiências Missionárias: Trajetórias coloniais e pós coloniais em África. Porto: CEAUP- Humus Editorial, 2015. PP. 15-23

SANTOS, Patricia Teixeira. Paolo VI e il Cattolicesimo sociale. Riflessioni a partir dalle esperienze del Brasile e del Mozambico (1964-1978), in: *Istituto Paolo VI – Notiziario n. 70*. Brescia, dicembre 2015. PP. 70-77

## O perfil do trabalhador informal do Lago do Limão em 2019

*Sarah Ewellin da Silva Ribas  
Armando Clóvis Marques de Souza  
Kamilla Ingrid Loureiro e Silva*

### **Introdução**

O conceito do Setor Informal foi criado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), com a finalidade de encaixar as atividades de estrita sobrevivência, incentivando atividades que poderiam amenizar o problema da fome e da pobreza, servindo como fonte de renda para as famílias. A partir desse conceito, vários autores desenvolveram seus estudos sobre a questão da informalidade.

O trabalho informal é aquele caracterizado como a prática de uma atividade produtiva e geradora de renda sem que haja registros oficiais do vínculo empregatício entre patrão e empregado, como carteira de trabalho assinada e contribuição para o instituto de previdência social. São considerados trabalhadores informais: camelôs, feirantes, flanelinhas e vendedores ambulantes, por exemplo. (Alves e Garcia, 2002).

Segundo dados divulgados no segundo trimestre de 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), o trabalho informal atingiu no primeiro trimestre de 2019 cerca de 11,4 milhões de brasileiros, a maior quantidade registrada dessa classificação de trabalho da história, portanto, o trabalho informal é um grande e importante gerador de renda.

O IBGE mostrou também que as regiões de interior têm uma maior concentração de trabalho informal, no entanto, a renda ganha nas regiões rurais é menor do que nas regiões metropolitanas, dentre estas, as menores rendas se concentram

na região norte e nordeste, sendo a mais baixa no interior do Amazonas.

A concentração do trabalho informal no Lago do Limão é rapidamente percebida, e o estudo sobre o perfil do trabalhador informal da comunidade visa identificar as suas principais características e demonstrar os impactos causados pela informalidade nos trabalhadores atualmente.

A informalidade causa impactos negativos para o trabalhador, como remuneração abaixo do ideal, privação dos benefícios de seguridade social, a aposentadoria, e sem carteira de trabalho registrada não há garantia da compensação financeira em casos de doenças e acidentes, como nas licenças médicas. Desse modo, o estado não pode intervir porque o trabalhador fica fora do seu controle.

*Dessa maneira, o trabalho informal pode ser considerado como um problema grave e histórico das economias capitalistas* (FREITAS JR, et al., 2010). Entretanto, é tanto um meio encontrado por cidadãos desempregados de tentar garantir sua sobrevivência, como também uma forma de aumentar a sua renda, até mesmo ser dono do seu próprio negócio.

Tendo como objetivo geral deste estudo a identificação do perfil do trabalhador informal do Lago do Limão no ano de 2019. Pretende-se também identificar indicadores demográficos, o nível socioeconômico dos trabalhadores informais, analisar estes indicadores, e detectar as suas fragilidades.

A presente pesquisa se justifica através da preocupação de identificar o perfil do trabalhador informal do Lago do Limão, levando em consideração o crescimento contínuo e a importância deste setor para a comunidade. Esta pesquisa contribuirá para apurar a real necessidade dos trabalhadores que estão inseridos neste âmbito de trabalho. Diante desse fato, é de fundamental importância que as autoridades do município conheçam o perfil do trabalhador informal do Lago do Limão, para que, deste modo, obtenham conhecimentos suficientes para lidar com esta parcela importante de trabalhadores e construir meios de impactá-los positivamente.

Esta pesquisa está organizada em 4 partes, a primeira se constitui de uma introdução, referencial teórico e metodologia; a segunda apresenta o Lago do Limão e a representatividade das atividades informais na comunidade, a terceira demonstra o perfil do trabalhador informal da comunidade, indicando dados demográficos e socioeconômicos dos trabalhadores e a quarta apresenta as considerações finais da pesquisa.

### **Referencial Teórico**

O termo “informal” foi caracterizado pela primeira vez pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), após conferência realizada em 1969, que lhe atribuiu às seguintes características: (a) propriedade familiar do empreendimento; (b) origem e aporte próprio dos recursos; (c) pequena escala de produção; (d) facilidade de ingresso; (e) uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; (f) aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino; e (g) participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado (OIT apud CACCIAMALLI, 1990).

O trabalho informal pode ser encontrado com maior frequência em países de capitalismo periférico, como o Brasil. Nos interiores, o trabalho informal assume dimensões de maior proporção devido à precária oferta de trabalho formal. A informalidade é um processo que está em crescimento “(...) não apenas como uma forma de subemprego disfarçado, mas como a tendência central do mundo do trabalho no Brasil” (OLIVEIRA, 2000, p. 13).

De acordo com Leite e Araújo (2009), o mercado de trabalho informal tem relação com a pobreza, ocasionada pela desigualdade criada pelo processo de produção e pelas relações de trabalho dele decorrentes, promovendo má distribuição de renda e tornando os trabalhadores cada vez menos necessários ao trabalho formal.

O perfil dos trabalhadores é desigual, eles se encaixam em diferentes faixas etárias, podem ter mais ou menos esco-

laridade. Algumas atividades informais são mais valorizadas do que outras, causando certo preconceito com determinadas atividades.

*No âmbito do trabalho informal, o perfil dos trabalhadores é um aspecto muito relevante. Neste tipo de trabalho, geralmente, estão pessoas com um nível mais baixo de escolaridade, com pouca qualificação profissional e alguns grupos minoritários, como mulheres e negros (OLIVEIRA e IRIART, 2008). Ademais, as remunerações costumam ser menor que o mínimo exigido legalmente, é negado aos trabalhadores o acesso aos benefícios de seguridade social e não têm garantias com relação à proteção da saúde (IRIART et al., 2008).*

Segundo dados do IBGE, a cidade de Manaus no ano de 2018 atingiu a média de desemprego maior do que a média do país. Segundo o IBGE (2018), o aumento da informalidade é um reflexo da própria crise, mas há também fatores estruturais que limitam o crescimento das empresas formais, como a complexidade da carga tributária e a dificuldade na concessão de crédito.

Segundo uma pesquisa feita no primeiro trimestre de 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), o desemprego no interior é menor que nas regiões metropolitanas em 18 estados. No entanto, as condições do mercado de trabalho não são melhores do que nas cidades, pois 62,4% das pessoas trabalham na informalidade. Esta pesquisa indicou também que o setor informal no interior é maior que nas regiões metropolitanas, o país tem 13 estados com pelo menos metade de seus trabalhadores do interior atuando no setor informal. Esses estados estão nas regiões Norte e Nordeste, sendo que o interior do Amazonas tem o maior percentual, com 71,7% de informais. O Amazonas é o estado com a maior diferença de trabalhadores informais na comparação entre interior e região metropolitana.

O governo precisa se mostrar presente na economia informal, no entanto, o mesmo não se faz presente em todos os âmbitos da economia informal, seria necessário aplicar políticas públicas para facilitar a transição da informalidade para formalidade. Segundo Caccimalli (1990), as políticas econômica e social, por compreenderem elementos importantes e estruturantes, devem voltar-se para as múltiplas dimensões do processo de informalidade.

## **Metodologia**

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica, foram usados teses e artigos que tratam sobre o perfil do trabalhador informal, a sua importância para a sociedade e os males causados pela informalidade.

A pesquisa caracteriza-se como descritiva, visando o estudo, a análise, o registro a interpretação dos fatos. Segundo Triviños (1987), o estudo descritivo pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade, de modo que o estudo descritivo é utilizado quando a intenção do pesquisador é conhecer determinada comunidade, suas características, valores e problemas relacionados à cultura.

O método de abordagem utilizado é o quali-quantitativo, pois busca obter uma melhor compreensão e explicação mais ampla da pesquisa em questão. Segundo Oliveira (2008), é essencial que a escolha da abordagem esteja a serviço do objeto da pesquisa, e não o contrário, com o propósito de daí tirar, o melhor possível, os saberes desejados.

Foi usada como instrumento de coleta de dados a aplicação de questionários, contendo 10 (dez) perguntas para trabalhadores informais que residem na comunidade Lago do Limão, que fica localizado no quilômetro 30 da Rodovia Estadual Manoel Urbano (AM-070). As perguntas foram elaboradas com o objetivo de investigar o perfil social e econômico destes trabalhadores. Os questionários foram aplicados a uma amostra de 100 (cem) trabalhadores informais no mês de outubro de 2019.

Após a coleta dos dados, os resultados obtidos foram discutidos e analisados, utilizando-se o programa Excel como ferramenta de suporte para tabulação dos dados e elaboração dos gráficos.

### **Atividades informais no Lago do Limão**

O Lago do Limão foi classificado como distrito de Iranduba conforme o Plano Diretor do Município. No entanto, segundo LOPES (2010) é classificado como uma Comunidade rural por seus habitantes. A formação da comunidade ocorreu devido a construção do ramal que interliga a vila da comunidade a Rodovia Estadual Manoel Urbano (AM-070), no quilômetro 30, o tempo de distância da comunidade para a sede é de aproximadamente 25 minutos, e é próximo a outras comunidades como Serra Baixa, Ariaú e Ramal do 26. A comunidade atrai muitos turistas devido a sua localização, que fica apenas a 40 minutos da cidade, e principalmente por sua beleza excepcional.

A Comunidade do Lago do Limão possui aproximadamente 600 domicílios e uma população estimada em 2000 habitantes, segundo uma pesquisa feita por estudantes da Escola Chico Mendes. A sua população possui uma miscigenação entre índios, brancos e negros, deste modo, ainda que não tenham características físicas-biológicas semelhantes, culturalmente são muito parecidos. Os moradores compartilham dos mesmos hábitos e desejos, tais como jogar futebol, e apreciar festas típicas da comunidade como, por exemplo, a festa do açaí.

A economia da comunidade gira em torno de atividades informais, como a agricultura familiar, que se destaca entre as atividades, pois a produção que era mais voltada para autoconsumo após a construção da Ponte Jornalista Phelippe Daou ter proporcionado uma maior facilidade de escoamento da produção, os pequenos produtores passaram a escoar os seus produtos para serem vendidos em Manaus. Outras ativi-

dades informais como pesca, auxiliar de limpeza, comércio familiar, serviço de táxi e moto-táxi, dentre outros também são encontradas.

As atividades informais alcançam grande parte da população, e esse fato pode ser explicado devido à comunidade não possuir nenhuma empresa privada, que possa gerar pelo menos uma mínima quantidade de empregos com carteira assinada. O setor público é o único que gera renda, porém, não tem capacidade para empregar boa parte da população. As vagas são ofertadas principalmente na Escola Municipal Chico Mendes e no Posto de Saúde Maria Venuzaria, possui também uma sede do CRÁS e uma dos Correios, porém, tem capacidade para empregar apenas um trabalhador em cada uma dessas instituições.

O êxodo rural aconteceu na comunidade de forma intensa a partir da facilidade proporcionada pela ponte Jornalista Phelippe Daou de transitar entre a comunidade e a cidade; a falta de oportunidades e perspectivas de trabalhar formalmente foram os principais motivos. No entanto, o retorno dessas pessoas para comunidade ocorre muitas vezes motivado pelo custo de vida em Manaus, que é totalmente diferente do custo de vida na comunidade. Além da facilidade de adquirir o seu próprio imóvel, o baixo custo de energia elétrica e água potável, infraestrutura ofertada pelo Estado, como escola e posto de saúde.

A insuficiência de emprego no âmbito formal e a grande proporção de trabalhadores informais para os moradores em idade ativa são preocupantes, devido as suas desvantagens, que incluem não ter um salário fixo e, o principal, não ter acesso aos benefícios sociais da previdência social, já que trabalhando informalmente não estaria contribuindo para o INSS, podendo não adquirir o direito de se aposentar e outros benefícios como auxílio doença e auxílio reclusão.

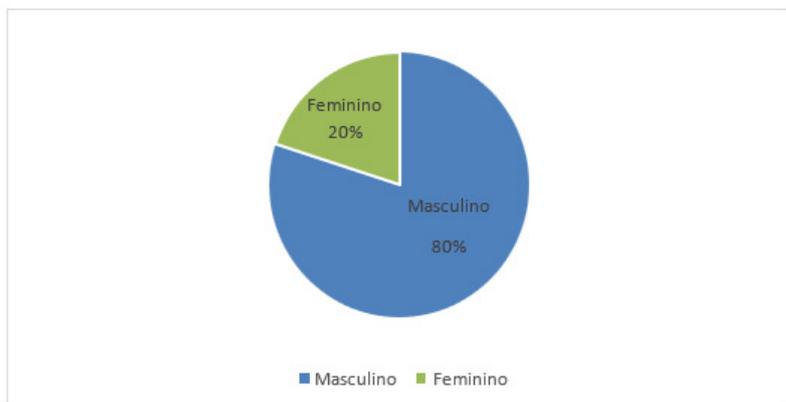
## **Análises e Discussão de Dados**

A pesquisa de campo consistiu na aplicação de questionário, com uma amostra de 100 trabalhadores informais que residem no Lago do Limão em 2019, os dados nos fornecem informações relevantes à identificação do perfil do trabalhador informal daquela localidade. Os resultados são apresentados a seguir, com a expectativa de traçar o perfil do trabalhador informal e mostrar suas fragilidades.

### **Distribuições por gênero, faixa etária, escolaridade, faturamento mensal e ramo de serviço**

Segundo o gráfico 1, observa-se que os homens estão em maior quantidade, com 80% de participação, enquanto as mulheres com apenas 20%. Esse fato pode ser explicado através da discriminação ainda existente de trabalho entre os gêneros, e a cultura que ainda predomina na comunidade onde o homem é o provedor de sustento da casa e a mulher deve apenas cuidar da casa e dos filhos.

Gráfico 1 - Distribuição por gênero dos trabalhadores informais no Lago Do Limão (2019)

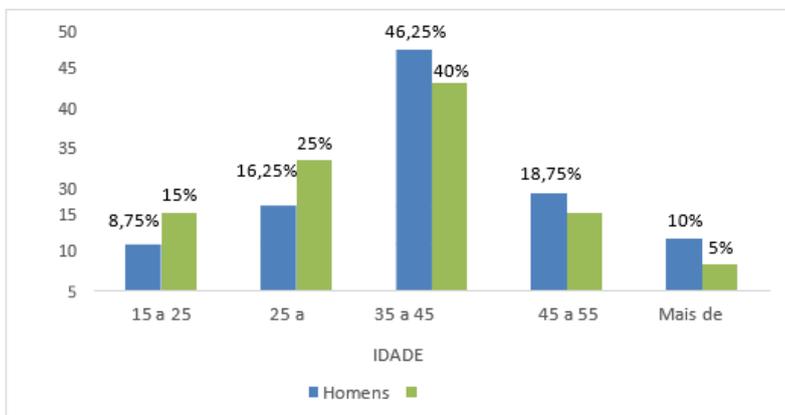


Fonte: Elaboração própria.

No contexto tradicional, as funções da mulher, bem como as habilidades por ela adquiridas se orientaram para o lar e não para o trabalho não - doméstica, da mesma forma que as do homem se orientam em sentido contrário (Benería e Floro, 2005). A mulher tenderia a se especializar em atividades domésticas porque a capacidade de ganhos do homem seria maior.

Observa-se, no gráfico 2, que a distribuição segundo a faixa etária destes trabalhadores se concentram nos dois gêneros, na faixa de 35 a 45 anos de idade, entre 40% a 46,25% dos totais de cada gênero respectivamente, com maior concentração relativa dos homes. Entre os ocupados as faixas de idades com uma pequena concentração, estão as faixas de 15 a 25 anos e a Mais de 55 anos.

Gráfico 2 - Distribuição por Faixa Etária dos Trabalhadores Informais no Lago do Limão (2019)

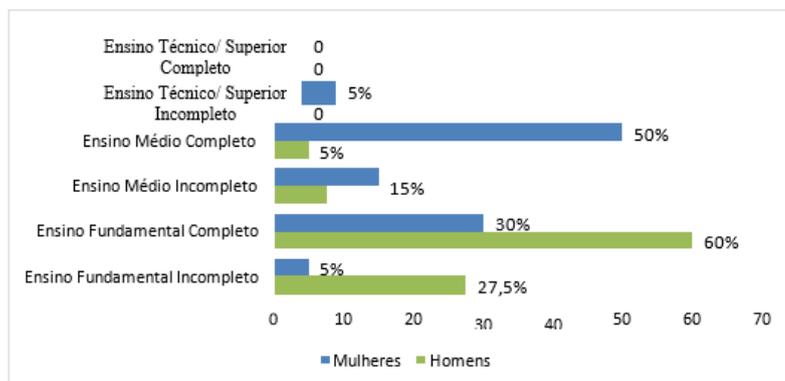


Fonte: Elaboração própria.

O nível de escolaridade se relaciona com o trabalho informal na medida em que as pessoas possuem uma baixa escolaridade e buscam no mercado informal possibilidades de renda e sobrevivência. O Gráfico 3 mostra o nível de escola-

ridade destes trabalhadores, observa-se que a distribuição da ocupação em cada nível de escolaridade mostra que os trabalhadores se concentram em maior intensidade nos níveis menos avançados de ensino.

Gráfico 3 - Distribuição por nível de escolaridade dos trabalhadores informais no Lago Do Limão (2019)



Fonte: Elaboração própria.

O nível que mais se destaca é a população que possui ensino fundamental completo, a maior representatividade dos homens se insere com ensino fundamental completo com 60%, as mulheres possuem um nível de escolaridade mais avançado, com uma representatividade que chega a se situar em 50% com ensino médio completo, e tendo 5% de representatividade no ensino superior, entretanto, também se insere nos níveis mais baixos com 5% de participação no ensino fundamental incompleto. É importante destacar a acentuada presença das pessoas com ensino fundamental incompleto, demonstrando a necessidade de elevação do nível de escolaridade da população, de maneira a repercutir na melhor qualificação profissional.

O nível de escolaridade pode ser considerado uma das grandes causas das desvantagens para estes trabalhadores para a obtenção de oportunidades no mercado formal, no entanto, a falta de oferta de trabalho formal torna a escolari-

dade menos importante do que de fato ela é. As pessoas que estão nas faixas etárias mais avançadas passaram por muitas dificuldades no passado para conseguir estudar, porque apenas no ano de 1970 que a primeira escola iniciou suas atividades, com o nome de Escola Rural Santo Antônio e tendo como pioneira na educação Maria Auxiliadora Mesquita Simas, que trabalhava em casas cedidas pelos moradores da comunidade, anterior a 1970; as pessoas que estavam na idade escolar eram obrigadas a ir para localidades distantes, como por exemplo, o Cacau Pirêra.

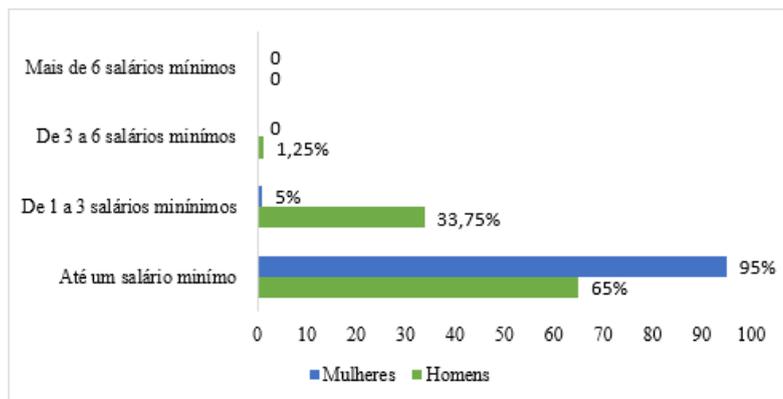
Deve-se levar em consideração também que a minoria da população tinha condições para se deslocar para estudar em outros locais, e esse fato pode explicar a baixa escolaridade destes trabalhadores.

A ausência do analfabetismo entre estes trabalhadores pode ser explicada pelo projeto Educação de Jovens e Adultos (EJA), que tinha o objetivo de oferecer à população que não teve oportunidade de estudar, o acesso a educação. Segundo Sabóia e Sabóia (2004), quanto menor a escolaridade, mais próximos estão os trabalhadores do mercado de trabalho informal.

Observa-se no gráfico 4 que o faturamento mensal destes trabalhadores, para ambos os gêneros, está concentrado, com 71% faturando até 1 salário mínimo por mês, os homens com uma participação de 65% e as mulheres com uma participação de 95%. O faturamento mensal de 1 a 3 salários os homens com uma participação de 33,75%, enquanto as mulheres com uma participação de apenas 5%. O faturamento mensal de 3 a 6 salário mínimos tem uma participação de apenas 1,25% e a participação de mais de 6 salários é nula.

Para alguns destes trabalhadores, o faturamento não se deve apenas as atividades informais exercidas por eles, deve-se considerar também as políticas sociais oferecidas pelo governo, com benefícios, como por exemplo, o Bolsa Família, Benefício de Prestação continuada (BPC), Aposentadoria e Bolsa Pescador.

Gráfico 4 - Faturamento mensal dos trabalhadores informais no Lago Do Limão (2019)

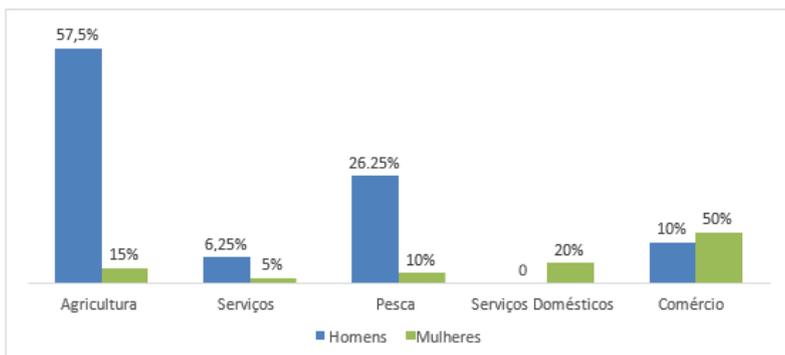


Fonte: Elaboração própria.

Segundo Cohn (2009), as políticas sociais são destinadas ao bem-estar geral da população, mas com caráter distributivo, destinado principalmente às camadas de menor renda da sociedade, em situação de pobreza ou pobreza extrema, visando principalmente o desenvolvimento econômico, a eliminação da pobreza, a redução da desigualdade econômica e a redistribuição de riqueza e renda. Muitas vezes o faturamento nas atividades informais não é o suficiente para garantir o total sustento do trabalhador e de sua família. Portanto, é grande a necessidade de receber algum benefício desde que se encaixe nos requisitos propostos pelo governo.

Segundo o gráfico 5, a distribuição setorial dos trabalhadores ocupados em trabalhos informais mostra que os homens se concentram mais intensamente na Agricultura, onde correspondem a 57,5% do total, já para as mulheres com uma participação pequena de apenas 15%.

Gráfico 5 - Distribuição Setorial trabalhadores ocupados em trabalhos informais no Lago Do Limão (2019)



Fonte: Elaboração própria.

As mulheres se concentram mais intensamente no comércio onde correspondem 50% total, enquanto para os homens com uma participação pequena de apenas 10% no comércio. Entre os homens a participação em setores considerados mais braçais como agricultura e pesca é muito representativa, para as mulheres é pouco representativa, pois estes trabalhos são considerados muito pesados para as mulheres.

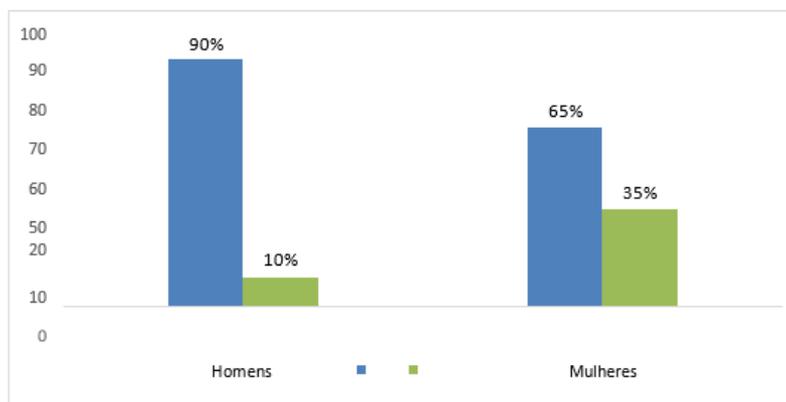
As mulheres apresentam participação relativamente superior em atividades de Comércio e domiciliares representando 70% do total, enquanto para os homens nos setores de Agricultura e Pesca representam 83,75% no total dos homens.

É notável a importância da agricultura entre os setores, portanto, o predomínio do extrativismo para autoconsumo ressalta a existência do sistema caboclo no Lago do Limão, no qual o habitante rural possui o conhecimento tradicional da terra, praticando o sistema policultural no qual predomina o cultivo, aliado ao extrativismo que promovem sustentabilidade (BRONDIZIO e SIQUEIRA, 1992).

### **Distribuições por única alternativa de trabalho, única fonte de renda, pretensão em sair da informalidade e satisfação com a informalidade**

Observa-se, no gráfico 6, que exercer algum tipo de atividade informal é muito necessário para a composição de renda destes trabalhadores, pois para ambos os gêneros, com 90% para os homens e 65% para as mulheres, o trabalho informal é a única alternativa de trabalho. Esse fato pode ser devido à pequena oferta de trabalho formal na comunidade e também devido à baixa escolaridade destes trabalhadores.

Gráfico 6 - Quantidade de trabalhadores com Trabalho informal como única alternativa de trabalho no Lago do Limão (2019)



Fonte: Elaboração própria.

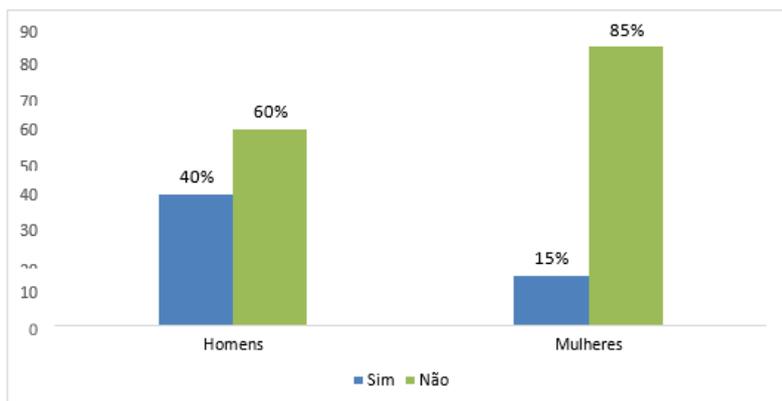
Segundo o gráfico 7, o trabalho informal não compõe sozinho a renda familiar de 60% dos homens e 85% das mulheres, ou seja, ambos os gêneros possuem outro tipo de renda, esse fato pode ser explicado através da transferência dos benefícios oferecidos pelo governo. Estes benefícios ajudam a compor a renda destes trabalhadores, com isso, o trabalhador passa a ter o seu faturamento nas atividades informais e ter um aumento na renda com as transferências dos benefícios.

O gráfico 8 apresenta a pretensão destes trabalhadores em sair da informalidade, cujos dados apresentaram um maior desejo entre as mulheres do que pelos homens, este fato pode ser explicado devido à falta de informação quanto a transição da informalidade para uma possível formalidade e quais benefícios essa transição iria proporcionar para estes trabalhadores.

A precarização causada pela informalidade é vivenciada por estes trabalhadores diariamente, no entanto, por não terem conhecido melhores condições de trabalho, esta precarização não é de fato reconhecida como deveria, assim, causando certa acomodação com a sua condição de trabalho.

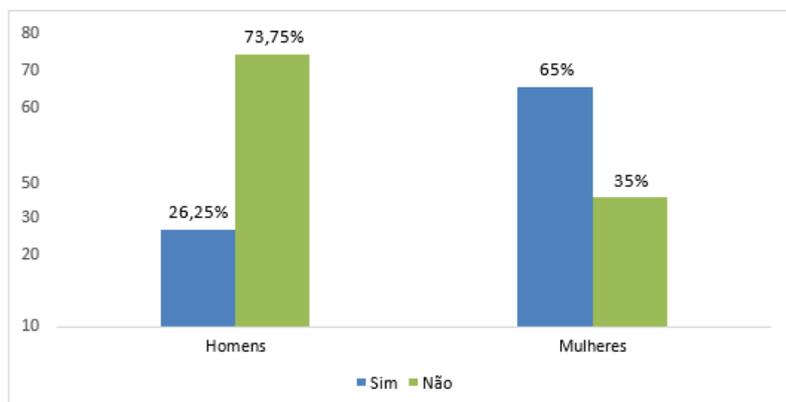
Um estudo realizado em 2018 pelo SPC Brasil e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas comprovou que metade dos trabalhadores informais brasileiros não sabe como regularizar o próprio negócio. Estes dados são preocupantes, pois revelam que as medidas adotadas pelo governo para facilitar a formalização do pequeno empreendedor precisam ter maior divulgação.

Gráfico 7 - Trabalho informal como única fonte de renda segundo trabalhadores do Lago do Limão (2019)



Fonte: Elaboração própria.

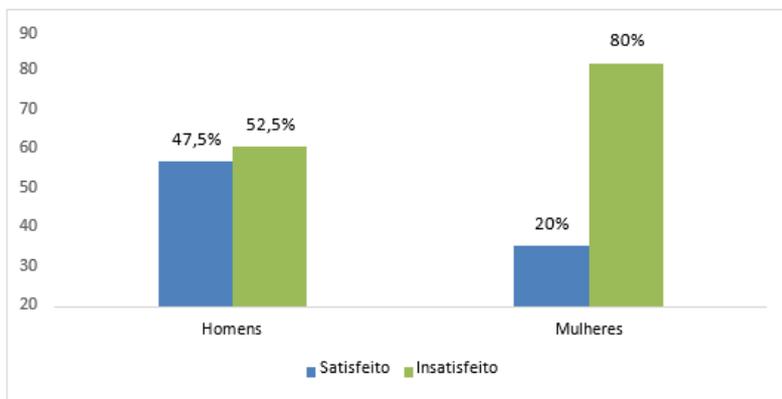
Gráfico 8–Trabalhadores com pretensão de sair da informalidade no Lago do Limão (2019)



Fonte: Elaboração própria.

Segundo o gráfico 9, ambos os gêneros se encontram mais insatisfeitos do que satisfeitos com o trabalho informal, os homens com 52,5% de insatisfação, com uma pequena diferença para os satisfeitos, com 47,5% de satisfeitos. Já as mulheres, com 80%, de insatisfação, e 20% de satisfação. Esses dados mostram que as mulheres estão mais atentas as desvantagens do trabalho informal, levando em consideração também os dados do gráfico 8 que mostra que a maioria das mulheres pretendem se formalizar, enquanto a maioria dos homens não pretendem se formalizar.

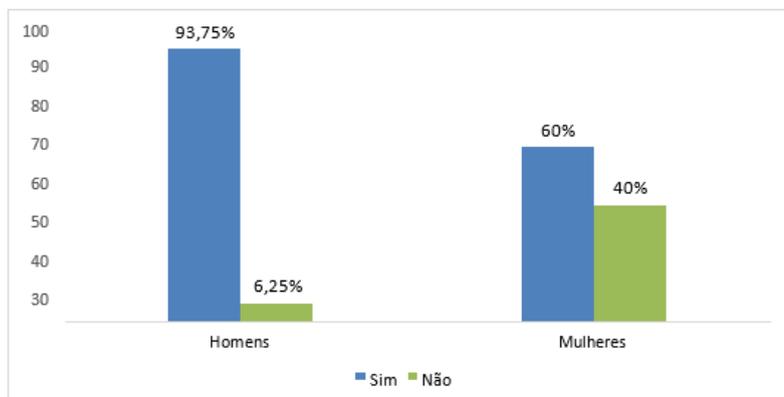
Gráfico 9 - Satisfação com o Trabalho Informal segundo trabalhadores no Lago do Limão (2019)



Fonte: Elaboração própria.

Segundo o gráfico 10, o trabalho informal como tradição familiar é para ambos os gêneros a principal entrada para o trabalho informal, esse fato se dá devido aos aspectos culturais da comunidade em envolver pelo menos parte da família no trabalho para haver continuidade quando o pai ou mãe não puderem mais trabalhar.

Gráfico 10 - Distribuição do Trabalho Informal como Tradição Familiar segundo trabalhadores no Lago Do Limão (2019)



Fonte: Elaboração própria.

### Considerações Finais

Este trabalho buscou identificar o perfil do trabalhador informal que reside no Lago do limão em 2019, devido ao crescimento acentuado e a dependência do dinamismo econômico da comunidade quanto ao setor informal. A mínima oferta de trabalho formal e a tradição familiar do trabalho informal são grandes contribuintes para esse crescimento.

Pôde-se verificar nesta pesquisa que no perfil dos trabalhadores há uma maior presença de homens, esse fato pode ser explicado através da discriminação entre os gêneros, e a cultura onde o homem é o provedor de sustento da casa e a mulher deve apenas cuidar da casa e dos filhos. A faixa etária mais ativa está entre os 35 aos 45 anos em ambos os gêneros. O nível de escolaridade mostra que eles se encontram em maior intensidade nos níveis mais baixos de ensino, tendo relação com as dificuldades vivenciadas pela maioria deles na sua época de escolar. Este fato pode ser considerado uma das grandes causas das desvantagens para estes trabalhadores para a obtenção de oportunidades no mercado formal.

O rendimento para ambos os gêneros é de até 1 salário mínimo, compondo a renda familiar de alguns, benefícios oferecidos pelo governo, como o bolsa família. A economia da comunidade é dinamizada através das atividades informais, e a distribuição setorial destas atividades mostra que os homens se concentram mais intensamente na Agricultura, onde corresponde a 57,5% do total masculino, e as mulheres se concentram mais no setor do Comércio, onde corresponde 50% total feminino. Há também aqueles que têm a intenção de se formalizar e aqueles pretendem permanecer na informalidade, com uma maior intenção entre as mulheres. As intenções dos trabalhadores em relação à permanência no trabalho informal estão relacionadas à falta de conhecimento quanto às vantagens da formalização e quais medidas teriam que tomar para se formalizar.

Os trabalhadores possuem diversas causas para se manter no setor informal, entre elas a única alternativa de trabalho, com 85%, para ambos os gêneros por ser a única fonte de renda de 75% de ambos os gêneros, e também por ser tradição familiar, com 87%, de ambos os gêneros. Por fim, o perfil traçado acusa as fragilidades destes trabalhadores segundo as suas características. Os resultados evidenciaram as suas reais situações que precisam de transformação. Para que essa transformação ocorra, os dados obtidos devem ser reconhecidos para que maneiras de se melhorar as condições de trabalho e reduzir as situações de precarização, possibilitando criar informações que podem estimular a elaboração de políticas públicas em âmbito local para esses trabalhadores.

### **Referências**

ALVES, Luciene Andrade; GARCIA, Maria Franco. Geografia da informalidade, João Pessoa, 2002.

BRONDIZIO, Eduardo Sonnewend; SIQUEIRA, Andrea Dalledone. O habitante esquecido: o caboclo no contexto amazônico. São Paulo, 1992.

BENERÍA, Lourdes; FLORO, Maria. Distribution, gender, and labor market informalization: A conceptual framework with a focus on homeworkers. *Rethinking informalization: Poverty, precarious jobs and social protection*, p. 9-27, 2005.

CACCIAMALLI, M.C. Expansão do Mercado de Trabalho não Regulamentado e o Setor Informal. *Revista de estudos Econômicos*, São Paulo, 1990.

COHN, Amélia. Políticas sociais e pobreza no Brasil. *Planejamento e políticas públicas*, São Paulo, 2009.

FREITAS JR, D.B.F.; ARAÚJO, P.G. de; NARCISO, E.R.P. Desemprego e Políticas Públicas em Âmbito Municipal no Brasil: Produção Científica e Tendências Teóricas. Apresentação realizada no Encontro de Administração Pública e Governança da ANPAD, Vitória, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. <https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html>.

IRIART, J. A. B., OLIVEIRA, R. P. D., XAVIER, S. D. S., COSTA, A. M. D. S., ARAÚJO,

G. R. D., SANTANA, V. S. Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil. *Ciênc. saúde coletiva*, v. 13, n. 1, p. 165-174, 2008.

LEITE, Márcia de Paula; ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. *O trabalho reconfigurado: Ensaio sobre Brasil e México*. São Paulo, 2009.

LOPES, Magaly Briceno. Políticas sociais e aglomeração rural no Lago do Limão - Iranduba/AM. 2010. 111 f. Dissertação (Mestrado) - Desenvolvimento Regional, UFAM, Manaus, 2010.

OLIVEIRA, Fernando Antônio Matos de. *A FALÊNCIA DO EMPREGO E O ADVENTO DO TRABALHO INFORMAL*. 2014. 19 f. Tese (Graduação) - Curso de Direito, UFBA, Brasília, 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Key indicators of the labour market, 2019. [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms\\_498929.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_498929.pdf).

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2019. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>.

SABOIA, JOÃO; SABOIA, ANA LÚCIA. Caracterização do Setor Informal a partir dos dados do censo demográfico do Brasil de 2000, 2019. <http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivospdf/saboia2.pdf>.

TRIVIÑOS, A. N.S. Introdução à pesquisa em ciências sociais, São Paulo, 1987



## **O Tempo como símbolo social, resultado de um longo processo de aprendizagem.**

*José Lino do Nascimento Marinho*

### **Introdução**

Relógios, agendas, horários: o tempo parece uma exigência da qual ninguém consegue escapar. Norbert Elias (1998) nos alerta, de que, nossa consciência do tempo é tão interiorizada que temos dificuldade em imaginar que grupos humanos tenham sido capazes de viver sem calendário. Temos a sensação de que “o tempo passa”, quando na realidade essa sensação diz respeito a nossa própria vida, às transformações da natureza ou da sociedade. O tempo não existe em si, afirma Norbert Elias (1998) não é nem um dado objetivo, como sustentava Newton, nem uma estrutura a priori do espírito, como queria Kant. O tempo é antes de tudo um símbolo social, resultado de um longo processo de aprendizagem em que foram necessários milênios para que a noção de tempo fosse assim depurada.

E, na tentativa de aprofundar a discussão temática Norbert Elias (1998) indaga que unidades de referência os homens tomaram como marcos temporais? Com que objetivo têm eles necessidade de determinar o tempo? Como a consciência do tempo acabou por se tornar uma segunda natureza?

Na sociologia do conhecimento, o desenvolvimento dos meios humanos de orientação não tem recebido a atenção que merece. A evolução da cronologia, como meio de orientação no fluxo incessante do devir, fornece um exemplo disso. A importância social das ciências físicas em nossa época contribuiu para fazer o tempo surgir como um dado evidente, inscrito no vasto sistema da natureza e, como tal, pertinente ao campo de competência dos físicos, ou dos filósofos.

Nessa vasta exploração da experiência do tempo ao longo das eras, Norbert Elias (1998) nos convida aqui a refletir sobre um aspecto fundamental do processo civilizador.

Os físicos, às vezes dizem medir o tempo. Servem-se de fórmulas matemáticas nas quais o tempo desempenha o papel de um quantum específico. Mas Norbert Elias (1998, p. 7) é categórico ao afirmar que,

O tempo não se deixa ver, tocar, ouvir, saborear nem respirar como um odor. Há uma pergunta que continua à espera de resposta: como medir uma coisa que não se pode perceber pelos sentidos? Uma 'hora' é algo de invisível. Os relógios não medem o tempo? Se eles permitem medir alguma coisa, não é o tempo invisível, mas algo perfeitamente passível de ser captado, como a duração de um dia de trabalho ou de um eclipse lunar, ou a velocidade de um corredor na prova dos cem metros. Os relógios são processos físicos que a sociedade padronizou, decompondo-os em sequências-modelo de recorrência regular, como as horas ou os minutos.

E na tentativa de melhor entendimento do tema em foco, Norbert Elias (1998), elucida a questão afirmando que os relógios exercem na sociedade a mesma função que os fenômenos naturais - a de meios de orientação para homens inseridos numa sucessão de processos sociais e físicos. Simultaneamente, servem-lhes, de múltiplas maneiras, para harmonizar os comportamentos de uns para com os outros, assim como para adaptá-los a fenômenos naturais, ou seja, não elaborados pelo homem.

Quando em estágios precoces da sociedade, explica Norbert Elias (1998), fez-se sentir a necessidade de situar os acontecimentos e de avaliar a duração de alguns processos no âmago do devir, (fluxo permanente, movimento ininterrupto, atuante como uma lei geral do universo, que dissolve, cria e transforma todas as realidades existentes), adquiriu-se o hábito de escolher como norma um certo tipo de processos físicos, limitando-se aos fenômenos naturais, únicos, como tudo o que decorre devir. Mas seu reaparecimento posterior conformava-se a um modelo semelhante, quando não idêntico. Essas sequências recorrentes, como o ritmo das marés, os batimentos

do pulso ou o nascer e o pôr-do-sol ou da lua, foram utilizadas para harmonizar as atividades dos homens e para adaptá-las a processos que lhes eram externos, da mesma maneira que foram adaptadas, em estágios posteriores, aos símbolos que se repetem no mostrador de nossos relógios.

Corroborando com a discussão, os filósofos pré-socráticos afirmam: as coisas não existem. Somos nós que nominamos, denominamos, que damos vida. Codificando a realidade que nos cerca para dá sentido à nossa existência.

Um olhar para a evolução da cronologia e de seus instrumentos, nomeia Norbert Elias (1998, p. 8) que a preeminência da física e do ponto de vista naturalista é relativamente recente. Até a época de Galileu, o que chamamos tempo, ou mesmo o que chamamos “natureza”, centrava-se acima de tudo nas comunidades humanas. O tempo servia aos homens, essencialmente, como meio de orientação no universo social e como modo de regulação de sua coexistência.

E o autor ainda chama atenção para o seguinte detalhe,

Vemo-nos aqui diante de um dos grandes problemas da sociologia: da coexistência dos homens provém algo que eles não compreendem, que lhes parece enigmático e misterioso. Que os relógios sejam instrumentos construídos e utilizados pelos homens em função das exigências de sua vida comunitária, é fácil de entender. Mas, que o tempo tenha igualmente um caráter instrumental, é algo que não se entende com facilidade. Será que seu curso não se desenrola de maneira inexorável, sem levar em conta as intenções humanas? O uso linguístico também contribui para confundir o panorama, dando a impressão de que o tempo é aquele algo misterioso cuja medida é dada por instrumentos de fabricação humana, os relógios (NORBERT ELIAS, 1998, p. 9).

Norbert Elias (1998) ainda nomeia o quanto a incapacidade de considerar as funções de orientação e de regulação social do tempo contribuiu para entravar os esforços de se chegar uma teoria consensual do tempo, especificamente as tradicionais tentativas que visam resolver o problema no plano filosófico. No centro da longa polêmica sobre a natureza do

tempo encontravam-se — e talvez ainda se encontrem — duas posições diametralmente opostas.

Alguns sustentavam que o tempo constitui um dado objetivo do mundo criado, e que não se distingue, por seu modo de ser, dos demais objetos da natureza, exceto, justamente, por não ser perceptível. Newton, sem dúvida, foi o representante mais eminente dessas concepções objetivistas, que começaram a declinar a partir do início da era moderna. Outros afirmavam; que o tempo é uma maneira de captar em conjunto os acontecimentos que se assentam numa particularidade da consciência humana, ou, conforme o caso, da razão ou do espírito humanos, e que, como tal, precede qualquer experiência humana. Descartes já se inclinava para essa opinião. Ela encontrou sua expressão mais autorizada em Kant, que considerava o espaço e o tempo como representando uma síntese *apriori*. Sob uma forma menos sistemática, essa concepção parece haver prevalecido largamente sobre a teoria oposta. Numa linguagem mais simples, ela se limita a dizer que o tempo é como uma forma inata de experiência e, portanto, um dado não modificável da natureza humana.

Essas duas teorias do tempo, entretanto, têm algumas hipóteses em comum. Ambas o apresentam como um dado natural, porém, num dos casos, trata-se de um dado 'objetivo', independente da realidade humana, e no outro, de uma simples representação subjetiva enraizada na natureza humana. Essa oposição reflete um dos aspectos fundamentais da teoria do conhecimento na tradição filosófica. Supõe-se, como se isso fosse evidente, que o processo de conhecimento tem um começo e que torna sempre a partir de um mesmo, ponto. O indivíduo parece apresentar-se sozinho diante do mundo, como o sujeito diante do objeto, e parece também buscar conhecer; resta saber se é a natureza do sujeito ou a do objeto que desempenha um papel decisivo na construção das representações humanas, bem como na inserção de todos os acontecimentos no curso do tempo.

Essas hipóteses comuns às teorias tradicionais do conhecimento são artificiais, e os debates intermináveis,

Mas, isso só aparece com clareza quando nos afastamos dos paradigmas contidos nas hipóteses dessas antigas teorias do conhecimento — e não apenas no caso do tempo — e quando lhes opomos uma teoria do saber humano ligada à evolução observável desse saber, de tal sorte que suas próprias, hipóteses paradigmáticas possam ser postas à prova e revistas. É nisso que se empenha este ensaio. Ele repousa sobre a hipótese de que nosso saber resulta de um longo processo de aprendizagem, que não teve um começo na história da humanidade. Todo indivíduo, por maior que seja sua contribuição criadora constrói a partir de um patrimônio de saber já adquirido, o qual ele contribui para aumentar. E isso não é diferente no que concerne ao conhecimento do tempo (NORBERT ELIAS, 1998, p. 10).

### **O Tempo enquanto simbolismo na sequência dos acontecimentos**

E Norbert Elias (1998) nos ensina que a sucessão irreversível dos anos representa, à maneira simbólica, a sequência imutável dos acontecimentos, tanto naturais quanto sociais, e serve de meio de orientação dentro da grande continuidade móvel, natural e social. Numerados, os meses e dias do calendário passam então a representar estruturas recorrentes, no interior de um devir que não se repete.

E o autor nos lembra que, sentimos a pressão do tempo cotidiano dos relógios e percebemos — cada vez mais intensamente à medida que envelhecemos — a fuga dos anos nos calendários. Tudo isso tornou-se uma segunda natureza e é aceito como se fizesse parte do destino de todos os homens.

Nas aldeias relativamente autossuficientes e capazes de entrar em guerra as cadeias de interdependência que vêm cruzar-se no indivíduo são comumente curtas, pouco numerosas e pouco diferenciadas. Nesse estágio, a consciência humana é mais atingida pela repetição inelutável das mesmas sequências, como o ciclo das estações, do que pela sucessão de anos que não voltarão jamais.

Do mesmo modo, a consciência que o indivíduo tem de si como pessoa única e incomparável, desvinculada da ca-

deia de gerações, não é tão clara quanto nas sociedades altamente diferenciadas, pontua o autor,

Nelas, o acontecimento que serve de quadro de referência para as perguntas relativas ao “quando” é pontual; não está ligado a um processo com um desenrolar contínuo, e a correlação entre o acontecimento e seu quadro de referência é uma síntese efetuada em nível baixo. Conceitos como o de tempo, que implicam um nível elevado de síntese, situam-se além do horizonte, do saber e da experiência. Ressalta disso tudo que o conceito de tempo não remete nem ao ‘decalque’ conceitual de um fluxo objetivamente existente nem a uma forma de experiência comum à totalidade dos homens, e anterior a qualquer contato com o mundo (NORBERT ELIAS, 1998, p. 11).

Para pisarmos num terreno sólido nos chama atenção Norbert Elias (1998) que não basta fazer do tempo um objeto tanto da sociologia quanto da física, ou, em outras palavras, como muitas vezes se faz, contrastar um tempo “social” com um tempo “físico”.

Não são ‘o homem e a natureza’, no sentido de dois dados separados, que constituem a representação cardinal exigida para compreendermos o tempo, mas sim os homens no âmago da natureza.

E Norbert Elias (1998) nos convida a uma reflexão mais profunda, ao afirmar que o conceito de ‘natureza’ é hoje determinado, em larga medida, pela forma e significação social que as ciências da natureza lhe conferiram. Mas essas ciências interessam-se apenas por um setor limitado do universo. Restringem-se a certos patamares de integração do universo físico e excluem de seu campo de investigação os patamares, superiores propriamente humanos, de integração, como se eles não pertencessem a natureza.

Se quisermos compreender isso a que se chama ‘natureza’, entretanto, será preciso levar em conta o fato de que os seres humanos que representam um nível altíssimo — talvez o mais alto — de integração e diferenciação — surgiram do universo físico. Numa palavra, teremos de incluir no conceito de natureza a capacidade que ela tem de produzir, no curso de processos cegos, não apenas reatores de hélio ou desertos

lunares, mas também seres humanos. Não é necessário evocar a responsabilidade que tal saber confere aos homens, nem tão pouco em termos mais gerais, as consequências que acarretam para sua vida em comum e para sua relação com a natureza no sentido estrito do termo.

O saber acadêmico, por sua especialização, sugere que o universo é cindido em “natureza” e “sociedade”, ou, conforme o caso, em “natureza” e “cultura”.

E neste trecho Norbert Elias (1998) explica o objetivo da obra. Os problemas que os homens procuram resolver, ao medirem a “duração”, remetem ao fato de que os grupos humanos estão situados no interior de um conjunto mais vasto do que o formado por eles: o universo natural. Em toda parte, onde se opera com o tempo”, os homens são implicados juntamente com seu meio ambiente, ou seja, com processos físicos e sociais. Numa palavra, este livro formula a questão muito geral de saber com que objetivo os homens necessitam determinar o tempo.

Assim, quando, por uma razão qualquer, os membros de uma sociedade querem definir posições e trajetórias que se apresentam sucessivamente, precisam de uma segunda sucessão de acontecimentos em que as mudanças individuais, obedecendo à mesma lei de irreversibilidade, sejam marcadas pelo reaparecimento regular de certos modelos sequenciais. E Norbert Elias (1998), exemplifica,

O movimento aparente do Sol, de um ponto a outro do horizonte, assim como o movimento dos ponteiros de um relógio de um ponto do mostrador a outro, são exemplos de sequências recorrentes que podem servir como unidades de referência e meios de comparação para segmentos de processos pertencentes a uma outra série e que não, podem ser diretamente relacionados, em razão de seu caráter sucessivo. Em sua qualidade de símbolos reguladores e cognitivos, essas unidades de referência adquirem a significação de unidades de tempo (NORBERT ELIAS, 1998, p. 13).

A expressão “tempo” remete a esse relacionamento de posições ou segmentos pertencentes a duas ou mais sequências

de acontecimentos em evolução contínua. Se as sequências em si são perceptíveis, relacioná-las representa a elaboração dessas percepções pelo ser humano. Isso encontra expressão num símbolo social comunicável — a ideia de “tempo”, a qual, no interior de uma sociedade, permite transmitir de um ser humano para outros, imagens mnêmicas (ligada as reminiscências, lembranças) que dão lugar a uma experiência, mas que não podem ser percebidas pelos sentidos não perceptivos.

Destaca ainda Norbert Elias (1998), que seguindo a linha direta da antiga teoria do conhecimento, poderia surgir aqui à ideia de que, sendo assim, o tempo reduz-se a uma relação estabelecida por um ser humano, uma relação desprovida de qualquer existência objetiva fora dele. Mas enfatiza o autor, que essa seria uma conclusão errônea, por identificarmos o sujeito do conhecimento com uma pessoa individual. Ora, o indivíduo não tem capacidade de forjar, por si só, o conceito de tempo. Este, tal como a instituição social que lhe é inseparável, vai sendo assimilado pela criança à medida que ela cresce numa sociedade em que ambas as coisas são tidas como evidentes.

Numa sociedade assim, ensina Norbert Elias (1998) que o conceito de tempo não é objeto de uma aprendizagem, em sua simples qualidade de instrumento de uma reflexão destinada a encontrar em tratados de filosofia; ao crescer, com efeito, toda criança vai-se familiarizando com o “tempo” como símbolo de uma instituição social cujo caráter coercitivo ela experimenta desde cedo. Se, no decorrer de seus primeiros dez anos de vida, ela não aprender a desenvolver um sistema de autodisciplina conforme a essa instituição, se não aprender a se portar e a modelar sua sensibilidade em função do tempo, ser-lhe-á muito difícil, se não impossível, desempenhar o papel de um adulto no seio dessa sociedade.

Norbert Elias (1998) advoga que a transformação da coerção exercida de fora para dentro pela instituição social do tempo num sistema de autodisciplina que abarque toda a exis-

tência do indivíduo ilustra, explicitamente, a maneira como o processo civilizador contribuiu para formar os hábitos sociais que são partes integrantes de qualquer estrutura de personalidade, vejamos,

Nem sempre é fácil essa transformação da coerção externa, exercida pela instituição social do tempo, num certo tipo de consciência do tempo, característica do indivíduo, como atestam os casos de rejeição compulsiva da pontualidade. No entanto, ela ajuda a compreender o ponto de vista segundo o qual seria em virtude de um traço inato de nossa consciência que nós nos sentiríamos obrigados a inserir todo e qualquer acontecimento no curso do tempo. Essa é uma particularidade de nossos hábitos sociais que, ao refletirmos sobre ela, apresenta-se como uma particularidade de nossa natureza e, portanto, da natureza humana em geral. O subjetivismo filosófico extrai sua força de persuasão, em grande parte, dessa falsa interpretação do sentimento de irreversibilidade ligado à experiência que cada um tem do tempo (NORBERT ELIAS, 1998, p. 14).

Ainda hoje, questiona Elias (1998), o estatuto ontológico do tempo permanece obscuro, de modo geral. Meditamos muito sobre ele, sem saber muito bem com que tipo de objeto estamos lidando.

Talvez possamos dar um passo adiante ao comparar o tempo com um instrumento, ou seja, com algo que os homens criaram “no correr do tempo” e que desempenha algumas funções muito precisas.

E ainda, ao visar melhor entendimento da temática, Norbert Elias (1998) exemplifica. Tomemos o exemplo de um barco. Seria estranho pretendermos que o barco tivesse o mesmo estatuto ontológico do mar ou do rio. Não menos estranho seria declararmos que o construtor do barco adaptou-se a um conceito transcendental de barco que existiria em si, fora de todo e qualquer ensinamento e independente de toda e qualquer experiência dos rios ou dos oceanos, ainda que o objetivo de um barco seja, de fato, navegar por eles. É claro que o barco foi construído pelo homem com um objetivo definido e que, se não existissem seres humanos, não haveria barcos.

Assim como os relógios e os barcos, o tempo é algo que se desenvolveu, em relação a determinadas intenções e a

tarefas específicas dos homens. Nos dias atuais, o “tempo” é um instrumento de orientação indispensável para realizarmos uma multiplicidade de tarefas variadas. Dizer, porém que é um meio de orientação criado pelo homem traz o risco de levar a crer que ele seria apenas uma invenção humana. Ele é também uma instituição cujo caráter varia conforme o estágio de desenvolvimento atingido pelas sociedades.

### **Algumas considerações**

Ora, alerta Norbert Elias (1998), quer se tratem dos relógios ou do curso aparente do Sol ao redor da Terra, os instrumentos de determinação do tempo são sempre sequências observáveis de acontecimentos, ou, no caso dos calendários, sequências simuladas de acontecimentos, sob uma forma escrita, ou impressa.

Os relógios, sem sombra de dúvida, são mecanismos físicos construídos pelos homens. Mas, são dispostos de maneira a se integrarem, por exemplo, através do deslocamento de ponteiros num mostrador em nosso mundo de símbolos.

Podemos legitimamente afirmar, diz Norbert Elias (1998) que o relógio indica o tempo, mas ele o faz através de uma produção contínua de símbolos que só têm significação num mundo em cinco dimensões, num mundo habitado por homens, isto é, por seres que aprenderam a associar às figuras perceptíveis, denominadas de imagens mnêmicas (relacionadas as lembranças) específicas e, portanto, um sentido bem determinado.

A particularidade do tempo está no fato de que se utilizam símbolos — hoje em dia, símbolos essencialmente numéricos — como meios de orientação no seio do fluxo incessante do devir e isso em todos os níveis de integração, tanto física quanto biológica, social e individual.

O mecanismo do relógio é organizado, nos diz Norbert Elias (1998) para que ele transmita mensagens e, com isso, permita regular o comportamento do grupo. O que um relógio

comunica, por intermédio dos símbolos inscritos em seu mostrador, constitui aquilo a que chamamos tempo.

O tempo tornou-se, portanto, a representação simbólica de uma vasta rede de relações que reúne diversas sequências de caráter individual, social ou puramente físico. Uma reflexão sobre o tempo deve permitir corrigir essa imagem de um universo dividido em setores hermeticamente fechados, desde que reconheçamos a imbricação mútua e a interdependência entre natureza, sociedade e indivíduo.

Aprendemos a eliminar algumas irregularidades apresentadas pelas relações entre os movimentos dos corpos celestes, tais como o Sol e a Lua. Elas se haviam tornado acentuadas demais, enquanto a sociedade tinha uma necessidade cada vez maior de regularidade no escoar do tempo.

No interior da sociedade a que pertence, o indivíduo comumente dispõe de uma certa margem de autonomia, tem uma certa latitude em seu poder de decisão. Também a humanidade dispõe de uma margem de autonomia e de um certo poder decisório, no interior de uma natureza que é alheia ao homem e que ela não controla. Mas esses espaços de liberdade, que podem ampliar-se ou restringir-se, têm limites, e o curso externo da natureza sempre tem a última palavra. No entanto, foi ele que produziu esses seres dotados do mais alto nível de organização que se conhece até hoje, isto é, os homens, os quais possuem, entre outras coisas, a capacidade de se comunicar por intermédio de símbolos sociais específicos, que não estão inscritos em seus genes, mas que eles inventaram e dos quais se servem para se orientar no mundo.

Aqui aparece, mais uma vez, uma concepção do homem que coloca o “indivíduo” no centro e faz da “multiplicidade” uma coisa da ordem do adicional. Através do conceito de socialização, formamos uma imagem da vida coletiva e de suas restrições como algo que viria somar-se ao indivíduo, de fora para dentro. O ponto de vista individual assume aqui uma forma ainda bastante moderada e parcialmente aceitável. Às

vezes, porém, isso já não acontece, como é o caso das teorias da ação que remontam a Max Weber.

Será difícil compreender o homem em sua totalidade, conclui Norbert Elias (1998) se primeiro o imaginarmos vagando sozinho pelo mundo e apenas secundariamente adaptando sua conduta à de outros homens. Todo homem pressupõe outras condutas antes dele. Uma criança somente se torna um ser humano ao se integrar num grupo — por exemplo, ao aprender uma língua a existente, ou ao assimilar as regras de controle das pulsões (impulso energético interno que direciona o comportamento do indivíduo) e dos afetos que são próprias de uma civilização.

Isso é necessário não somente com vistas à coexistência com os outros, mas também em prol das necessidades da existência individual, do acesso à condição de indivíduo humano e da sobrevivência.

O que há de único na vida comum dos homens gera realidades particulares, especificamente sociais, que são impossíveis de explicar ou compreender a partir do indivíduo. A língua é uma boa ilustração disso.

O modelo linguístico comum admite variações individuais, até certo ponto. Mas, quando essa individualização vai longe demais, a língua perde sua função de meio de comunicação dentro do grupo. Entre outros exemplos, citemos a formação da consciência moral, das modalidades de controle das pulsões e afetos numa dada civilização, ou o dinheiro e o tempo.

O fato de essa regulação social do tempo começar a assumir um aspecto individual, desde uma etapa muito precoce da vida, contribui em larga escala, certamente, para consolidar nossa consciência pessoal do tempo e torná-la inabalável. Essa individualização da regulação social do tempo apresenta, em caráter quase paradigmático, os traços de um processo civilizador. O que se modifica no curso de um processo civilizador, antes de mais nada, são esses tipos de auto regulação e a maneira como eles são integrados.

Na realidade, o habitus social dos membros dessas sociedades está ligado a restrições que variam com frequência: em algumas situações de vida, elas são muito mais extensas e rigorosas do que as modalidades de autodisciplina exigidas nas sociedades desenvolvidas; noutras, permitem descargas afetivas e pulsionais que ultrapassam largamente, em termos de violência e espontaneidade, os limites dos modelos de comportamento considerados aceitáveis nas sociedades desenvolvidas.

Norbert Elias (1998) ao concluir seu raciocínio, explica detalhadamente o porquê da longa abordagem temática em um livro sobre o tempo: não pude fornecer aqui, senão elementos de interpretação dos símbolos sociais necessários para permitir que nossa interpretação do tempo abra caminho entre as alternativas filosóficas tradicionais do subjetivismo e do objetivismo, do nominalismo e do realismo. Assim deverá ser possível fornecer, aos indivíduos submetidos a uma disciplina relativa à dimensão do tempo, uma compreensão melhor deles mesmos e da condição humana em geral. Na leitura deste livro, sem dúvida se percebe que, através de uma investigação sobre o tempo, o que se desenvolve é uma teoria sociológica de vasto alcance, a partir de alguns elementos essenciais. Um desses elementos é uma teoria sociológica do saber e da atividade de conhecimento.

### Referências

BORNHEIM, Gerd A. *Os filósofos pré-socráticos*. São Paulo: Ed. Cultrix, 2005. ISBN 978-85-316-0172-9, «Preview no Google Books». BARNES, Jonathan (2005). *The Presocratic Philosophers* (em inglês). London: Routledge.

CAVALCANTE de Souza, José. *Os Pré-Socráticos*. São Paulo: Ed. Ática, 1991. (Coleção Os Pensadores vol. I).

ELIAS Norbert. *Sobre o Tempo*. Editado por: Michael Schroter. Tradução: Vera Ribeiro. Revisão técnica: Andréa Daher *Doutora em história pela École des Hautes Études en Sciences Sociales Professora do Depto. de História IFCS/UFRJ*.



# Qualificação técnico-profissional e trabalho: uma reflexão na dinâmica do mercado de trabalho da era digital na Hinterlândia Amazônica

---

Leonor Farias Abreu  
Nelson Matos de Noronha

## Introdução

A dinâmica da era digital tem exercido forte pressão para uma formação técnico-profissional que atenda aos ditames e anseios do dia a dia nos exigentes mercados de trabalho, praticamente em todas as dimensões e sociedades. Isto não é diferente no contexto da Hinterlândia Amazônica<sup>1</sup>, que também vivencia os reflexos das mudanças provenientes das modificações do mercado de trabalho global. Modificações que têm cada vez mais dado sentido diferente ao trabalho, tanto em termos de processo que permeia o ser humano em suas dimensões positivas e negativas, quanto em termos de sua precarização ao longo do tempo.

De forma geral, o termo trabalho apresenta duas distintas perspectivas (RIBEIRO e LÉDA, 2004), uma dimensão positiva e outra negativa. Na dimensão positiva, o trabalho pode ser percebido como espaço de criação, realização, conjunto de atividades produtivas para se atingir determinado fim; enquanto que na dimensão de caráter negativo, trabalho pode representar castigo divino, punição, fardo, lugar hostil, de acordo com o correspondente significado em cada língua, em cada sociedade. Na língua portuguesa, a palavra trabalho vem do latim *tripalium*, designando instrumento de tortura “[...] feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pon-

---

<sup>1</sup> Hinterlândia: “Região ou conjunto de regiões afastadas das grandes áreas urbanas, metropolitanas; interior” (AULETE DIGITAL, 2020). A designação para Hinterlândia Amazônica, é termo utilizado por Matos (2015) - Ethos e Figurações na Hiterlândia Amazônica – no contexto do interior do Amazonas. Nesta comunicação, Hinterlândia Amazônica também é utilizado no contexto do interior do Estado do Amazonas.

tas de ferro, nas quais agricultores batiam o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfiapá-los” (ALBORNOZ, 1994, p.10).

Ao compreender e vivenciar o trabalho no contexto positivo ou negativo, as concepções deste (NEVES et al., 2018) resultam de um processo de criação histórica, cujos desenvolvimento e propagação estão relacionados, concomitantemente, à evolução dos modos e das relações de produção, à organização social e às diversas formas de conhecimento humano, nas distintas fases da história da humanidade.

O trabalho (MARX, p. 95) é considerado como sendo dispêndio de força de trabalho do homem, na qualidade de trabalho concreto útil, que produz valores de uso; e na qualidade de trabalho abstrato, que gera o valor da mercadoria. Nessa perspectiva, é, portanto, “pelo trabalho que o homem transforma a si e a natureza, de acordo com suas necessidades, e isso o torna determinante para a manutenção da vida humana, tanto individual como coletivamente”. (p.173; 175). Isto porque, “diferentemente dos animais (SAVIANI, 2013, p. 152), que se adaptam à natureza, os homens têm de fazer ao contrário; eles adaptam a natureza a si”. Portanto, trabalho é “o ato de agir sobre a natureza, adaptando-a as necessidades humanas”.

Logo, na essência e generalidade, o trabalho (FRIGOTTO, 2008, p. 29), é um processo que permeia todo o ser humano e constitui a sua especificidade. Nessa “compreensão, independentemente da forma histórica que, assume, trabalho e relações materiais de produção social da existência são fundantes da especificidade humana à medida que é pelo trabalho que a espécie humana se produz”. Isto porque, “modificando a realidade que o circunda, modifica-se a si mesmo”, visto que o sujeito humano faz parte das relações sociais.

As relações sociais do sujeito humano perpassam também por suas relações com o trabalho por ele desenvolvido a partir de sua qualificação técnico-profissional, seja ela formal ou informal, esteja ele no mercado de trabalho formal ou informal, com ou sem elevados níveis de tecnologia, próprio desta

era digital. Considerando tais relações, o objeto desta comunicação é uma reflexão sobre questões relacionadas à qualificação técnico-profissional no mercado de trabalho na Hinterlândia Amazônica, no contexto da dinâmica da era digital (era da informação).

### **A Dinâmica do Mercado de Trabalho e da Formação Técnico-Profissional na Era Digital**

Os mais recentes dados gerais sobre o mercado de trabalho brasileiro, divulgados pelo CAGED-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2020) o qual é um dispositivo legal instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, mostram que no ano de 2019 houve a geração de 644.079 novas vagas de emprego formal no país, representando 115 mil postos a mais do que o registrado em 2018. Com isso, chegou-se a de 39 milhões de empregos com carteira assinada, enquanto em 2018 fechou em 38,4 milhões; resultado que reflete saldo positivo em todas as regiões, com destaque para os extremos de maior e menor número de vagas, sendo a geração de 49,41% das vagas concentradas na região sudeste e 5,06% na região norte.

Mesmo com as vagas criadas (CAGED, 2020), o último mês do ano, dezembro/2019, fechou com resultado negativo, considerando que nesse período são dispensados os trabalhadores contratados em regime temporário para o período de fim de ano, além do fenômeno da sazonalidade observada nos setores de serviços, indústria e construção civil.

Além da categoria dos trabalhadores temporários, atualmente está em evidência às modalidades do trabalho intermitente (a pessoa é convocada a realizar suas atividades profissionais de maneira esporádica, recebendo pagamento apenas pelas horas trabalhadas), e do trabalho parcial (com 20 a 30 horas semanais); ambas modalidades amparadas na Reforma Trabalhista, Lei nº 13.467/2017 (BRASIL- LEI nº 13.467/2017).

As categorias, intermitente e parcial, são tidas como as que apresentaram saldos positivos, sendo que das vagas ge-

radas (CAGED, 2020), a modalidade intermitente ficou com 85.716 vagas (nos setores de serviços, comércio, indústria de transformação, construção civil) e a parcial com 20.360 vagas ( nos setores de serviços, comércio e indústria de transformação), juntos representando 16,47% do total de vagas geradas.

Esses resultados nos permite confabular um pouco sobre algumas inquietações quanto à dinâmica dos resultados de empregos e mercado de trabalho apresentados pelo governo. Então, pensemos: as novas formas flexíveis de trabalho advindas da modernização trabalhista brasileira, consolidada pela última reforma de 2017, não seria um maior impulso à precarização do trabalho no mercado de trabalho brasileiro, quando considerado, no contexto geral, a dignidade humana e o valor social do trabalho enquanto meio de manutenção da sobrevivência?

Nesse caso, o trabalho intermitente não seria apenas estatístico como forma de se manterem números de vagas ‘geradas’ em determinado período, visto que o trabalhador tem seu registro em carteira, mas poderá ser convocado para trabalhar apenas algumas horas no mês, de acordo com a demanda do contratante? Se esse trabalhador intermitente for ‘convocado’ pelo empregador apenas um dia ao mês, sua sobrevivência e dignidade não estariam mais precarizadas que a do desempregado, que consciente de sua condição se lança na informalidade para tentar suprir suas necessidades básicas e de sua família? O que aconteceu com o trabalhador, cada vez mais impotente para vender sua força produtiva de trabalho ao capitalista dono dos fatores de produção, seria resultado da globalização excludente e do desenvolvimento desigual?

Na tentativa de responder a essas confabulações, acreditamos que (FRIGOTTO, 2008, p. 41) “as teses conservadoras, ressuscitadas pelo neoliberalismo, da liberdade do mercado, da competitividade, da minimização da esfera pública [...]” exacerbadas nos anos de 1980 e 1990, provocaram o atrofiamento dos direitos sociais, atualmente muito mais visíveis na precarização do trabalho. Isso implica que “as medidas adotadas ao

modelo predatório de desenvolvimento e expansão capitalista na tentativa de limitar os limites de expansão do modelo de industrialização, têm sido quase nulas”, tornando-se a ideia de desenvolvimento autossustentado, apenas um jargão utilizado sem resultado efetivo. Portanto,

a dimensão mais crucial dos limites do capital e do desenvolvimento capitalista [...] é, todavia, o espectro da destruição de postos de trabalho, vinculada [...] com a abolição dos direitos sociais duramente conquistados pela classe trabalhadora [...]. Este processo dá-se pela conjugação da globalização excludente, que amplia o desenvolvimento desigual, e pelo monopólio privado da ciência e tecnologia. (FRIGOTTO, 2008, p. 41).

Em nossas confabulações, percebemos que tanto o exponencial aumento do desemprego, quanto à própria precarização do trabalho, se constituem em um dos mais agudos problemas políticos e psicossociais da história humana (FRIGOTTO, 2008), colocando a classe trabalhadora que duramente lutou por redução de jornada de trabalho e liberação do tempo livre, em uma espécie de paradoxo, visto que hoje se empenha enormemente para manter-se empregada, mesmo que às custas de perdas de direitos trabalhistas anteriormente conquistados, em função da luta pela própria sobrevivência, diante da deterioração do emprego nessa ampliação de desenvolvimento desigual e excludente.

Agora confabulemos o outro lado da dinâmica do mercado de trabalho e emprego, com foco para a era digital/informação, área que até o ano de 2024, deverá ter cerca de 290 mil vagas de emprego em aberto (BRASSCOM, 2020). Reflitamos: por que enquanto milhões de pessoas procuram emprego no Brasil, o setor da área de Tecnologia da Informação (TI) enfrenta enorme problema quanto a expressiva quantidade de vagas disponíveis que não consegue preencher? O não-preenchimento das vagas criadas, seria decorrente do descompasso entre as vagas criadas e a não-qualificação técnico-profissional, decorrente do desenvolvimento desigual e excludente, reflexo de políticas públicas educacionais frágeis ou inexistentes no País?

Se voltarmos a Marx, agora, ao relacionarmos o trabalho a mercadoria (valor de uso/valor de troca), no mercado de trabalho voltado para a área de TI, percebemos que a força produtiva do trabalho é resultante e determinada por circunstâncias diversas (MARX), exemplo do grau médio de habilidade dos trabalhadores, nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, combinação social do processo de produção, volume e a eficácia dos meios de produção e condições naturais (p.169). Nesta discussão, tais circunstâncias estariam, portanto, associadas a maiores ou menores interesses econômicos, ideológico e políticos, vivenciados em nossa sociedade, quando se trata do trato dispensado à classe trabalhadora.

Essas circunstâncias sugerem que houve falta de preparação do Brasil (BRASSCOM, 2020), para o crescimento da área de TI, não conseguindo formar profissionais com qualificação e habilidades específicas para atender às demandas do setor. Esse posicionamento, deixou as próprias empresas criarem suas próprias soluções para qualificação de forma a suprir suas demandas, mesmo que essas soluções sejam paliativas.

Tais soluções, por ausência do Estado, acabam por aumentar ainda mais o poder do capital sobre o trabalhador, agora muito mais dependente da empresa, inclusive para sua qualificação técnico-profissional. Neste caso, parece que o trabalhador está no contexto do 'privilégio da servidão' (ANTUNES, 2018), considerando a perspectiva do novo proletariado de serviço na era digital, que envolve os trabalhos digital, *online* e intermitente; servidão que tem se tornado cada dia mais difícil de combater, uma vez que isto somente seria possível, pela recuperação de nossa emancipação (até que ponto queremos esse tipo de emancipação?).

Nessa discussão, entendamos que se a força produtiva do trabalho resulta de circunstâncias diversas, então podemos abstrair, por exemplo, que o grau médio de habilidades dos trabalhadores está intimamente relacionado à sua formação pro-

fissional, a qual depende das políticas públicas de educação de cada sociedade. Estas, por sua vez, podem atribuir maior ou menor nível de importância, inclusive quanto aos investimentos a ela destinados.

No Brasil, as políticas públicas atuais da educação, de formação geral ou de educação profissional, emanam da Constituição Federal/1988, a qual determina que, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada [...] visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL-CONSTITUIÇÃO FEDERAL-LEI nº. 1.988, ART. 205).

Quando se trata de política pública mais ampla para formação profissional atualmente em vigor no País, há a Lei nº.13.005/2014 - Plano Nacional de Educação 2014-2024, destacando-se a meta 11 que trata da educação profissional técnica de nível médio, a partir do qual espera-se que a matrícula nesse nível de formação seja triplicada, e que o segmento público expanda em pelo menos 50% no período (BRASIL-LEI Nº.13.005/2014). No entanto, observamos descompassos entre a dinâmica do mercado de trabalho e a intenção de o Estado atuar como agente condutor da formação de sua população trabalhadora, visto que para o alcance de objetivos capitalistas, as alternativas tecnológicas estão, de forma exponencial, substituindo, em muitas perspectivas, o trabalho humano, enquanto as políticas públicas, em boa medida, não passam apenas de intenções que não se concretizam.

O interessante é que as tecnologias, cada vez mais complexas, são desenvolvidas pelo e para o próprio capital, por meio dos trabalhadores que são pagos para as desenvolverem, a partir da qualificação ofertada pelas próprias empresas. Isto porque, a força da tecnologia mostra que o trabalhador, trabalhando com as mais diversificadas tecnologias, de simples à complexas, tem o seu trabalho cada vez mais produtivo, no contexto da produção que este executa. Aqui poderíamos

questionar: tornando-se mais produtivo, estaria o trabalhador, de fato ganhando mais dinheiro?

A aceleração tecnológica tem mostrado, também, a força que é a revolução digital, fato que coloca em pauta a questão da formação técnico-profissional nesse novo contexto tecnológico por um lado e a ausência ou redução dos empregos de outro. Queiramos ou não, esse processo tecnológico é caminho sem volta e a escola formadora precisa se adequar à uma formação ágil, e até personalizada, o mais próximo possível ao ideal das novas realidades sociais.

Se a escola não se antecipar ou ao menos tentar acompanhar o processo de desenvolvimento, ela corre o risco de não ter como recuperar sua capacidade de formar pessoas aptas a realizarem atividades de maior complexidade, exigidas pelo processo de automatização dos meios de produção, sem, contudo, é claro, esquecer que a essência do trabalho é o seu princípio educativo (SAVIANI, 2013), a fim de se formarem pessoas capazes de exercer sua cidadania no sentido estrito, no contexto de suas realidades sociais. Isso significa que os desafios desse novo cenário social exigem mudanças substanciais do sistema educacional.

Os desafios são enormes e ao mesmo tempo inevitáveis, posto que os processos produtivos, em qualquer tipo de sociedade, encontram-se cada vez mais focados para as tecnologias neles empregadas, as quais evoluem constantemente. É necessário, portanto, considerar o processo de evolução da formação profissional, agora com foco para a Era Digital, no contexto da Cibercultura, que é considerada (LÉVY, 1999) como um conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.

Nesse universo cibercultural, o foco das habilidades profissionais necessárias em uma era digital (BATES, 2016, p.64) levanta questões acerca das finalidades das escolas. “Sua finalidade é fornecer funcionários qualificados para uma equi-

pe de trabalho?”. Aqui nos parece surgir um certo dilema entre trabalho-formação-conhecimento, por quê? Por que, nesse tipo de mercado, o digital, por um lado, para sobreviver o trabalhador precisa ser flexível, de fácil adaptação aos ambientes e grupos, ser capaz de trabalhar para si e para as empresas. Por outro lado é necessário e fundamental atender primeiramente às necessidades de formação das pessoas, em vez de focar primeiro para a necessidade das empresas ou setores específicos, contrapondo-se ao trabalho visto tão somente como mercadoria.

Porém, o conhecimento novo, nessa sociedade do conhecimento, digital, é tratado como mercadoria - “se aproxima da comercialização e mercantilização -, é definido não pelo que é, mas por aquilo que ele pode fazer. A ênfase é colocada sobre a utilidade do conhecimento para fins comerciais” (BATES, 2016, p.104). Se assim o é, o dilema entre trabalho-mercadoria-formação-conhecimento, continua, e exige-se cada vez mais do trabalhador habilidades mais complexas e diversificadas.

Dentre as competências necessárias e exigidas do trabalhador na sociedade do conhecimento, Bates destaca a habilidade de comunicação, capacidade de aprender de forma independente, ética e responsabilidade, trabalho em equipe e flexibilidade, habilidades de pensamento, competências digitais, gestão do conhecimento. Em suma, um trabalhador competente e produtivo para o capital, em todos os aspectos, de forma ampla e diversificada; ele é agora o super trabalhador competente da era digital. Essas são apenas parte das habilidades que o mantém no mercado de trabalho (desde que busque atualização profissional continuamente, de acordo com as demandas do capital).

As habilidade dos trabalhadores, aqui focada para a formação técnico-profissional, contribui para que o trabalho se constitua também em uma prática econômica porque garante a existência, produz riquezas, satisfaz necessidades, além de representar a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social, tornando-o produtor de sua realidade e, por

isto, dela se apropria e pode transformá-la. (BRASIL-PARECERES CNE/CEB nº. 5/2011 e nº. 11/2012).

Mesmo o trabalho se constituindo em uma prática econômica, a educação para a formação do trabalhador (PACHECO, 2012) deve incorporar valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos que caracterizam a práxis humana, necessária ao exercício profissional e da cidadania. Se assim não o for, será apenas formadora de mão de obra para o mercado de trabalho, cada vez mais exigente pelas necessidades técnico-tecnológicas da era digital.

A dinâmica do mercado de trabalho, no processo de interação, certamente, deve considerar que as tecnologias são produtos de uma sociedade e de uma cultura que convivem no ciberespaço, o qual se torna cada vez mais próximo, mais real a todos, em todos os lugares. No Estado do Amazonas, por exemplo, mesmo que de forma pontual, percebemos um esforço um pouco maior do Estado em propiciar formação profissional em novas e mais complexas tecnologias, impulsionado pela revolução tecnológica, já que não há mais como retroceder a esse processo; as exigências estão aí, e o Estado precisa dar atenção a essa necessidade de formação profissional.

Em termos de qualificação profissional focada para exigências da era digital, as ações do Governo do Amazonas começam a ser direcionadas às necessidades de formação de competências e habilidades da Indústria 4.0. Neste direcionamento o Plano Estratégico do Governo Estadual, a ser operacionalizado por meio do Centro de Educação Tecnológica-Autarquia Estadual para fins de formação profissional pública, criada pela Lei nº 2.816, de 24 de julho de 2003 (CETAM, 2003), no período 2019-2028, está posta como uma das vocações para formação profissional a serem impulsionadas no período.

As tecnologias utilizadas na indústria 4.0, dentre outras, envolvem a internet das coisas, bancos de dados universais, computação em nuvem, robôs autônomos, realidade virtual e aumentada. A realidade dessa quarta revolução tecnológica, exige formação de mão de obra altamente qualifica-

da para funções cada vez mais estratégicas e com tecnologias mais complexas demandadas pelas organizações empresariais, em praticamente todos os campos do saber, que por sua vez demandam novas reflexões acerca da relação trabalho-formação profissional. O Plano do Governo do Amazonas, expressa indústria 4.0 como sendo

[...] o nome dado à quarta revolução industrial em andamento, aonde o conjunto de tecnologias disponíveis permite a fusão do mundo físico, digital e biológico, trazendo uma série de novos desafios à economia, resultando na tendência à automatização total das fábricas, através de sistemas ciberfísicos. [...] A adoção das tecnologias da Indústria 4.0 abrirá espaço para novos postos de trabalho altamente qualificados, demandará pesquisas aplicadas e fomentará ações de extensão tecnológica (CETAM-PLANO ESTRATÉGICO/2018, p.17).

Neste ponto faremos uma rápida reflexão no sentido de que, nos parece que o Estado terá de fazer um esforço hercúleo para que o plano de fato alcance toda a Hinterlândia Amazônica, considerando que 52,42% de toda a população do estado está concentrada na capital, Manaus, o que corresponde a 2.130.264 habitantes. O estado possui 4.063.614 habitantes (IBGE, 2017), distribuída em seus 62 municípios. Essa concentração populacional na capital, dentre outros motivos, decorre da existência do Polo Industrial de Manaus-PIM, na cidade, o qual abriga cerca de 500 empresas, nacionais e internacionais, amparadas por incentivos fiscais e extrafiscais (SUFRAMA, 2019); muitas delas com alto nível tecnológico em seus processos produtivos e de serviços.

O PIM, em Manaus, atrai em maior ou menor grau, a população mais jovem que se desloca dos demais municípios em busca de oportunidades de emprego diretos ou indiretos em um dos segmentos econômicos que compõem o PIM, ou mesmo por oportunidades de formação em áreas distintas às tradicionais e/ou disponíveis no seu município de origem. O fato é que os avanços socioeconômicos agora estão conectados ao processo de avanços tecnológicos, que também, com maior

ou menor intensidade, chega a todos municípios da Hinterlândia Amazônica.

Os avanços têm despertado as novas gerações da Hinterlândia Amazônica para questões tecnológicas; avanços que têm mostrado a força que é revolução digital, não podendo mais a formação profissional, seja aonde for, ficar alheia a esse novo contexto. As novas profissões 'substitutas' dos tradicionais, são ampliadas com novas tecnologias e apresentam grandes desafios visto que os processos produtivos de bens e serviços (inclusive serviços públicos básicos de educação e saúde), em qualquer tipo de sociedade, encontram-se cada vez mais focados para as tecnologias neles empregadas, as quais evoluem constantemente, nos fazendo servir do trabalho digital, também na Hinterlândia Amazônica.

### **Considerações Finais**

As reflexões postas acerca da relação qualificação técnico-profissional e trabalho na dinâmica do mercado de trabalho da era digital na Hinterlândia Amazônica, nos trouxe a possibilidade de refletirmos, de forma geral, questões pertinentes ao trabalho como o meio que o ser humano usa para transformar tanto a si mesmo quanto a natureza que o serve em suas necessidades, garantindo ao mesmo tempo a manutenção da vida humana, seja individual ou coletivamente. Além de podermos discutir alguns aspectos relacionados ao mercado de trabalho brasileiro, focando também para as exigentes habilidades tecnológicas do mercado digital, a partir do qual discutimos um pouco tais questões no contexto da Hinterlândia Amazônica.

Disso, vimos que a relação entre trabalho-qualificação-mercado de trabalho (as relações de troca), vai seguindo seu curso guiada pelas circunstâncias e interesses econômicos, ideológico e políticos, vivenciados em cada sociedade, de acordo com suas especificidades. As circunstâncias, a força produtiva do trabalho delas resultantes, pelas próprias características

de sobrevivência, adaptam suas habilidades aos novos processos de produção, que sofrem atualizações tecnológicas constantes e cada vez mais complexas. Nisso se concretiza a relação de troca da entre trabalhador ('dono' da força de trabalho) e capitalista (dono dos fatores de produção).

No entanto, a intencionalidade estratégica da educação que qualifica mão de obra, deve ser o desenvolvimento no seu amplo entendimento, recusando-se reduzir o seu alcance a mera adaptação da formação escolar às necessidades das forças do mercado de trabalho. As concepções e princípios gerais que deverão nortear a educação-formação profissional devem estar baseados no compromisso com a redução das desigualdades sociais e com o desenvolvimento socioeconômico-cultural, em um processo de interação constante entre tecnologia, cultura, ciência, trabalho.

Nessas perspectivas, a qualificação técnico-profissional se torna cada vez mais desafiante, uma vez que os processos produtivos, em praticamente todas as sociedades, se direcionam de forma mais acelerada para novas tecnologias que evoluem de forma rápida e constantemente, e ao mesmo tempo contribuem para que o ideal das novas realidades sociais também evoluam.

Mesmo que o *fetichismo* do digital ganhe espaços mais amplos à medida que a sociedade caminha para uma sociedade cada vez mais tecnológica, devemos ter em mente que a relação entre qualificação profissional e trabalho deve ser de integração de uma à outra, a fim de que esta cumpra o seu papel de formação completa do cidadão-trabalhador, não estando portanto, em primeiro lugar a necessidade das empresas ou setores específicos em detrimento da necessidade de formação da pessoa.

Registramos que será pertinente dar continuidade a estas discussões expondo o trabalho na modalidades intermitente em diversos segmentos econômicos, a fim de se fazer uma relação da precarização do trabalho, com a qualificação técnico-profissional, especialmente no mercado de trabalho de

serviços digitais, na Hinterlândia Amazônica.

## Referências

ALBORNOZ, S. **O que é Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. Disponível em: <<https://bit.ly/2sUHdLz>>. Acesso em: 2 jan. 2019.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BATES, A. W. (Tony). **Educar na Era Digital: design, ensino e aprendizagem**. São Paulo: Artesanato Educacional/ABED, 2016. (Coleção Tecnologia Educacional; 7).

BRASSCOM - Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação. **Profissão TI: corrida contra o tempo**. Disponível em: <<https://brasscom.org.br/profissao-ti-corrida-contra-o-tempo/>>. Acesso em 24 jan. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil Nº. 1988, de 5 de outubro de 1988**. Disponível em: <<https://bit.ly/1dFiRrW>>. Acesso em: 2 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Lei Nº. 13.005/2014, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <<https://bit.ly/1LbcL4B>>. Acesso em: 26 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei Trabalhista-Lei nº 13.467/2017, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: <<https://bit.ly/2tfjxVY>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação

Básica. **Parecer CNE/CEB nº. 5/2011, de 4 de maio de 2011.** Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <<https://bit.ly/2Uouj46>>. Acesso em 2 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº. 11/2012, de 9 de maio de 2012.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: <<https://bit.ly/2W-xOL4b>>. Acesso em: 8 nov. 2019.

CAGED-Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Brasil gera mais de 644 mil novos postos de trabalho em 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2GckISw>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

CETAM-CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO AMAZONAS – **Lei nº 2.816**, de 24 de julho de 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/2HCJIfs>>. Acesso em: 2 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **Plano Estratégico.** Disponível em: <<https://bit.ly/2B6SP2g>>. Acesso em: 2 dez. 2019.

FRIGOTTO, G. **Educação, Crise do trabalho Assalariado e do Desenvolvimento: teorias em conflito.** 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. IN: Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século.

Hinterlândia AULETE DIGITAL. Verbete. Disponível em: <[encurtador.com.br/uADIP](http://encurtador.com.br/uADIP)>. Acesso em: 10 fev. 2020.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da População Residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2017.** Disponível em: <<https://bit.ly/2J9VnBW>>. Acesso em: 2 jan. 2019.

LÉVY, P. **Cibercultura.** São Paulo: 34, 1999. Disponível em: <<https://bit.ly/2Lh3OJm>>. Acesso em: 20 Ago. 2018.

MARX, K. **O Capital. Crítica da Economia Política. Volume I. Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. Capítulo I - A Mercadoria.** São Paulo: Nova Cultural, 1996. Dis-

ponível em: <<https://bit.ly/2d8ellq>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

MATOS, G. C. G. de. **Ethos e Figurações na Hinterlândia Amazônica**. Manaus, AM: Valer/Fapeam, 2015.

NEVES, D. R. et al. **Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library**. Cad. EBAPE.BR, v. 16, nº 2, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2SmRu1v>>. Acesso em: 2 dez. 2019.

PACHECO, E. (Org.). **Perspectivas da educação Profissional técnica de nível médio - Proposta de diretrizes curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – SETEC/MEC. Brasília. Moderna, 2012.

RIBEIRO, C. V. dos S.; LÉDA, D. B. **O significado do Trabalho em Tempos de Reestruturação Produtiva**. Estud. pesqui. psicol. v.4 n.2 Rio de Janeiro dez. 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/2G8AGol>>. Acesso em: 2 dez. 2019.

SAVIANI, D. **O Trabalho como Princípio Educativo Frente às Novas Tecnologias**. In: Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar. 16. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

SUFRAMA-SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS. **Indicadores de Desempenho do Polo Industrial de Manaus – 2013-2018**. Disponível em: <<https://bit.ly/2MCGQjX>>. Acesso em: 2 nov. 2019.

## **A representação do sagrado feminino através da xilogravura**

---

*Lílian Freire Noronha*

### **Introdução**

No contexto do ensino das Artes Visuais a disciplina de Xilogravura, com uma carga horária geralmente entre 45 a 60 horas, entremeada entre teoria e prática, é apresentada como uma arte de entalho em madeiras ou outros suportes sem, contudo, requerer do aluno um grau de habilidade maior do qual ele possa desenvolver durante a prática em laboratório. Nesse sentido, objetivou-se neste trabalho examinar, do ponto de vista semiótico, o empoderamento da mulher através da representação do sagrado feminino por meio da Xilogravura.

Acreditamos que tal proposta instigue os docentes a trabalharem a disciplina de Xilogravura na percepção da construção de narrativas envolvendo temáticas transversais nas quais os alunos possam se sentir representados. Na mesma linha, que os alunos se apropriem dessas narrativas para desenvolverem uma subjetividade crítica com relação à sociedade na qual estão inseridos.

A organização do capítulo está disposta em seções, sendo a primeira, intitulada “A Arte da Xilogravura” na qual evidenciamos o início da Xilogravura no Brasil e suas nuances; na sequência, “A representação do sagrado feminino”; seguida por “A representação do sagrado feminino através da Xilogravura com uma experiência no Laboratório de Xilogravura”.

### **A Arte da Xilogravura**

A xilogravura ou, simplesmente, xilo exalta uma particularidade de grandiosidade expressiva enquanto Arte à medida que suas linguagens verbal e visual dialogam com o popular, tanto com relação ao imaginário das pessoas, como

quanto à representatividade de narrativas construídas por variados grupos de diferenciados nichos e que podem ser introduzidas na sala de aula como prática educativa do ensino e aprendizagem.

Ao buscarmos uma definição para a xilogravura observamos que a historiografia da Arte faz menção ao século VI na Europa, cuja função, meramente funcional, era de estampar tecidos. No momento seguinte é que teria uma funcionalidade direcionada para a ilustração de cartas de baralho e imagens sacras.

A xilogravura é uma expressão artística milenar, utilizada na Antiguidade para a estampa de tecidos e, em seguida, usada no papel. Os testemunhos mais antigos de xilogravura em papel datam do século XVIII, são orações budistas impressas no Japão. Já seu início na Europa ocorreu por volta do século VI através da estampa de tecidos e, posteriormente, século XII, com imagens sacras impressas em cartas de baralho (BEZERRA, 2020, p. 51).

“No século XV a xilogravura contribuiu para os primeiros livros impressos da história. A partir daí foi sendo exercitada até alcançar altos níveis artísticos” (COSTELLA, 1984, p. 52). A impressão de livros com figuras da xilogravura, além de reduzir o preço do livro tradicional, desenvolveu uma funcionalidade popular, pois, as imagens ao lado da escrita possibilitaram o entendimento do contexto pelos não alfabetizados.

O uso da imagem, juntamente com os textos escritos, possibilitou o aproveitamento do livro feito em xilogravura pelos não alfabetizados, que graças às gravuras tiveram a oportunidade de compreender facilmente a narrativa, mesmo sem o conhecimento das letras. O valor dos livros xilográficos fica bem evidenciado através da “*Bíblia Pauperum*” (Bíblia dos Pobres). Na Europa essa obra teve várias edições em xilogravura no século XV (GABRIEL, 2012, p. 8).

A xilogravura ao longo da história caminhou ao lado da cultura popular, sendo capaz de expressar em suas gravuras os anseios, as crenças, o modo de vida em sociedade e, de acordo com Chaves (2004, p. 170), a xilogravura, por ser um processo bem antigo de reprodução da imagem, precedeu à in-

venção da imprensa, sendo, assim, considerada o embrião da tipografia.

### O início da Xilogravura no Brasil e suas nuances

A vinda da Família Real para o Brasil em 1808, juntamente com “a transferência da Imprensa Régia e sua maquinaria para o Rio de Janeiro, possibilitou o ingresso da xilogravura no país, que logo se interiorizaria atingindo o Nordeste, em meados do século” (SODRÉ, 1982, p. 48), cuja circulação de ilustrações e histórias ganhou o chamado “repente”, cantoria de viola com agilidade que foram incorporados aos impressos com temática da qual prevalecia a realidade regional, como o cangaço ou a religiosidade popular, conforme demonstrado na Figura 1.

Figura 1 – Folhetos de xilogravura do sagrado feminino e de religiosidade



Fonte: Carvalho, 1995

“Em um dos três mais antigos jornais do Brasil, o Mossoroense, a xilogravura era utilizada para destacar as notícias, a publicidade ou os artigos assinados mais importantes de sua edição” (BEZERRA, 2020, p. 52), assim como a ilustração de folhetos e capas, Figura 2.

Figura 2 – Capa de A história de Zezinho e Mariquinha (Autor Damásio Paulo)  
Elaborada em xilogravura



Fonte: Bezerra, 2020

Tal xilogravura ilustrativa, no entanto, no Brasil e na Europa, passou por uma transformação conceitual ao saturar o modelo de ilustração e se apropriar de uma xilogravura livre de engessamento quanto ao trabalho de criação e de representatividade. Nesse contexto, “vários artistas se conscientizaram que eles deveriam traçar o rumo de sua arte, então eles mesmos passaram a executar tanto o trabalho de criação quanto o ofício de entalhe e impressão, originando uma arte livre de amarras” (GABRIEL, 2012, p. 12).

Assim, mesmo não estando preso a concepções pré-determinadas, o xilógrafo não apenas entalha uma imagem na madeira, mas imprime nela suas percepções de mundo, de sociedade, de crenças e superstições. Logo, para Nascimento (2011, p. 229-230),

O componente de criatividade que integra o trabalho do xilógrafo não o reduz a uma cópia fotográfica do momento ou da sequência narrativa. A sua mensagem também elege aquele meio de expressão, o entalhe da madeira, ou na borracha vulcanizada, como veículo para suas emoções e para sua ideologia, para sua participação social, para seu protesto, através do material disponível.

Desse modo, a xilogravura passa a ter um *corpus* clássico ou tradicional que remete a realidade regional na qual o xilógrafo está inserido, mas, igualmente, se apresenta como ferramenta para transmitir suas emoções oriundas de contentamentos e descontentamentos coesos a causas de representatividade de determinado seguimento popular, o que, de certa forma, desencadeia num reaquecimento da arte da xilogravura, tanto com relação à função mercadológica, como quanto à função estética no sentido de produção artística. Nessa acepção,

A reproduzibilidade da Arte abriu a possibilidade para que a xilogravura pudesse ser vista como permanência e atualização de uma expressão que vinha da Idade Média e que se reatualizava de acordo com novas influências e condições [...] implicando numa visão diacrônica da xilogravura e de sua passagem do mero recurso tipográfico para uma manifestação artística que se baseia na recriação do universo e na apropriação de influências massivas (CARVALHO, 1995, p. 145).

Nesse ínterim, é oportuno enfatizar que as relações construídas pelos sujeitos são reflexos de suas experiências cotidianas e da leitura de sociedade que cada um possui. Ao construir leituras equivocadas em face aos conceitos pré-concebidos, como a representação pejorativa que a figura da mulher tem em determinadas sociedades, mesmo no atual contexto histórico, econômico e social, observamos a necessidade de trabalhar essa problemática através do seu empoderamento na seção seguinte.

### **Representação do Sagrado Feminino**

Na visão de Qualls-Corbett (1990, p. 26-30), anos antes de Cristo, o fascínio masculino pela Deusa levou muitos gregos aos templos de Afrodite para aprenderem com as prostitutas sagradas à arte de amar a fim de vivenciarem com a Deusa o êxtase sexual, ainda que, a conjunção carnal se concretizasse apenas como uma fantasia ou através de uma possessão psíquica. Entretanto, o que eles buscavam era o contato com o divino.

A Deusa era virgem, impenetrável, simbolicamente completa, e mantinha os homens – seus consortes – sob seu domínio, de quem se servia apenas como agentes fertilizadores. A eterna virgindade significava que ela pertencia a si própria. Mesmo casada, sua condição de virgem não se alterava porque o esposo não a dominava. O fato de não pertencer a um homem assegurava sua reconhecida independência (RIBEIRO, 2012, p. 68).

Portanto, é em função da existência desse imaginário que houve uma veneração e, ao mesmo tempo, uma relutância, um medo do feminino. Este ser capaz de exercer fascínio nos seus principais papéis como da sexualidade e o da procriação. Para Ribeiro (1990, p. 68-69), “possivelmente o desenvolvimento científico levou essa divindade a perder o seu apogeu, onde a superioridade da masculinidade submeteu à sacralidade feminina”. Ainda, segundo, Ribeiro (1990, p. 69), uma nova percepção do feminino surge:

Dessacralizada pelas religiões judaico-cristãs, principalmente no Ocidente, negada e/ou reprimida durante milhares de anos de cerebralismo masculino, a Deusa retornou num tempo conturbado, quando a humanidade começou a sofrer grandes cataclismos promovidos pela destruição dos princípios éticos e dos valores morais, quando os indivíduos, fragmentados, começaram a perder a identidade no mundo coletivizado. Destronada nos rituais propiciatórios graças ao abstracionismo monoteísta, subsistindo ao ostracismo imposto pelo patriarcalismo, a Deusa irrompeu nas artes e na cultura. Transfigurada, remodelada, capaz de favorecer outros acessos aos labirintos da alma humana, ela surge na literatura com vários perfis femininos capazes de despertar sentimentos, emoções, intuição e criatividade de que necessitam os homens para divinizar este mundo e poetizar a arte.

WHITMONT (1991, p. 21), denomina esse ressurgimento do sagrado feminino na contemporaneidade como “o retorno da Deusa”, e CAMPBELL (1990, p. 24) traduz como a “personificação de um poder motivador ou de um sistema de valores [...]”. Logo, esse retorno da Deusa – mulher – simbolicamente nos traduz como uma apropriação do espaço da mulher na atual sociedade nos vários seguimentos que se encontra inserida. No próprio espaço do seu lar, na condição de filha, de companheira, de mãe, ou de chefe de família.

Essa mudança de parâmetros na sociedade não ocorreu espontaneamente. Ela é fruto de uma luta diária da mulher pela conquista de seu espaço. Surge dessa luta um empoderamento que passa a ser vislumbrado na mulher assumindo sua história de vida. A mulher – um ser feminino – não um “ser” frágil. Ela retoma seu lugar de “Deusa” e busca associações que remetam a essa condição de emancipação. E, a partir, de tal apropriação de valores e lugares a mulher deixa de figurar como submissa na sociedade e passa a ser vista, olhada, observada, contemplada. “Que eu morra assim feliz, tudo de ti querendo: mal e bem, desespero e ideal, veneno e pomo, pecados e perdões, beijos puros e impuros!” (BILAC, 2007, p. 86). Essa contemplação passa a ser vislumbrada nas mais variadas formas de expressão, como na xilogravura, por exemplo.

Sendo assim, a Arte da Xilogravura, entre tantos campos das Artes Visuais, permite a exaltação da mulher nessa reconquista de espaço e de empoderamento e representatividade do ser feminino. Logo, a utilização da arte da xilogravura para o ensino e a aprendizagem, permite que ocorra a construção de uma subjetividade crítica em sala de aula por parte dos alunos. Para Hernández (2007, p. 70),

Com isso, pretende-se facilitar uma desconstrução crítica e performática das construções da cultura visual relacionadas com à cultura popular e as Artes Visuais, considerando-as como discursos mediadores de experiências de subjetividade [...] oportunizar aos aprendizes uma reflexão sobre a maneira como as manifestações da cultura visual refletem as relações de poder, contribuindo em termos de suas vidas e também com a dos educadores nas dimensões emocional, política, social e material.

Assim, considerando o processo de ensino e aprendizagem para a arte da xilogravura e a disciplina de Xilogravura da FAARTES, veremos na próxima seção a aplicação da teoria à prática.

## **O Sagrado Feminino através da Xilogravura: Uma experiência no laboratório de Xilo da FAARTES/UFAM**

A disciplina Xilogravura (IHI120), ministrada no Laboratório de Xilogravura da FAARTES da UFAM, com 45h de carga-horária, foi oferecida no curso de férias do segundo semestre de 2019 aos alunos do curso de Artes Visuais regularmente matriculados. A disciplina foi oferecida com horário diferenciado, em função das férias, sendo, portanto, ministrada pela parte da manhã e pela tarde em período determinado.

A partir da execução da disciplina, através da professora da turma, originou-se o objetivo de examinar, do ponto de vista semiótico, o empoderamento da mulher através da representação do sagrado feminino por meio da Xilogravura. Para tanto, as alunas, cuja totalidade do gênero feminino nessa turma foi de 100%, deveriam pesquisar acerca do sagrado feminino para então elaborar as matrizes de madeira com desenhos que possuíssem representatividade para sua condição enquanto mulher.

Desse modo, as alunas leram textos informativos sobre a temática e deram sequência as atividades onde, num primeiro momento, foram feitos desenhos de cunho próprio para que servissem de base para a produção das matrizes, através da técnica de realizar gravuras em relevo sobre o suporte utilizado, conforme exposto na Figura 3.

Figura 3 – Matrizes talhadas em madeira



Fonte: Imagens captadas durante a disciplina de Xilogravura/2019

As matrizes foram elaboradas com emprego de materiais diversos, tais como isopor, placas de linóleo que é um material usado geralmente em revestimentos de pisos, possuindo componentes naturais (como óleo de linhaça). Porém, por ter alto custo, a maioria das matrizes foi realizada, em pedaços de madeiras reaproveitadas e, visavam assim, diminuir o custo para as alunas, bem como o impacto ambiental. Durante a elaboração, as ferramentas utilizadas com mais frequência foram as goivas (instrumentos com lâminas), como ilustradas na Figura 4, para esculpir o suporte, no caso, os pedaços de madeiras.

Figura 4 – Goivas com cortes diferenciados



Fonte: <https://laart.art.br/blog/o-que-e-xilogravura/>

Num segundo momento, as alunas, junto aos seus blocos de madeira entalhados com os desenhos que fizeram, passaram para a etapa da pintura. As madeiras foram cobertas por tintas através de rolos pequenos e apropriados, como exemplificado na Figura 5.

Figura 5 – Rolo para xilogravura



Fonte: <https://www.google.com/search?q=rolos+de+xilografia>

Iniciou-se, então, a etapa da impressão com a madeira sendo pressionada numa superfície qualquer, no caso, foram aproveitadas páginas de revistas antigas e jornais velhos, ambos de tamanho variado, novamente, visando ao aproveitamento de matéria prima e reduzindo sobremaneira o custo com a aquisição de materiais pelas alunas. À medida que as impressões eram concluídas, as mesmas ficaram secando num

varal dentro do laboratório, Figura 6, para serem utilizadas na etapa seguinte.

Figura 6 – Varal com as impressões realizadas pela turma de Xilogravura/2019



*Fonte:* Imagens captadas durante a disciplina de Xilogravura/2019

Na etapa final, as alunas teriam que montar uma composição com as impressões feitas. Para tanto, seria aplicada a técnica da colagem manual diretamente num suporte para a confecção de uma composição, como demonstrado na Figura 7.

Figura 7 – Colagem manual das impressões de Xilogravura no painel



Fonte: Imagens captadas durante a disciplina de Xilogravura/2019

No decorrer de todo o processo de elaboração das matrizes e impressão das imagens de Xilogravura observou-se o sentimento de empoderamento das alunas ao se apropriarem do Sagrado Feminino, em seus desenhos, para resgatar a consciência de valorização da mulher em todas as suas variantes. Um aspecto de maior ênfase foi a imagem do útero, Figura 8, com seu poder de reprodução e ciclos femininos onde a menstruação torna-se sagrada e não mais suja como era representada na antiguidade clássica.

Figura 8 – Xilogravura, em cores, sobre papel representando um útero



Fonte: Imagens captadas durante a disciplina de Xilogravura/2019

A exaltação do útero sangrando representado pelo preto e pela cor vermelha remete a simbologia do sagrado e a capacidade de reprodução da vida. Na Figura 9, há uma junção das xilogravuras, em bases diversas, que simbolizam a luta da mulher, evidenciada, também, pelas palavras de ordem: “poder”; “explosão”; “verdade”.

Figura 9 – Pannel representativo do sagrado feminino pela luta da mulher por seu espaço



Fonte: Imagens captadas durante a disciplina de Xilogravura/2019

## Considerações finais

Neste trabalho, apresentamos a experiência obtida no laboratório de Xilogravura da FAARTES, com aplicação da disciplina da Xilogravura, para examinar, do ponto de vista semiótico, o empoderamento da mulher através da representação do sagrado feminino por meio da Xilogravura.

Ainda que, tal experiência desenvolvida careça de uma amplitude em função tanto do número de alunas envolvidas, como com relação à dificuldade em obter materiais adequados, consideramos que a experiência vivenciada pelas alunas e professora foi satisfatória, agregando valor à disciplina, sob o ponto de vista do ensino e aprendizagem, e conseguiu repassar as alunas, durante todo o processo, desde a concepção da ideia, elaboração dos desenhos, construção das matrizes, até a impressão das xilogravuras, o empoderamento de sua condição enquanto mulher na sociedade.

## Agradecimentos

À Universidade Federal do Amazonas, através do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia. Ao Prof. Michel Justamand Docente do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia/PPGSCA/UFAM. À Profa. Kasmin Biscaro Alves Carnevali responsável pela disciplina Xilogravura da FAARTES/UFAM.

## Referências

BEZERRA, Sandra Nancy Ramos. **Arte e Patrimônio**. Curso Formação de Mediadores de Educação para Patrimônio. Raymundo Netto (Org.). Ceará: Fundação Demócrito Rocha, 2020. Disponível em: <[https://cursos.fdr.org.br/pluginfile.php/379965/mod\\_resource/content/9/F4-Formacao-de-mediadores-de-educacao-para-patrimonio.pdf](https://cursos.fdr.org.br/pluginfile.php/379965/mod_resource/content/9/F4-Formacao-de-mediadores-de-educacao-para-patrimonio.pdf)>. Acesso em: 23 abril 2020.

CAMPBELL, Joseph. **Mitologia na vida moderna**. Tradução de Luiz Paulo Guanabara. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.

CARVALHO, Gilmar. **Xilogravura: os percursos da criação popular**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, 143-158, 1995. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/72075/75314>>. Acesso em: 23 abril 2020.

CHAVES, Liana Miranda. **Gravura, estampa da arte**. 3. ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2004.

COSTELLA, Antônio. **História da xilogravura**. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 1984.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Catadores da cultura visual**. Porto Alegre, 2007.

GABRIEL, Ademir Lopes. **Xilogravura como expressão da cultura popular**. 2012. 56 f. Monografia (Licenciatura em Artes Visuais) – Instituto de Artes, Universidade Aberta do Brasil, Universidade de Brasília, Goiás, 2012.

NASCIMENTO, Bráulio do. Literatura de cordel: dupla dimensão semântica. In: Mesquita, Maria de Fátima Barbosa de. et. al. (Orgs.). **Estudos em Literatura Popular II**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2011.

BILAC, Olavo. **Antologia poética**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

QUALLS-CORBETT, Nancy. **A prostituta sagrada**. Tradução de Isa F. Leal Ferreira. São Paulo: Paulus, 1990.

RIBEIRO, Maria Goretti. **O sagrado feminino na literatura**. Revista de Estudos Literários. v. 16. n. 2. 2012. Disponível em:<<file:///C:/Users/2620036/Downloads/25762-Texto%20do%20artigo-100648-1-10-20190301.pdf>>. Acesso em: 27 abril 2020.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

WHITMONT, Edward. **O retorno da Deusa**. Tradução de Maria Silvia mourão. São Paulo: Summus, 1991.



## **Construção Urbana e/ou Destruição Ambiental? percepção sobre um “parque” que virou passeio**

*Lupuna Corrêa de Souza  
Gercicley Rodrigues dos Santos  
Ronald Rosa de Lima*

### **Apresentando o bairro do Parque 10 de Novembro**

O bairro do Parque 10 de Novembro, Manaus – AM é conhecido por ter se tornado importante centro de comércio e entretenimento da cidade de Manaus. Sua construção é originária da localização de balneários públicos e privados. O principal balneário local situava-se na confluência da Rua Recife com a Darcy Vargas, o qual dá nome ao bairro que era até os anos 60 a principal área de lazer para a população.

Com população de 35.887 (2010) e estimativa de 47.110 habitantes (2015), o referido bairro se caracteriza como a mais adequada infraestrutura urbana e equipamentos urbanos da cidade de Manaus, estando estrategicamente situado, o que justifica a presença de shoppings, agências bancárias, supermercados, comércio e serviços em geral, etc., evidências responsáveis pelo alto valor de mercado do terreno no bairro, o que levaram construtoras e incorporadoras a enxergarem neste pedaço da cidade, uma excelente opção de investimento, principalmente para empreendimentos verticais. O bairro está situado na zona centro-sul, e de acordo com a Lei Nº 1.401, de 14 de Janeiro de 2010, possui uma superfície 821,12 ha - a partir do Plano Diretor de 2006, o bairro do Parque 10 de Novembro passa a ser Unidade de Estruturação Urbana – UES, pois apresenta uso diversificado do solo. Sendo permitida a verticalização até o ano de 2014 com altura máxima permitida de 12 (doze) pavimentos, conforme Plano Diretor (2006, p.105).

Porém, com a aprovação do Plano Diretor do Município de Manaus de 2014, a altura permitida para empreen-

dimentos verticais no bairro passa ao gabarito máximo de 16 pavimentos (Plano Diretor, 2014). De acordo com o que indica a Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário – ADEMI. Na zona centro-sul da cidade no bairro de Adrianópolis o metro quadrado custa em torno de R\$ 7.800,00 (G1, 2016), e no bairro do Parque 10 de Novembro em torno de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) de acordo com informações obtidas numa construtora atuante na área. O valor utilizado pela Prefeitura Municipal de Manaus para a cobrança de tributos varia de R\$ 1.579,76 referente às áreas em torno das avenidas Djalma Batista e Recife e R\$ 357,40 para as demais áreas do bairro (PMM, 2018).

De acordo com Souza, 201, por estar atravessado por grandes avenidas no sentido sul norte que interligam o bairro as diversas zonas da cidade sendo possível o acesso ao bairro com facilidade, o qual é servido por diversas linhas de transporte público, sendo esse um dos fatores da oferta de serviços no bairro, casas lotéricas... Esse também pode ser identificado como um dos fatores da concentração de empreendimentos imobiliários verticais [...]”, fato este que alterou toda a paisagem local, do meio natural ao meio artificialmente construído e com sua conseqüente degradação.

Figura 1. Balneário - Bairro Parque 10 de Novembro



Fonte: Acervo Nepecab, 2016.

É relevante apresentar alguns pontos importantes, os quais fazem parte da construção do Bairro Parque 10 de Novembro. Com a construção do Conjunto Castelo Branco

na década de 1970 e o conjunto Eldorado na década de 1980, forma-se o marco para o crescimento e expansão do bairro, apresentando seus primeiros empreendimentos verticais, construídos a partir de 1980, sendo o mais antigo o Edifício Portal do Sol, uma torre de 6 (seis) pavimentos, conforme (Figura 2).

**Figura 2.** Edifício Portal do Sol



**Foto:** Gabriela Colares, 2016.

Tendo como base as planilhas fornecidas pelo (IBGE, 2014), é possível inferir que este bairro possuía até o ano de 2010, em números absolutos, 66 (sessenta e seis) empreendimentos verticais com 5 (cinco) ou mais pavimentos, encontrando-se como o que apresentava maior índice de verticalização.

O trabalho de campo realizado no ano de 2015 possibilitou inferir que a planilha fornecida pelo IBGE (2014), se apresentava com boa confiabilidade exibindo um percentual



de 2000-2010 com 47 empreendimentos verticais construídos, os quais estão concentrados no Passeio do Mindu.

### **Dos quintais das chácaras às portarias dos prédios: um lugar a verticalizar**

A verticalização ao passo (que se) em que a materialidade no espaço, multiplica o solo de forma a beneficiar o máximo, aqueles que dele se aproveitam, tanto para lucrar com os custos da obra, como também pela multiplicação de um solo construído. De acordo com (SANTOS, 1982, p. 38), “[...] as formas geográficas se alteram ou mudam de valor; e o espaço se modifica para atender às transformações da sociedade”. Diante de tal citação pode-se elucidar que a escolha de construtoras e incorporadoras por determinadas localizações para implantação de seus empreendimentos exige um olhar holístico sobre as diversas características que compõem o lugar, pois, tem-se como resultado final da verticalização, a junção de interesses econômicos que fazem de uma área já valorizada ser ainda mais valorizada de maneira a gerar lucros. Por este motivo, a verticalização busca se localizar onde haja melhor infraestrutura, muito embora, um dos aspectos que chama a atenção é a localização da maioria dos prédios do Parque 10 de Novembro se encontrarem próximo a igarapés em decorrência do menor custo do terreno, mesmo que convivendo com a poluição, com o mau cheiro e com a proliferação de mosquitos, como é possível observar na (Figura 03 e 04).

**Figura 03.** Edifício Nau Capitânia a direita e a esquerda, bem ao lado esgoto sendo despejado no igarapé – Parque 10 – Manaus/AM



**Foto:** Trabalho de Campo, 2015.

**Figura 04.** Edifícios do Passeio do Mindu e esgotos localizados em frente, sendo despejados no igarapé – Parque 10 – Manaus/AM



**Foto:** Trabalho de Campo, 2015.

Ao observarmos esta situação no bairro Parque 10 de Novembro é importante que nos recordemos que esta situação não é específica do bairro, esta situação é a característica ge-

ral da cidade de Manaus. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), saneamento é administração de todos os fatores do meio físico do homem, os quais exercem ou podem exercer efeitos danosos sobre o bem estar físico, mental e social, tendo como objetivo principal a salubridade ambiental. Associando sistemas com infraestrutura física, educacional, legal e institucional.

Nesse sentido, de acordo com Instituto Trata Brasil Ranking do Saneamento 2018, Manaus está entre as piores infraestruturas de esgoto do país. Entre os 100 municípios pesquisados, Manaus se encontra na 96ª posição e no ano anterior Manaus estava na posição 95ª, o que significa que pioramos quando se trata do item saneamento básico. Fato que não exige muito para constatar que os dados de saneamento estão de acordo com o que se encontrado no bairro Parque 10 de Novembro, embora o bairro seja considerado um bairro “nobre”.

De acordo com Medeiros, “[...] Manaus se caracteriza por uma malha viária composta em sua maioria por vias estreitas e uma rede de esgoto deficitária. Tais condições inviabilizam a produção vertical. Apesar de tudo, nem por isso deixa de acontecer (MEDEIROS, 1996, p. 71), confirmado por Santos (1986), expressando que há complexidade dos quesitos que envolvem a verticalização, indo além da construção de um prédio, apresentando grande subjetividades, desde a especulação pelo que valerá a multiplicação daquilo está sendo construído, como também, a simbologia de morar vertical tornando um apartamento objeto de desejo de quem espera “morar bem”; motivo pelo qual a verticalização também segrega, a delimitação de espaços a partir do poder aquisitivo das classes que compõem a sociedade.

Nesta perspectiva, pode-se depreender que a verticalização neste espaço específico defendida por Souza (2016), é uma “modernização incompleta”, a qual na perspectiva de Milton Santos (2002) se dá, a partir da chegada das técnicas nos lugares.

A cidade de Manaus tem acompanhado modelos econômicos aqui implantados de modo a configurar marcas no urbano, onde a moradia é o de transformação da paisagem; transformações estas nem sempre favoráveis ao meio ambiente, como veremos a seguir.

A verticalização na cidade de Manaus demonstra a economia local e a forma que o capital se materializa no espaço. A implantação da Zona Franca de Manaus - ZFM no ano de 1967 produziu mudança no padrão de consumo da população manauara, o que também reflete no modo de morar. Para as construtoras e incorporadoras é uma oportunidade de expansão de negócio o que requer uma organização e/ou reorganização dos espaços, trazendo assim o Estado como agente regulador e facilitador deste processo, pois existem leis que regulamentam tais construções bem como as funções de todos os lugares de uma cidade. Nessa acepção, pode-se verificar o Passeio do Mindu onde estão concentrados os prédios do bairro do Parque 10 de Novembro, a forma ali materializada, buscando nos histórico de seu processo (tempo), o que este lugar foi no passado e como o mesmo se apresenta nos dias de hoje.

Para Santos (2012), é a dinâmica da cidade ao longo do tempo que dita as formas e suas funções e, adéqua a cidade a uma estrutura que pode se mostrar de várias formas ao longo do tempo, seguindo a tendência da lógica do capital. Para elucidar tal lógica e a regulação estatal vamos analisar imagens de satélite em anos diferentes, articulando com as leis ambientais e como o Passeio do Mindu se insere nestas leis.

### **Tempo-espaço e as transformações da paisagem do Parque 10 de Novembro**

O processo de mudança na economia, nas relações sociais e políticas, também mudam as relações no espaço. Transformando a paisagem, para se adaptar às novas necessidades da sociedade (SANTOS,1982, p.37). Nesta perspectiva, ao observar o Passeio do Mindu é possível fazer uma investigação a partir da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 - Código

Florestal, no Capítulo 1, art. 3º, inciso II, a qual define - Área de Preservação Permanente – APP, onde fica definido que APP é:

Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Tal definição, caracteriza áreas de APP, como espaços territoriais especialmente protegidos, criadas tanto na zona rural ou urbana, permitindo atividade eventuais ou de baixo impacto ambiental, tais como: Implantação de trilhas; Construção de moradia de agricultores familiares; Pesquisa científica relativa a recursos ambientais, entre outras atividades disposta no código florestal. Complementando, a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza –SNUC, no capítulo I, art. 2º, inciso XIX, define legalmente Corredor Ecológico como sendo:

Porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais (Lei nº 9.985).

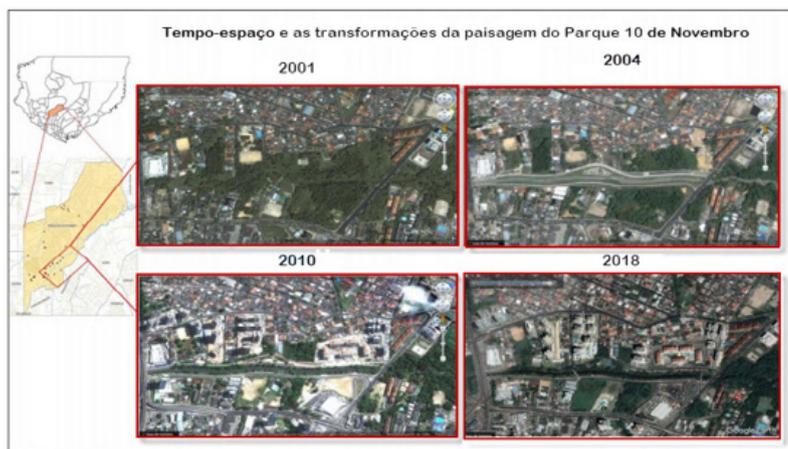
Essas porções de espaço são contínuas que interligam as Unidades de Conservação (U.C's), ajudando a preservar a fauna e flora da área urbana, além de minimizar os impactos no entorno das U.C's e proporcionar melhor qualidade de vida para população. É permitida, a ocupação humana, e uso da terra, obedecendo a lei ambientais vigentes.

O Município de Manaus, por via do Decreto nº 9.329, de 26 de outubro de 2007 – Dispões da criação do Corredor Ecológico Urbana do Igarapé do Mindu, para fins de proteção ambiental. O art. 1º do decreto considera parte integrante do Corredor Ecológico Urbano “Igarapé do Mindu”:

A área de Preservação Permanente de ambas as margens do Igarapé do Mindu, ao longo do trecho que se inicia na ponte do bairro Colina do Aleixo até a ponte da Av. Humberto Calderado, passando pelos bairros Parque 10 de Novembro e Coroado, ocupando **faixa de trinta metros de largura medidos a partir da cota de cheia máxima**, excluindo os conjuntos habitacionais e edificações já existentes até a publicação deste Decreto (Decreto nº 9.329).

Se levarmos em consideração a cota máxima de cheia e suas margens, todas as construções ao longo do Passeio do Mindu estariam fora das leis ambientais, muito embora, na época em que os terrenos começaram seus processos de mudança, a lei ainda não ditava tais regras (Figura 05).

**Figura 05.** Tempo-espaço e as transformações da paisagem do Parque 10 de Novembro.



Fonte: Google Earth Pro

Porém, o novo Código Florestal de 2012, art. 4º, inciso I, a delimitação das APP's tanto em áreas urbanas ou rurais, considera as faixas marginais dos cursos d'água a partir da cota regular do leito (calha por onde correm regularmente as águas durante o ano), e não, mas da cheia máxima, a considerar para os novos empreendimentos a partir da vigência da Lei. Essa alteração na Lei sobre a definição da conta do leito levantou

muita discussão, pois é uma extensão de terra que vai ficar desprotegida e perigosa na época de cheia, causando problemas de deslizamento de terra, inundações e fragilidade do solo. Trata-se de uma mudança em que se favorecem os interesses econômicos imobiliários. Já que a contagem das metragens será ainda menor, portanto bem mais perto de suas margens.

Segundo o Memorial descritivo, anexo no Decreto 9.329 de 2007, o perímetro do Corredor Ecológico do Igarapé do Mindu está situado nas zonas Centro-Sul, Leste e Norte da Cidade de Manaus, totalizando uma área de 1.952.793,83m<sup>2</sup> (um milhão novecentos e cinquenta e dois mil setecentos e noventa e três metros e oitenta e três centímetros quadrados).

Na margem esquerda do Igarapé do Mindu encontram-se as áreas verdes dos conjuntos Castelo Branco, Barrabela, Jardim Primavera, Novo Mundo, Jardim Oriente e Jardim Sakura e na margem direita a Colina do Aleixo, Villar Câmara, Tiradentes, Petros, Parque Rouxinol e Bosque Imperial, conforme decreto 9.329 de 2007.

O objetivo do Corredor Ecológico Urbano do Igarapé do Mindu é ligar as unidades de conservação, garantir a recuperação e manutenção da biota, disciplinar o uso e ocupação do solo nas zonas de proteção do Corredor, assegurar o escoamento das águas fluviais, garantir a cobertura vegetal existente entre remanescentes de vegetação primária em estágio médio e avançado de regeneração e desenvolver na população local uma consciência ecológica e conservacionista, descrito no Decreto 9.329 de 2007.

As áreas do Corredor Ecológico Urbano do Igarapé do Mindu têm a função de respeitar os ecossistemas que o constitui, porém, o poder público Municipal pode instituir normas para ocupação do solo. Já nas obras e infra-estrutura para implantação de áreas de lazer, isso só pode ocorrer nas áreas alteradas que não possam ser recuperadas ambientalmente e com apresentação da licença ambiental expedida pelo Órgão Municipal de Meio Ambiente. Outra determinação é o licenciamento das atividades e equipamentos que determine

solução sanitária para o lançamento dos efluentes no Igarapé do Mindu.

Segundo o decreto 9.329 de 2007, art. 4º, a área do Corredor Ecológico Urbano do Igarapé do Mindu não poderá ser computada no cálculo de áreas verdes em futuros loteamentos e conjuntos residenciais adjacentes. A gestão do Corredor Ecológico é responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e a política de gestão é estabelecida no seu plano de manejo (Figura 06).

**Figura 06.** Passeio do Mindu em processo de construção.



**Fonte:** Google Earht, 2018. **Organizado por:** Lupuna Corrêa de Souza, 2018.

De acordo com o que mostra a (Figura 06), observa-se que foi aberta uma ligação entre a antiga Rua Paraíba atual Avenida Jornalista Humberto Calderaro à Rua Recife, atual Avenida Mário Ypiranga, nas duas margens do Igarapé do Mindu. Sendo que à margem direita ficou transversal aos terrenos do fundo do vale com a conseqüente valorização dos mesmos, o que ensejou um vigoroso processo de verticalização. O que ocorreu na área mostra claramente uma intervenção do poder público, criando as condições para a criação de empreendimentos, e com isso garantir a reprodução do capital.

Considerada em um ponto determinado no tempo, uma paisagem representa diferentes momentos no desenvolvimento de uma sociedade. A paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos. Para cada lugar, cada porção do espaço, essa acumulação é diferente: os objetos não mudam no mesmo

lapso de tempo, na mesma velocidade ou na mesma direção. A paisagem, assim como o espaço, altera-se continuamente para poder acompanhar as transformações da sociedade. A forma é alterada, renovada, suprimida para dar lugar a outra forma que atenda às necessidades novas da estrutura social. “A história é um processo sem fim, mas os objetos mudam e dão uma geografia diferente para cada momento da história”, (SANTOS, 1986, p.38).

Sendo que no bairro do Parque 10 de Novembro, de um lado se tem prédios com altos índices de sofisticação e de outro se encontra o igarapé do Mindu, com esgoto a céu aberto, além de equipamentos urbanos em precárias condições de uso, apresentados na (Figura 07).

**Figura 07.** Equipamentos Urbanos



**Foto:** Trabalho de Campo, 2015

A respeito do Corredor Ecológico que abrange o Passeio do Mindu, no ano de 2001, foi movida uma Ação Civil Pública pelo Ministério Público Federal, contra os executores do projeto Corredor Ecológico Urbano do Igarapé do Mindu. Ação esta, nas quais seus executores:

- Prefeitura Municipal de Manaus, pessoa jurídica de direito público - PMM;
- Américo Gorayeb JR., Secretário Municipal de Obras, Serviços Básicos e Habitação - SEMOSBH,

- Sérgio Túlio Xerex de Mattos, Subsecretário Municipal de Serviços Básicos – SEMOSBH;

- Marcelo José de Lima Dutra, Secretário Municipal de Meio Ambiente – SEMMA;

- Adilson Coelho Cordeiro, Subsecretário Municipal de Meio Ambiente – SEMMA.

-Foram condenados ao pagamento “MULTA no valor de R\$ 121.203.421,00 (cento e vinte um milhões, duzentos e três mil, quatrocentos e vinte e um reais), a ser revertida ao fundo de que trata o art. 13 da Lei nº 7.347/1985, a título de ressarcimento pelos danos ambientais produzidos”. Tais danos foram retratados no documento “**AÇÃO CIVIL PÚBLICA com PEDIDO LIMINAR INAUDITA ALTERA PARTE**” de 2009. Sendo que alguns dos itens justificam fatos apresentados nas imagens aqui expostas e os resultados visíveis à paisagem atual. Dentre eles, podem ser citados:

- [...] fatores como crescimento urbano e adensamento populacional, ocupação rápida e desordenada do solo, desmatamentos marginais aos cursos d’águas, que por sua vez provocam a intensificação dos processos erosivos e eutrofização das águas, somado à emissão de esgotos em quase todo seu curso d’água, contribuem diretamente no processo de alteração qualitativa das águas do igarapé do Mindu;

- O Igarapé do Mindu é o mais expressivo curso d’água na área urbana de Manaus, capital do Estado do Amazonas. A bacia hidrográfica deste igarapé ocupa aproximadamente  $\frac{1}{4}$  do território urbano e concentra aproximadamente 30% da população. (...) igarapés e cursos d’água têm sido poluídos, assoreados e obstruídos tanto pela derrubada da vegetação quanto pela presença de grande quantidade de lixo, resultante da construção de moradias nas suas margens, e em alguns casos, no próprio leito do igarapé.

- Em todo Município de Manaus a extensão dos igarapés alcança um total de aproximadamente 70 km. Nessa área estão abrigados cerca de 400 mil habitantes que não são atendidos por nenhum instrumento de saneamento básico, entre elas água e esgoto (Fonte: Diagnóstico situacional – ARCHI-

TECH). Esta ocupação desordenada e sem a infra-estrutura adequada, originou uma situação de degradação ambiental, possibilitando condições insalubres, como redução da cobertura vegetal (...)

Estes dados foram retirados na íntegra da Ação Civil do Ministério público, ações que dão ênfase ao que se apresenta hoje no Passeio do Mindu. Moradias construídas ao longo do seu percurso, prejudicam não somente a qualidade das águas do igarapé, mas também a ausência das matas ciliares ao longo do igarapé, o que por sua vez traz vulnerabilidade a existência do mesmo. Nesse sentido, cita o MPF, 2009:

A ação da Prefeitura de Manaus consiste basicamente em, sob a alegação de “limpeza” dos igarapés, dragar os cursos d’água, despejando o material retirado (principalmente areia) sobre a mata ciliar nas margens do igarapés, e remover a vegetação nas áreas de preservação permanente protetoras dos igarapés (MPF, 2009, p.7).

Além disso, Ana Fani A. Carlos (2007), afirma que a revitalização dos lugares é um processo de valorização do solo urbano, comum às cidades contemporâneas, onde se impõe o valor de troca. Essa imposição de valores faz com que o segmento de classe que não pode pagar por este “novo” espaço fique excluído do mesmo tendo como alternativa ou as ocupações urbanas ou os conjuntos habitacionais populares que são construídos nas periferias da cidade, enquanto “a revitalização, por sua vez, também produz a assepsia dos lugares, pois o ‘degradado’ é sempre o que aparece na paisagem como o pobre, o sujo, o feio, exigindo sua substituição pelo rico, limpo, bonito; características que não condizem com a pobreza” (CARLOS, 2007, p. 89). Deixando claro o poder do capital quando se fala de uma cidade mercadoria, voltada totalmente à lógica do capital.

## **Conclusão**

A cidade transformada em mercadoria, passa à materialização do capital e símbolo de status para aqueles que podem pagar por ela.

O que ocorreu no bairro do Parque 10 de Novembro, não difere substancialmente do processo geral de verticalização da cidade de Manaus que está articulado ao crescimento populacional e que por seu turno está relacionada à implantação da Zona Franca de Manaus, bem como ao processo mais geral o que ocorreu no Brasil na década de 1990, quando aumentou o número de empreendimentos verticais na cidade o que se acentuou na década seguinte 2000 a 2010. Sobre isso, (SINGER, 1970, p. 179) afirma que, “se a população está crescendo rapidamente, as atividades de investimento serão expandidas: em primeiro lugar por que mais mão de obra estará disponível e em segundo, por que haverá mais incentivo para o engajamento em tais atividades, desde que a economia esteja se desenvolvendo e haja fácil acesso a mercados urbanos em expansão”, ao mesmo tempo em que os índices de crescimento populacional na cidade pode ter influenciado de maneira direta na composição do cenário da verticalização, como por exemplo, fornecendo a mão de obra necessária.

De acordo com os dados apresentados, é factível que a verticalização também seja segregadora, por refletir não somente o nível econômico como também as demais formas espaciais, traduzidas em concreto armado e o poder simbólico implícito em seus prédios. Muito embora esta segregação dos espaços seja resultado da padronização do modo de morar que veio se modificando conforme o capital e a sua reprodução foi se adequando ao espaço urbano, no caso específico a cidade de Manaus, ao tempo em que se estrutura a partir da reprodução ampliada do capital decorrente da economia global. Sobre isso, Fernanda Sánchez (2010), destaca que as políticas urbanas se utilizam da imagem de cidade ideal junto a processos econômicos espaciais, visando sua inserção numa escala mundial de padronização.

É preciso considerar que a verticalização na cidade de Manaus ainda é um evento recente se compararmos às origens da verticalização no mundo, que datam do século XIX no mundo e ao início do século XX as cidades brasileiras. Ainda

assim, seremos “jovens” em modernidade, já que o primeiro prédio de Manaus data de 1949, com crescimento vertical do centro da cidade dos anos 1970, que ganhou impulso a partir dos anos de 1990 e acentuando-se na década seguinte, em decorrência muito ainda há para ser pesquisado, pois não somente o Bairro do Parque 10 de Novembro é um espaço a se verticalizar, assim como muitos bairros da cidade de Manaus que ainda não possuem nenhum tipo de verticalização.

### **Referências**

BRASIL, **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25maio. 2012. Seção 1, pt. 1.

BRASIL, **Decreto nº 9.329, de 26 de outubro de 2007**. Cria o Corredor Ecológico Urbano do Igarapé do Mindu, para fins de proteção ambiental e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Manaus – Nº2082, 10 nov. 2008.

BRASIL, **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 18 de julho de 2000; 179o da Independência e 112o da República.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. Labur Edições: São Paulo, 2007, 123 p.

MEDEIROS, Iolanda Aida de. **Globalização dos Lugares: A verticalização em Manaus**. 1996. 106 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MANAUS. **Lei nº 673, de 04 de novembro de 2002**. Código de Obras e Edificações do Município de Manaus.

MANAUS. **Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967.** Altera as Disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, e Regula a Zona Franca de Manaus.

MANAUS. **Lei Complementar Nº 002, de 16 de janeiro de 2014.** Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus.

MANAUS. **Lei Nº 1.401, de 14 de janeiro de 2010.** Dispõe sobre a criação e a divisão dos bairros da cidade de Manaus, com estabelecimento de novos limites, e dá outras providências.

PDMM, **Plano Diretor do Município de Manaus.** Câmara Municipal de Manaus. Manaus, 2006. 361 p.

PDMM, **Plano Diretor do Município de Manaus.** Câmara Municipal de Manaus. Manaus, 2014. xxx p.

Ranking do Saneamento 2018. **Instituto Trata Brasil.** Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/ranking-do-saneamento-2018>. Acesso em: 10.06.2018.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial.** 2. Ed. Chapecó, SC: Argos, 2010. 555 p.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo:HUCITEC, 1986. 66 p.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** 4. Ed. São Paulo: Hucitec, 1998. 176 p.

SINGER, Paul. **Dinâmica populacional e desenvolvimento: o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico.** São Paulo:Edições Cebrap, 1970. 251 p.

SOUZA, Lupuna Corrêa de. **Espaço e Tempo na Cidade de Manaus: processo de verticalização de 1970 a 2010.** 2016. 156 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

## **A ousadia do *Hip Hop* !: imagens da cultura urbana na cidade de Manaus - AM**

---

*Sidney Barata de Aguiar  
Michel Justamand*

### **Sinopse**

As imagens digitais capturadas pelas lentes de smartphones montam este pequeno ensaio antropológico ou esta exposição fotográfica (GODOLPHIM, 1995, p. 71) e tem a pretensão inicial de inaugurar uma etnografia visual sobre alguns eventos da cultura Hip Hop e sua coluna vertebral formada por quatro elementos artísticos (a música Rap, a dança Break, o Graffiti e a figura do(a) Deejay ou Disque-jóqueis como falamos no Brasil) na cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas.

Tais episódios ocorreram durante as celebrações do Dia Mundial do Hip Hop comemorado na data de 12 de novembro de 2019 em diversas áreas da cidade de Manaus.

As coletas de imagens foram possíveis em três eventos: H2BLACK que ocorreu na zona norte, o Festival Cultura Urbana que aconteceu na zona leste, norte e sul e a festa Dia Mundial do Hip Hop que “rolou” em um clube esportivo tradicional na área central do município.

São registros visuais de equipamentos tecnológicos, das performances dos dançarinos e dançarinas do Breakdance ou da Dança de Rua, de grafiteiros e grafiteiras pintando suas telas ao ar livre para o público presente, da musicalidade e das técnicas aprimoradas do(a)s Deejay's, flagrantes dos diálogos, entrevistas feitas pelo autor e das batalhas de rimas dos MC's (Mestres de Cerimônia e cantores da música Rap) nos microfones.

São fotografias e reproduções de trabalhos de campo que estão sendo utilizadas em consórcio com fontes audiovi-

suais (MATHIAS, 2016, p. 80-81) e diálogos para a tecitura da escrita da tese de doutoramento intitulada Quatro Cabeças de uma Hidra Urbana e um Bumerangue Africano na cultura Hip Hop de Manaus - AM que está em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura da Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

### Galeria de Imagens



Figura 01: Notebook adesivado



Figura 02: Grafiteira em ação



Figura 03: *Rapper* em outro aspecto



Figura 04: O *Rapper* e a multidão



Figura 05: B. boy (Dançarino de *Breakdance*) em performance



Figura 06: *Graffiti* na pista de *Skate*



Figura 07: *Graffiti em outro obstáculo de Skate*



Figura 08: *Pistas de Skate*



Figura 09: *Deejay em performance musical*



Figura 10: Um grafiteiro e sua obra



Figura 11: Discos de Vinil e Toca-discos



Figura 12: O Deejay em ação



Figura 13: Roda de *Breakdance*



Figura 14: Visitantes do evento



Figura 15: Graffiti 01



Figura 16: Graffiti 02



Figura 17: Graffiti 03



Figura 19: Grafiteiro e sua obra amazônica



Figura 19: Grafiteiro e o felino



Figura 20: Roda de Conversas



Figura 21: Equipe de apoio do evento



Figura 22: Graffiti 04



Figura 23: Premiações



Figura 24: Docentes no evento



Figura 25: Entrevista

### Referências Bibliográficas

GODOLPHIN, Nuno. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 1, nº 02, p. 161-185, jul./set. 1995.

MATHIAS, Ronaldo. *Antropologia Visual*. São Paulo: Nova Alexandria, 2016.

## Diário de campo Pukima Beira

Thamirez Lutaif

Neste escrito, relatarei como se deu a minha relação com os Yanomami do *xapono* (casa coletiva yanomami) *Pukima* Beira do alto Rio Marauíá da TIY (Terra Indígena Yanomami). Mais do que carregar o texto de conceitos antropológicos, meu objetivo é compartilhar a transcrição de trechos do meu diário de campo elaborado durante minha viagem na TIY no primeiro semestre de 2020.

Em outubro de 2019, eu reencontrei Tamara, uma amiga cuja amizade surgiu no mestrado em Ciências Sociais da PUC-SP e que trabalha com os Yanomami na área da educação desde 2012. Por acaso, ela me falou que voltaria a trabalhar com eles em 2020 e que estavam pedindo por outra professora. A liderança A. a convidou para dar aulas no *xapono Pukima* Cachoeira e a liderança H. pediu a ela que levasse outra professora para trabalhar no *xapono Pukima* Beira. Eu, logo, disse que iria! Ela ficou apreensiva com minha resposta rápida, talvez por lembrar de quem desistiu ao se dar conta de que o trabalho de campo é menos um passeio romântico por matas virgens que um acampamento por vezes desconfortável. Desde então, começamos a planejar nossa viagem juntas.

O *xapono Pukima* Beira está localizado na TIY na região do alto Rio Marauíá. A nascente do Rio Marauíá fica na Serra do Imeri na fronteira entre o Brasil e a Venezuela e a sua foz, no Rio Negro no Município de Santa Isabel do Rio Negro no Amazonas. Às margens do Rio Marauíá e alguns de seus afluentes, existem dezessete *xapono*: Bicho Açu, Serrinha, Jutai, Tabuleiro, Balaio, *Komixiwë*, *Pohoroa*, *Ixima*, *Pukima* Beira, *Raita*, *Tomoropiwei*, *Pukima* Cachoeira, *Manakapiwei*, *Kona* Cachoeira, *Kona* Centro e *Xamakorona*. No *Pukima* Beira, moram 147 pessoas divididas em 27 casas organizadas de maneira

circular. Um pouco atrás do *xapono*, existe uma construção de palha em que ficam o posto de saúde e a escola chamada *Kahirayoma* – palavra que tem a ver com aquele que sabe falar bem.

Chegamos na TIY do Rio Marauíá em fevereiro de 2020. Alguns Yanomami nos buscaram em Santa Isabel do Rio Negro de barco voadeira e nos alojaram no *xapono* Bicho Açu do baixo Rio Marauíá, que fica a cerca de três horas da cidade. O Marauíá estava seco, o que fez com que a viagem demorasse mais que o normal e chegássemos ao *xapono* pouco antes de escurecer. Assim que a voadeira estacionou no porto do *xapono*, vários *ihiru* (criança) curiosos se aproximaram de mim. Como *napëyoma* (mulher não yanomami) que sou, estava com pressa para atar minha rede antes de escurecer e não dei muita atenção aos *ihiru*. Logo no primeiro dia, minhas duas lanternas quebraram e ateí minha rede numa casa fechada com algumas aranhas e baratas sem enxergar quase nada. Estava cansada e não quis colocar o mosquiteiro na rede, apesar de me arrependeu no dia seguinte depois dos técnicos de saúde me contarem que havia muitos casos de malária no Bicho Açu. Não interagi muito com os Yanomami do Bicho Açu, que estavam ocupados construindo um novo *xapono* um pouco atrás do antigo.

Dormimos por algumas noites no Bicho Açu até conseguirmos outra carona para o *Pukima* Beira. A viagem até o *Pukima* Beira demorou mais três dias e paramos em quase todos os *xapono* do Marauíá ou para visitar ou para passar a noite e seguir viagem no dia seguinte. Por causa do rio seco, se formaram várias cachoeiras no caminho e tivemos que descer do barco, tirar as bagagens, puxar o barco e colocar as bagagens de volta várias vezes, tomando cuidado para não molhar nada ou deixar cair algo no rio.

Chegamos no *Pukima* Beira no penúltimo dia de *Reahu* (ritual mortuário yanomami) e logo fomos convidadas a nos pintar de urucum e violeta genciana, um corante antiséptico que os Yanomami pegam no posto de saúde do *xapono*. Passei a festa dançando de mãos dadas com C. e L., *moko moko*

(moças yanomami) com cerca de vinte anos que, apesar de falarem pouco da língua portuguesa, tentaram me explicar como eu deveria me comportar durante a festa. À noite, participei do *amoamou*, um canto coletivo de mulheres andando em torno do *xapono* que durou pouco mais de uma hora. S., uma mulher com quase 30 anos, cantava alto e as demais mulheres e crianças repetiam suas palavras. Atei minha rede no posto de saúde porque estava com dúvidas sobre qual casa morar.

No dia seguinte, as lideranças fizeram o encerramento do *Reahu* na casa de Hipólito e dividiram o moqueado de caça entre todos os Yanomami do *xapono*. Eu fui uma das primeiras pessoas chamadas por Hipólito para receber a caça e ele me entregou dois pedaços grandes de carne de *xama* (anta), que peguei desajeitada por não lembrar mais como manusear carne depois de tantos anos vegetariana.

Ainda na casa da liderança, conversei com A. e ele disse que queria saber algo que os Yanomami estavam perguntando muito: se eu havia levado rancho e se estava passando fome. Respondi que não, dando risada. O barco em que pegamos carona estava muito carregado com material de saúde da SESAI (Secretaria da Saúde Indígena) e malas de viagem, fora a caixa de livros doados pelo ISA (Instituto Socioambiental), as três caixas de material escolar, os dois quadros negros e as cartolinas embrulhadas em sacos plásticos que ficaram no Bicho Açú porque não cabiam no barco, e não consegui levar rancho. A. respondeu dando risada também e disse que passar fome era coisa da cidade, onde se precisa de dinheiro para comer, que no *xapono* ninguém passa fome e que eu poderia comer junto com os outros Yanomami. Disse que tinha muita banana, farinha (de mandioca) e pupunha.

A. também me perguntou se eu moraria no posto de saúde ou na casa de alguém no *xapono*. Disse que preferia morar no *xapono*, mas ainda não sabia em qual das casas e que ataria minha rede no posto de saúde até decidir. Ele pareceu aprovar a minha escolha e disse que assim não sentiria muita saudade da minha família.

Ao finalizar a conversa, A. disse que, se eu fizesse algo que os Yanomami não quisessem ou não gostassem ninguém, brigaria comigo, mas apenas me perguntariam o porquê de estar fazendo aquilo e me pediriam para parar. Também me disse que, se eu ficasse com dúvida se poderia ou não fazer algo, não precisaria ficar com vergonha ou fazer escondido, mas que poderia simplesmente perguntar a alguém. Percebi todo o cuidado e a generosidade das lideranças em relação a mim.

Ainda neste dia, antes do *amoamou*, estava andando em torno do *xapono* e encontrei E., um homem com pouco mais de trinta anos que falava língua portuguesa, andando no sentido oposto. Começamos a andar juntos e conversar sobre a situação da escola *Kahirayoma* do Pukima Beira. Ele me contou que estava muito feliz por saber que eu passaria seis meses seguidos trabalhando na escola porque, até então, as professoras *napëyoma* haviam trabalhado apenas quinze dias. Para ele, quinze dias era pouco tempo e nem ele nem os outros Yanomami conseguiram aprender alguma coisa. Ele também me contou que preferia um intensivo das disciplinas, por exemplo: uma semana de estudo de língua portuguesa e outra semana de estudo de matemática, e não um dia de cada disciplina.

Encerrado o *Reahu*, H. preparou uma reunião para discutirmos as atividades da escola *Kahirayoma*. Não foi marcado um horário específico, apenas foi dito que a reunião começaria “de manhã”. Sentamos no chão da casa da liderança e esperamos por algumas horas até a maioria dos Yanomami chegarem. Apesar do motivo da reunião ser a escola, os Yanomami conversaram sobre diversos assuntos antes enquanto cheiravam *pariká*.

H. tomou a palavra e disse estar muito feliz porque eu moraria e trabalharia seis meses no *Pukima* Beira, me comparando às outras professoras *napëyoma* que apenas ficavam quinze dias no *xapono*, o que lembrou as palavras de Emerson. Ele falou que eu era uma *napëyoma* “de verdade”, saída da

*nakahika* (vagina) da *napëyoma* e do *morōxi* (pênis) do *napë* (pessoa não yanomami). Também falou que eu era sua convidada e que era responsabilidade das mulheres me alimentar e que ninguém deveria trocar comida comigo. As outras lideranças, M. e A., se pronunciaram no mesmo sentido.

Depois, H. me passou a palavra e eu me apresentei a todos da comunidade. Como a maioria dos Yanomami não dominava a língua portuguesa, L., irmão de H. que tinha cerca de trinta anos, traduziu minha fala a todos.

Foram feitas filas com os alunos de cada turma e cada um gritou seu nome para que eu anotasse na lista. Hipólito perguntou um por um se tinha material escolar – caneta, lápis, borracha e caderno – e pediu para que o buscasse. Cada um colocou o material que tinha no chão da casa da liderança e foi feita nova divisão partindo os lápis na metade com um terçado, para que não faltasse a nenhum aluno. Por causa desta escassez, nós havíamos levado as caixas de material escolar que ficaram no Bicho Açú e chegaram alguns dias depois no *xapono*.

A escola *Kahirayoma* do *Pukima* Beira faz parte da educação escolar indígena diferenciada e possui uma divisão de turmas própria: turma *Horearewë* (aqueles que engatinham), turma *Upraarewë* (aqueles que andam) e turma *Rërearewë* (aqueles que correm). Ficou combinado que eu trabalharia na escola dando aulas de língua portuguesa e matemática para a turma *Rërearewë* e acompanhando os professores yanomami nas aulas de língua yanomami, língua portuguesa e matemática das turmas *Horearewë* e *Upraarewë*. E é ., um homem com cerca de trinta anos, ficaria com a turma *Horearewë* e T., da mesma idade, ficaria com a turma *Upraarewë*. À princípio, as turmas *Horearewë* e *Upraarewë* teriam 32 alunos juntas e a *Rërearewë*, 29.

Depois de organizadas as turmas, H. pediu que eu fosse ao centro do *xapono* e gritasse o nome de todos os alunos para que ajudassem a limpar a escola. No mesmo dia, os *huya huya* (moços yanomami) haviam construído uma espécie de

campo de futebol no centro do *xapono*, que a liderança proibiu de ser usada até que a escola estivesse limpa e arrumada. Os *ihiru* foram as primeiras a ajudar: sempre estão em busca de movimento, principalmente quando envolve algum *napë*. Elas varreram toda a escola, que estava cheia de poeira e excrementos das aves que estavam morando lá, colocaram o lixo em seus cestos pendurados na cabeça e o jogavam fora da escola, lavaram cada carteira e arrumaram tudo conforme eu as pedia.

**Foto 1** – Escola Kahirayoma, xapono Pukima Beira



Thamirez Lutaif (fev/2020)

**Foto 2** – Ihiru limpando a Escola Kahirayoma,  
xapono Pukima Beira



Thamirez Lutaif (fev/2020)

**Foto 3** – Escola Kahirayoma limpa e arrumada, xapono Pukima  
Beira



Thamirez Lutaif (fev/2020)

Até as aulas, da escola Kahirayoma, começarem de fato, E., um huya huya com cerca de 20 anos, me pedia atividades de língua portuguesa e matemática todos os dias. Sentávamos em frente à escola, eu escrevia alguns exercícios aleatórios em seu caderno e ele os resolvia enquanto eu estudava outras coisas. Ele era um dos alunos mais interessados e essas aulas particulares diárias fizeram com que nos tornássemos amigos mais próximos.

Depois, sugeri a H. que eu fizesse uma avaliação individual com os alunos da turma Rëërewë para que os conhecesse melhor e ele concordou. Dividi a avaliação em seis etapas: ditado em língua portuguesa, leitura em língua portuguesa, interpretação de texto, ditado em língua yanomami, tradução do yanomami para o português e resolução de problemas matemáticos. O ditado em língua portuguesa consistiu num trecho do livro *A Queda do Céu* – “Nossos pensamentos e nossas vidas são diferentes, porque você é filho dessa outra gente, que chamamos de napë.” (ALBERT; KOPENAWA, 2015, p. 63) – e a leitura, em outro trecho do mesmo livro – “Os brancos não pensam muito adiante no futuro. Sempre estão preocupados demais com as coisas do momento.” (Ibidem, p. 64) seguida da interpretação de texto. Para o ditado em yanomami e tradução do yanomami para o português, escolhi alguns exemplos aleatórios da apostila de *Iniciação à Língua Yanomami* de Henri Ramirez. Os problemas matemáticos envolveram equações simples de soma, subtração, multiplicação e divisão.

Comecei a avaliação com as mulheres, como Emerson me sugeriu, e terminei com os homens. Gritava o nome de cada um no centro do xapono para que me acompanhasse à escola. A avaliação demorou vários dias porque era difícil fazer coincidir o momento de eu chamar o Yanomami e ele estar desocupado no xapono – estavam sempre na roça, fazendo farinha, pescando, caçando ou tomando banho. No mais, as próprias etapas da avaliação demandavam paciência e tempo com cada aluno.

Confesso que fiquei desesperada ao perceber que a turma Rëřërewë era mais heterogênea que eu esperava. Alguns alunos acertaram quase todo o ditado, como no caso de S., que escreveu “Nossos pensamentos e nossas vidas são diferentes, porque você e filho dessa outra gente, que chamamos de napë”, esquecendo apenas o acento agudo na letra “ë” e o ponto final. Outros trocavam a letra “d” pela “t” e esqueciam a letra maiúscula no começo da frase, como L., um huya huya com cerca de vinte anos, escreveu: “nossos pensamentos e nossas vitas são tiverentes, porque você e filho tesa outra chete, que chamamos de napë.” Outros, ainda, escreveram algo do tipo “nosso peçamedo e nosasi vidasi são diveretes, posse você e viyo des otra xede, ce eximimos de napë”.

Ao longo das aulas, percebi que a troca das consoantes “d” e “t” feita por L. acontecia entre quase todos os alunos, também nas letras “b” e “p” e “f” e “v”. Isso talvez aconteça porque, na língua yanomami, não existem as consoantes “b”, “d”, “f” e “v” e eles confundem as que tem o som mais próximo. Outros detalhes como letra maiúscula no começo de frases e em nomes próprios e pontuações como vírgula e ponto final também eram frequentemente esquecidos pelos alunos.

Todos os alunos liam o trecho escolhido de A Queda do Céu pausadamente e muito devagar, mesmo os que entendiam melhor a língua portuguesa. Nenhum pareceu dominar a interpretação de texto, dizendo não entenderem nada do que haviam escrito ou lido sem minha ajuda. Alguns acertaram os problemas matemáticos de soma e subtração, mas nenhum conseguiu terminar uma multiplicação ou mesmo começar uma divisão.

Por fim, fiz a avaliação com os três professores do xapono: Ê., T. e M., todos com cerca de trinta anos. Durante a avaliação de matemática, me chamou a atenção o modo como Tomás resolveu a divisão de 24 por 2: ele falou em voz alta “vou dividir 24 anzóis para duas crianças”, desenhou duas crianças, 24 anzóis e uma linha saindo de cada anzol em direção a uma

das crianças até que cada criança finalmente tivesse 12 anzóis. Percebi que a abstração era a parte que os alunos mais tinham dificuldade em relação à matemática e que facilitaria pensar em exemplos práticos baseados em situações cotidianas do xapono.

Desde a avaliação até o fim das minhas aulas, percebi a bagunça, a confusão, a desorganização e o imprevisto próprios da escola indígena, o que, ao meu ver, faz parte de um aconchego inalcançável na escola tradicional. A rotina escolar era marcada pela presença dos ihiru: entrando e saindo da escola quando a porta estava aberta ou pulando a cerca quando a porta estava fechada, gritando, chorando, tocando flauta, pulando em cima das cadeiras ou tentando acertar as galinhas com estilingue. L., filha do professor É. com menos de cinco anos, era protagonista nesses atos dos ihiru: tentava improvisar uma rede com uma toalha pendurando suas pontas na cerca da escola.

Aconteciam outras coisas no mesmo sentido entre os adultos: O., uma mulher com pouco mais de vinte anos esposa do professor É., passeava com L., filho recém-nascido do casal, na sala de aula e revezava o filho com o marido. Emerson aplicava pariká em Tomás e levava pẽ (brejeira) para os mais próximos, fora outros que levavam peixes recém-assados na folha de bananeira, banana verde cozida ou chibé de farinha de mandioca ou pupunha para comer e tomar durante a aula. No mais, enquanto eu ficava sentada acompanhando a aula dos professores yanomami, sempre tinham no mínimo dois ihiru pulando em mim.

Por sorte, parte do meu desespero em relação à desorganização da escola passou quando A. chegou no Pukima Beira. Devido à sua longa experiência com educação indígena entre os Yanomami do Rio Marauíá e por dominar a língua yanomami, ela parecia a melhor pessoa para me ajudar a organizar a escola Kahirayoma em todos os sentidos.

As caixas de material escolar que havíamos comprado

e os livros doados pelo ISA chegaram no mesmo bote que A. Distribuimos os cadernos, lápis, borrachas e apontadores entre os alunos de cada turma e o restante ficou sob responsabilidade dos professores yanomami. A. fez um discurso em língua yanomami explicando a dificuldade de comprarmos e transportarmos todo o material até o xapono, pedindo para que cuidassem bem de tudo.

Fiz uma reunião com A. e os professores É. e T. na escola. Dividimos de novo as turmas porque a Horearewë e a Upraarewë estavam misturadas conforme a lista feita na reunião na casa de H. e havia muitos alunos que não dominavam a língua portuguesa na Rërëarewë. Depois da nova divisão, a turma Horearewë contou com 20 alunos entre 10 e 21 anos, a turma Upraarewë, com 23 alunos entre 13 e 23 anos e a Rërëarewë, com 12 alunos entre 20 e pouco mais de 30 anos. Contudo, esta divisão também logo foi desfeita porque as turmas continuaram muito heterogêneas. Conversamos com Hipólito e ele pediu a M. que voltasse a dar aulas, assim teríamos quatro professores e mais turmas. No fim, organizamos cinco turmas – Horearewë I, Horearewë II, Upraarewë, Rërëarewë I e Rërëarewë II – com cerca de doze alunos em cada uma.

Foi um alívio ter as turmas organizadas, mas surgiu o problema do tempo e do uso do espaço da escola. A escola Kahirayoma tinha apenas um quadro branco, o que também é inadequado ao contexto do xapono porque a tinta do pincel acaba rápido e o lixo fica espalhado em torno da escola. Por sorte, levamos mais um quadro negro e giz, o que possibilitou que duas turmas tivessem aulas simultaneamente. Assim, decidimos que M. com a turma Horearewë I e T. com a turma Upraarewë usariam a escola das 7h30 às 9h30, É. com a turma Horearewë II e M. com a turma Rerearewë I a usariam das 9h45 às 11h45 e eu com a turma Rerearewë II, da 13h30 às 16h30.

Depois, eu e A. perguntamos sobre a situação geral escola Kahirayoma aos professores, e eles nos disseram que estavam seguindo o calendário dos napë: aulas de quatro ho-

ras de segunda a sexta e folga no fim de semana, respeitando feriados e férias prolongadas. Também disseram fazer um planejamento de aula, onde escreviam o “assunto”, “tempo” e “como fazer” de cada aula. Tudo parecia muito inadequado ao contexto do xapono e sugerimos repensar o modo de se fazer escola no Pukima Beira. Ao fim da reunião, decidimos seguir o padrão de quatro dias de aula e dois dias de folga, sem feriados ou férias prolongadas, e um currículo pós-feito, ou seja, o conteúdo ensinado em cada aula seria elaborado junto com os próprios alunos sem planejamento prévio. Na prática, se déssemos aula segunda, terça, quarta e quinta, folgaríamos sexta e sábado e recomenciaríamos domingo e assim por diante. No geral, o conteúdo da turma Horearewë I era coordenação motora, da Horearewë II era alfabetização em língua yanomami e introdução à matemática, da Upraarewë era alfabetização em língua portuguesa e matemática básica, da Rërearewë I era português e matemática e da Rërearewë II era português avançado e matemática avançada.

Quando A. foi embora, finalmente escolhi a casa em que eu ataria minha rede no xapono: a casa do professor T. Ele e sua família me acolheram para morar junto, dormir junto, acordar junto, comer junto, banhar junto, fazer farinha junto, pescar junto e tudo o mais junto. Sempre demonstravam preocupação em saber se eu estava me sentindo feliz ou com fome. Toda noite antes de dormir, C., irmã de T. com pouco mais de trinta anos, me ensinava cestaria yanomami e Tomás me dava aulas de língua yanomami.

Apesar do planejado ter sido morar no Pukima Beira durante o primeiro semestre de 2020 inteiro, tive que ir embora em abril em meio à xawara (epidemia relacionada ao contato com os napë) do coronavírus. Assim como as crianças Yanomami choraram inconsoláveis sem intervenção nenhuma da própria mãe ou demais Yanomami do xapono, chorei demasiadamente por horas quando descobri que precisaria ir embora. Tomei banho na beira do rio para tentar parar de chorar e E.,

uma moko moko com menos de vinte anos, me acompanhou com L. no colo sem falar nada. Todos os Yanomami me deixaram chorar e gritar sozinha, demonstrando preocupação apenas no olhar. Entendi o quão reconfortante era chorar no xapono sem nenhuma pessoa perguntando o que aconteceu ou fazendo algo para que eu parasse de chorar, como acontece entre os napë. Somente quando acabei de chorar, os Yanomami voltaram a se aproximar de mim e disseram estar tristes e bravos porque eu iria embora e porque me viram chorando. Apesar do pouco tempo que morei no Pukima Beira, foi o suficiente para que eu fosse cativada e capturada por eles.

### **Referências**

KOPENAWA, Davi e ALBERT, Bruce. A Queda do Céu: palavras de um xamã yanomami. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

### **Agradecimentos**

Ao Prof. Dr. Michel Justamand por me propiciar a publicação deste escrito, à minha querida amiga Tamara Miranda por me apresentar aos Yanomami, aos meus amigos Daniel Jabra e Thiago Benucci por nos unirmos para lutar junto com os Yanomami, à Anne Balester por me ajudar na organização da escola *Kahirayoma* e à minha avó e minha mãe sempre.



## **Antropologia e Marxismo: de Karl Marx a Maurice Godelier**

*Tharcísio Santiago Cruz*

### **Introdução**

Na tentativa de abordagem sobre a proximidade entre a antropologia econômica e marxismo, o tema *trabalho* pode receber certa evidência. A ciência antropológica permite que façamos uma leitura não apenas dos aspectos econômicos, mas como possibilidade de compreender e interpretar as perspectivas das culturas em diversas formas de existência material e ontológicas de sociedades existentes ou desaparecidas.

As oportunidades de discussão e debate sobre marxismo merecem o cuidado do olhar crítico, pela sua densidade teórica e pela atualidade do tema e seus respectivos autores. O momento atual de extrema vulgarização e agressividade ao marxismo, protagonizado por grupos e sujeitos apegados ao pensamento e práticas ultraconservadoras nos leva ao empenho em mostrar dentro de nossas possibilidades a seriedade e esforço empreendidos por autores e estudiosos com densa formação filosófica, teórica e política.

A compreensão sobre sistemas sociais, econômicos e culturais é discutido a partir da convergência das ciências econômica e antropológica, como alternativas teóricas capazes de dimensionar a abrangência de situações econômicas tratadas por estas ciências e seus métodos. Os autores Karl Marx e Maurice Godelier e sua opção pelo marxismo na antropologia, são significativos exemplos sobre possíveis escolhas teóricas que podem responder as determinadas indagações sobre a existência e a própria estrutura de inúmeras sociedades.

## **Karl Marx e as formações sociais**

A possibilidade mínima de discussão sobre a proximidade entre marxismo e antropologia econômica a partir da contribuição teórica do próprio Karl Marx e autores da antropologia, como Maurice Godelier. Possibilita um exercício de aproximação entre campos de conhecimento, principalmente do antropológico com o econômico, que Godelier (1974), define como campo que demonstra relações em nível interior e exterior junto aos demais da vida social.

Nas *Formações econômicas Capitalistas*, Karl Marx (1980) propõe o uso de categorias analíticas elaboradas pelo filósofo Friedrich Hegel, que fundamentam conceitualmente um modelo reflexivo sobre a perspectiva de dimensionar a dualidade entre natureza e existência, tal como o *mediato e imediato; exterior e interior; objetividade e subjetividade* e a própria dualidade entre *existência e essência*. Isto possibilita que possamos tentar interpretar a matéria como realidade sócio-histórica a partir de múltiplos modelos.

O universo de categorias abstratas apontadas na vertente teórica de Marx é também a possibilidade de reflexão sobre a formação de sociedades, de acordo com a ênfase sobre a constituição em suas formas originárias.

No cerne de leituras sobre categorias abstratas, Hegel (1980) elaborou um dos mais relevantes modelos *dialético* que consiste em forma de explicação da realidade com base em argumentos de oposições, assim propôs um esquema de método, composto por : *tese, antítese e síntese*. como afirmação inicial dada, a *antítese* em oposição à *tese* e a *síntese* como união dentro do conflito. A síntese torna-se uma nova *tese*, que contrasta com uma nova *antítese* gerando uma nova *síntese*. Evidencia-se desta forma, a contradição entre pensamento e realidade, as coisas se desenvolvem pela oposição dos contrários: filosofia, ciência e religião são vivos numa existência dialética.

A construção teórica da dialética de Hegel fundamenta-se no idealismo que trata do movimento do espírito. A

dialética elaborada por Karl Marx como método de análise da realidade, vai do *concreto* ao *abstrato* e oferece um papel fundante para análise do processo de *abstração*.

Marx em certa medida, atualiza o pensamento de Hegel, não se trata de simples ‘inversão’ evidencia o teor crítico de sua filosofia, conseqüentemente, “...como necessidade historicamente emergente de ir além do que se poderia conter dentro dos limites do sistema hegeliano.” (Mezáros, 2011, p.53)

Par o autor de *Para além do capital*,

A filosofia de Hegel foi originalmente concebida em circunstâncias históricas de grandes conflitos sociais e – apesar dos ajustes conservadores de seu autor em seus últimos anos – jamais perderia as marcas de uma era dinâmica de transição. A permanência de tais marcas permitiu à filosofia hegeliana abrir-se a uma série de interpretações radicais, inclusive a mais impressionante e abrangente de todas, corporificada no socialismo marxista. (Mezáros, 2011, p.54)

Na dialética, há uma significativa elaboração na Grécia antiga, com a atuação de filósofos como Demócrito e Epicuro, ou seja, a **dialética da natureza** dos gregos, que pode também ser compreendida como a arte do diálogo. Na modernidade como o modo de se pensar as contradições da realidade, forma de compreensão da realidade como essencialmente contraditória e em transformação.

### ***Dialética e trabalho***

O trabalho como realidade empírica possibilitou o ser humano a contrapor-se como sujeito à natureza. O homem faz parte da natureza, mas com o trabalho, ele a transforma. Não deixa de pertencer, mas de uma forma não por inteiro.

O trabalho é a atividade em que o homem domina as forças naturais, se cria a si mesmo. A partir disso tudo foi possível, segundo Marx à divisão do trabalho, propriedade privada e o agravamento da exploração do trabalho sob o capitalismo.

Karl Marx foi propositor do caráter materialista da dialética. Anteriormente uma dialética edificada em três leis<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Por causa de diferentes interpretações quanto ao número de leis fundamentais do método dialético pelos autores, podemos dizer que são quatro leis para maior facilitação: A ação recíproca, unidade polar ou “tudo se relaciona”; a mudança dialética, negação da negação ou “tudo se transforma”; a passagem da quantidade à qualidade ou mudança qualitativa; a interpenetração dos contrários, contradição ou luta dos contrários.

A primeira lei é sobre a lei da passagem da quantidade à qualidade. A segunda é a lei da interpenetração dos contrários, ou seja, a idéia de que tudo tem a ver com tudo, que os lados que se opõem, são na verdade uma unidade, da qual um dos lados prevalece. A terceira lei é a da negação, da qual a negação e a afirmação são superadas.

Desta forma, o resultado para a interpretação dialética, é que as coisas não são analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em constante movimento, encontrando-se sempre em vias de se transformar; o fim de um processo é sempre o início de outro. Em certa medida as coisas não existem isoladas, destacadas uma das outras e independentes, mas se constituem como um todo unido. A união dialética não é uma simples adição de propriedades de duas coisas opostas, simples mistura de contrários, por isto seria um obstáculo ao desenvolvimento. A característica do desenvolvimento dialético é a afirmação e comprovação do princípio das negações.

Karl Marx (1969), ao elaborar um método dialético como possibilidade de análise social, construiu no campo científico das ciências econômicas instrumentais teóricos que permitiram interpretar a formação de distintas formas de propriedade, presentes na transmissão e reprodução de formações sociais, que segundo o autor estariam na condição de pré-capitalistas.

Um dos pressupostos para esta separação tratado por Max, é sobre separação dentro do próprio universo do trabalho, ou seja, “... a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação - dos meios e do material do trabalho” (Marx, 1969, p.65). Desta forma o trabalhador se vê separado da terra e de uma das primeiras formas de propriedades livre, como da propriedade comunal no modelo oriental.

Marx dimensiona a análise para modalidades de propriedade sendo instituídas a partir de comunidades que estão muito próximas das famílias que compunham tais comunidades. Neste sentido, se constituiu segundo autor, as primeiras relações e noções de propriedade, ou seja, a própria constituição desta noção,

“O primeiro pressuposto desta forma inicial da propriedade da terra é uma comunidade humana, tal como surge a partir da evolução espontânea: a família, a tribo formada pela ampliação da família ou pelos casamentos entre famílias, e combinações de tribos. (Marx,1969, p.65)

Neste sentido, a noção de propriedade foi sendo formada dentro de uma forma de uso comum, tribal, clânica em uma condição de coletividade, assim,

A propriedade — ou seja, a relação do indivíduo com as condições naturais de trabalho e reprodução, a natureza inorgânica que ele descobre e faz sua, o corpo objetivo de sua subjetividade — aparece como cessão da unidade global ao indivíduo, através da mediação exercida pela comunidade particular. (p. 67)

Estas formas de família e propriedades se inserem em modalidades, em certa medida, ancestrais que retratam a diversidade de possibilidades de uniões entre os homens, revelam segundo Engels (2002), verdadeiros “sistemas de parentesco e formas de famílias”, presentes nas Américas e espalhados pelo mundo.

As formas de existência dos grupos humanos e sua capacidade de produzir seus meios de existência, ou seja, “O modo pelo qual os homens produzem seus meios de subsistência depende, antes de tudo, da natureza dos meios que eles encontram e têm de reproduzir”. (Engels, 2002, p.113)

Marx também analisa a constituição do Estado a partir de mudanças nas formas de propriedade, surgimento de uma instituição que supera a propriedade comunal, seguido da divisão entre cidade e campo<sup>2</sup>,

A segunda forma é a antiga propriedade comunal e do Estado, que provém, particularmente, da união de várias tribos numa cidade, por acordo ou conquista, e ainda é acompanhada pela escravidão. Ao lado da propriedade comunal já encontramos a propriedade pri-

---

2 Em *O Capital*, Karl Marx analisa a partir da instituição da propriedade feudal, o processo de separação entre cidade e campo, quando argumenta que: “A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo. A história da expropriação assume coloridos diversos nos deferentes países, percorre várias fases em sequência diversa e em épocas históricas diferentes.” (Marx,1980, p.831)

vada móvel, e mais tarde a imóvel, em desenvolvimento, mas como forma anormal, subordinada à propriedade comunal. (p.115)

## **Antropologia econômica**

Para Maurice Godelier (1971) a antropologia econômica pode ser definida como, “ramo da antropologia que trata dos sistemas econômicos das sociedades primitivas e rurais.” (Godelier, p.144). A antropologia permitiu que pudesse ser feita a comparação entre as diversas formas de sociedades, comunidades e a propriedade. A antropologia econômica compara diferentes “sistemas econômicos reais e possíveis”,

“ Ao lado de la Economía política” dedicada, segundo parece, al estudio de las sociedades industriales modernas, mercantiles o planeadas, la Antropología Económica quiere en cierto modo ser como la “extension” de la Economía política a las sociedades abandonadas por el economista. (Godelier, 1969, p.3)

A ciência antropológica assim, segundo Godelier, se depara com diferentes modelos de sociedades e poder, tais como: sociedades primitivas, sociedades sem classes, rurais, sociedades sem classes. Com isto permite o estudo de inúmeras formas de produção econômicas, ou seja: de coleta, caça, agricultura intensiva, agricultura extensiva, agricultura irrigada, horticultura, (GODELIER, 1971)

Desta forma a antropologia econômica lida com os estudos sobre sociedades com modelos de Estado como: Inca, Asteca, Maia, Egípcia em que as instituições político-religiosas contribuíram para a edificação destas formas de poder.

Nestes diferentes modelos de sociedades, a categoria *trabalho* tornou-se fundamental para que pudessem ser caracterizados diversos modos de produção, o autor define assim que estas, “não surgem como separadas das relações sociais, políticas, religiosas, de parentesco. “ (p.156) e ela assim revela amplitude da divisão do trabalho, ao mesmo tempo uma divisão sexual, em que relações de parentesco, usufruto do solo, diferentes relações de propriedade, ou seja, “ são relações de parentesco que dominam a vida social.” (Godelier, 1971, p.157)

Um dos principais problemas enfrentados pela Antropologia econômica é sobre a distinção entre sociedades “primitivas” e rurais. Godelier define assim por primitivas, como,

“os produtores controlam os seus meios de produção e os eu próprio trabalho; que a produção é orientada para a satisfação das necessidades do que para a busca de um lucro; que a troca; quando existe, se orienta por princípios culturalmente determinados de equivalência entre os bens e os serviços que circulam entre as partes.” (p.161)

No caso das sociedades rurais, traz em si diversas categorias de existência e a produção de um “fundo de renda” que possibilita o estabelecimento de diferentes relações tais como de exploração, ou em épocas mais recentes de assalariamento e diversas modalidades de consumo.

Godelier (1989), argumenta que os homens diferente de outros animais precisam produzir sua existência e com isto inventam diferentes formas de atuar na natureza, assim ‘produzem pois a cultura e fabricam a história...a história da natureza, que como se sabe consiste num processo evolutivo da matéria viva, das espécies vegetais e animais...’ (p.17)

Em certa medida, há uma aproximação de Godelier da tese de Marx de que o homem transforma a natureza e ao mesmo tempo se transforma, reafirmando lei da dialética,

“...à ideia de que todas as formas que põem o homem em movimento o fazem inventar novas formas de sociedade, mais profunda e sua própria capacidade de transformar suas relações com a natureza, transformando a mesma natureza. E essa mesma capacidade que a aporta os meios materiais para estabilizar tal movimento, para fixá-lo durante um período mais ou menos largo em uma nova forma de sociedade, para desenvolver e estender muito mais a de seus lugares de origem determinadas formas novas de vida social inventadas por ele.” (p.18)

Maurice Godelier argumenta que não se deve analisar as condições de reprodução econômica e seus sistemas sociais tendo por base os determinantes do sistema capitalista ou socialista, e reforça sobre tal compreensão,

“... nós vamos fazê-lo apoiando-se nos dados recolhidos pelos antropólogos que tem submergido nas sociedades cada vez mais deslocadas, transtornadas até seu aniquilamento pela expansão das sociedades industriais.” (p.48)

O autor nos indica assim as inúmeras possibilidades de realidades socioeconômicas e culturais existentes, cabendo aí um papel de extrema importância da antropologia, para tentar estudar e revelar estes modelos.

Desta forma esta não deixa de ser uma discussão filosófica, no sentido de tratar de diferentes concepções sobre a natureza, diferentes formas de racionalidades, neste caso culturais e econômicas. Para Godelier (1974) o comportamento econômico racional se define finalmente no confronto dos sistemas econômicos distintos e das diversas doutrinas que pretendem explicar seus mecanismos e suas possibilidades.” (p.11). O autor se refere aos dois grandes modelos de racionalidade econômica: capitalista e socialista.

Neste aspecto uma das doutrinas sobre a racionalidade socialista pode ser encontrada na construção teórico-filosófica de Friedrich Hegel, sobre a dialética, compreendida como modalidade explicativa fundamental para a análises e proposições filosóficas de Marx.

Em Godelier (1974) encontramos uma definição de econômico, que de forma resumida apresentamos aqui, de acordo com o antropólogo, o econômico se define em “ *termos formais, estruturais e não no comportamento...que a estrutura de um sistema econômico específico se suponha como tal... que se conheça uma certa estrutura das necessidades dos membros de uma sociedade...*”(p.15), se refere a compreensão da totalidade de um sistema econômico, seu alcance e sua aceitação enquanto referencia para determinadas estruturas socioeconômicas.

Para Godelier (1974), coube a antropologia elaborar a descrição de estruturas de inúmeras sociedades, que não são essencialmente capitalistas ou socialistas, o conhecimento destas estruturas e como estão compostas por seus aspectos: reli-

giosos, parentescos e autoridade só pode ser compreendido, se forem analisados não de forma desarticulada aos seus divesos níveis de conhecimento. Neste sentido,

“ A antropologia econômica, recorre e analisa informações sobre o funcionamento e evolução da economia das sociedades primitivas e tradicionais e trata de construir uma teoria deste funcionamento e desta evolução...” (Godelier, p. 243)

Um outro aspecto também analisado por Godelier (1989) é o que discute a interligação entre economia e cultura, o que nos faz reportar a uma das teses centrais de Marx, de que “ o homem produz sua historia”. Ao mesmo tempo produz sua cultura, o que para muitas sociedades torna-se o sentido a separação entre natureza e cultura, o autor analisa que,

La frontera entre la naturaleza y la cultura, la distinción entre lo material y lo ideal tienden, por otra parte, a borrarse cuando se analiza la fracción de la naturaleza que há sido sometida directamente al hombre, producida o reproducida por el hombre (animales y plantas domésticos, utensilios, armas, ropas...). Esta naturaleza exterior al hombre no es exterior a la cultura, a la sociedad, a la história. (Godelier, 1989, p.21)

Faz referência, o antropólogo, a natureza transformada, por meio da ação do homem. Trata-se de uma realidade material e ideal, uma intervenção e produção, uma atuação consciente do homem na natureza ao mesmo tempo construindo sua historia.

Sem dúvida de acordo com a leitura antropológica de Maurice Godelier, amplia as noções aqui apresentadas, dentre tais, destaco, o conceito de *dom* e as condições de reprodução econômica que estão ligadas as “condições de produção e reprodução dos laços sociais” (Godelier, 2001). O paradoxo apontado pelo antropólogo a partir do modelo de sociedade capitalista e suas tenazes zonas de exclusão econômica, as sociedades em que os laços sociais permitem o pertencimento e a existência de modelos de economia cujo *dom* e *dádiva* sao elementos reguladores das relações entre grupos e seus mode-

los culturais.

Inegavelmente, estão presentes nas análises de Godelier a existência dos bens, em outras formas de sociedades, como o *potlhach* e *solidariedade*, que nas sociedades modernas e industriais se faz presente. Numa sociedade de mercado como a nossa a qual os bens em que se dão, e estão no cerne dos intercâmbios sociais, ou em que se vendem e acumulam. São reflexões apresentados por Godelier que se tornam atuais.

### **Considerações Finais**

Karl Marx está presente através do marxismo na análise de Godelier, principalmente em sua tentativa de analisar diversas formas de sociedades e seus modelos culturais e econômicos, com a contribuição de conceitos e categorias marxistas, o trabalho é um significativo exemplo. De certa forma o trabalho está presente em quase todas as formas sociais, mesmo em diferentes modalidades e configurações, é possível perceber uma verdadeira dialética na comparação destas inúmeras formas sociais.

A leitura de Maurice Godelier sobre marxismo e sistemas econômicos nos permite a mínima compreensão da aproximação teórica da antropologia com este campo de conhecimento. Para além da própria reflexão sobre a existência de diversos modelos socioeconômicos e culturais e sua própria existência.

Godelier (1971) enumera tanto sociedades rurais, primitivas ou sem estado, comunidades e sociedades com Estado, como as sociedades précolombianas (Asteca, e Maia), semelhantes as sociedades amazônicas, como a Marajoara.

O argumento de Pierre Clastres (2017) sobre sociedades com e sem Estado, mas que confrontam momentos diferentes em termos de tecnologias, ou seja, “ a história pós-colombiana na América apresenta o caso de populações de agricultores sedentários que, ob o efeito de uma revolução técnica...preferiram abandonar a agricultura para se dedicarem de

maneira quase exclusiva a caça...” (p.176), o que implicou em mudanças nas formas de deslocamentos.

Ambos os autores demonstram o quanto há diversidade de sociedades e seus modos de existência cultural e econômica e ao mesmo tempo, como o gigantesco processo de constituição de sociedades e suas economias, como no capitalismo e socialismo em certa medida interferiram e interferem em inúmeras outras formas de sociedades.

Godelier de certa maneira expõe uma perspectiva antropológica a aparentemente pouco difundida, a do marxismo e antropologia. Uma alternativa teórica real de possibilidades de estudos sobre inúmeras questões sociais. Creio que suas próprias palavras esclarecem essa dimensão de escolha científica.

Ser marxista em Antropologia significa muito mais do que ser um professor de Antropologia. É necessário fazer algo, praticar a Antropologia para além de certos conchavos acadêmicos, de certos guetos universitários. Por exemplo, não se trata tanto de estudar os bascos ou os árabes, mas sim de estudar com os bascos e com os árabes os problemas que eles se colocam. Essa é uma mudança a qual a Antropologia está obrigada a cumprir: não estudar os homens como objetos, mas sim estudar seus problemas com eles como sujeitos que são. E essa é uma mudança difícil, pois muitos antropólogos preferiram seguir escrevendo livros sobre os bascos e os árabes sem se comprometer. (Godelier, 2018, p. 183)

### **Referências Bibliográficas**

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Ubu editora, 2017.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade e do Estado*. São Paulo: Centauro 2002.

GODELIER, Maurice. *O Enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GODELIER, Maurice. *Antropologia econômica*. In: *Antropologia: ciência das sociedades primitivas*. Lisboa: Edições 70, 1971.

GODELIER, Maurice. *Objeto y método em antropologia econô-*

mica. *Ideyas e Valores: Revista del departamento de filosofia e humanidades de la facultade de ciências humanas de la Universidad Nacional*, 1969.

GODELIER, Maurice. *Lo ideal y lo material: Pensamiento, economias, sociedade*. Madrid: Taurus Humanidades, 1989.

GODELIER, Maurice. *Racionalidade e Irracionalidade em Economia*. Madrid: Século XXI, 1974.

GODELIER, Maurice. *Ser Marxista em Antropologia*. *Revista Práxis Comunal*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 179-187. jan./dez. 2018.

HEGEL, W. Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

MARX, Karl. *As Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MARX, Karl. *O capital*. Livro I: o processo de produção do capital. Vol. 2, 5ª d. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980.

MEZÁROS, István. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

## **Sobre as e os autores**

### **Alessandra do Amaral Sales**

Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. E-mail: ale\_sales.3@hotmail.com

### **Ana Cláudia Ferreira Olímpio**

Graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pós-Graduada em Psicopedagogia, pela UFAM. Mestra em Ensino das Ciências Ambientais pelo PROFCIAMB polo UFAM. Professora do Ensino Fundamental da SEDUC-AM. Técnica em Assuntos Educacionais e Coordenadora Geral de Ensino no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), Campus Tabatinga.

### **Antônio Carlos Batista de Souza (org.)**

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Docente de Geografia do Instituto Federal do Amazonas - IFAM Campus Manaus Centro. Doutorando do Programa em Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

### **Armando Clovis**

Professor da Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Graduado em Economia. Mestre em Desenvolvimento Sustentável.

### **Camila Marques Maton**

Bacharel em Ciências Sociais na Universidade Federal do Piauí (UFPI) em 2011 e Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente concluído em 2015 na mesma instituição. camilamatonn@yahoo.com.br

## **Edivânia dos Santos Schropfer**

Graduada em Agronomia pela Universidade Federal de Lavras–UFLA, MG. Mestre em Agronomia, área de concentração Irrigação e Drenagem, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho–UNESP, Botucatu/SP. Doutora em Agronomia, pela Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz–ESALQ/USP, Piracicaba/SP. Professora Associada da Universidade Federal do Amazonas–UFAM–Manaus/AM, atuando na área de Recursos Hídricos, Hidráulica, Irrigação e Drenagem, Hidrologia e Manejo de Bacias Hidrográficas.

## **Gercicley Rodrigues dos Santos**

Engenheira Ambiental. Colaboradora do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia – NEPECAB. E-mail: gercy\_clei@hotmail.com

## **Guilherme Gitahy de Figueiredo**

É professor do curso de Pedagogia e do PPG Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas. Durante a graduação em Ciências Sociais (1997) e Antropologia (2002) na Unicamp, mestrado em Ciência Política (2003) da mesma universidade, e no Programa de Formação de Quadros Profissionais do CEBRAP (2001), passou cerca de 10 anos pesquisando o Exército Zapatista da Libertação Nacional e participando das atividades da rádio Muda, rádio livre que existia em Campinas. O principal fruto foi a publicação do livro “A guerra é o espetáculo” (2006), através de edital da FAPESP e editora Rima. Durante 15 anos de docência na Universidade do Estado do Amazonas de Tefé (Amazonas) e como estudante no doutorado em Antropologia Social no Museu Nacional da UFRJ, realizou trabalhos de educação popular com rádio que se tornaram tema da tese “Uma etnografia dialógica da rádio

Xibé e suas redes” (2015). Em 2018 ajudou a organizar o livro “Reinvenções do rádio”, que discute o tema sob a ótica da tecnologia, educação e participação, publicado na editora Alexa Cultural. Em 2020 concluiu o pós-doutorado no PPG de Estudos Antrópicos da Amazônia da UFPA, com o projeto “Tecendo redes interculturais na(s) Amazônia(s)”. Temas de pesquisa: antropologia da mídia, antropologia do colonialismo, antropologia da educação, educomunicação. E-mail: gfigueiredo@uea.edu.br

### **Iraildes Caldas Torres**

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. E-mail: iraildes.caldas@gmail.com

### **José Lino do Nascimento Marinho**

Doutorando em fase de qualificação do Programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – Linha 1 de pesquisa – Sistemas Simbólicos e Manifestações Socioculturais na Amazônia), pesquisa e escreve nas áreas de memória, imaginário e subjetividade.

### **Kamilla Loureiro**

Professora da UNINORTE. Graduada em Economia. Mestre em sociedade e cultura pela UFAM.

### **Leonor Farias Abreu**

Professora Assistente da Universidade Federal do Amazonas-UFAM/Instituto de Natureza e Cultura-INC, lotada no Curso de Administração. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia-PPGSCA/UFAM. Mestre em Engenharia de Produção-UFSC. Graduada em Administração e em Economia.

### **Lílian Freire Noronha**

Artista Visual com Mestrado em Ensino Tecnológico e Especialista em Educação, ambos, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), no qual, também, é servidora pública federal. Possui vínculo com a Faculdade de Artes (FAARTES) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Desenvolve pesquisas no campo das Artes Visuais com ênfase na Formação de Professores e Inclusão Educacional. Emails: lilian.ifam@gmail.com e lilian\_noronha.pho

### **Lúcia Helena Pinheiro Martins**

Graduada em Agronomia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Manaus, AM. Mestre em Ciências Biológicas, área de concentração em Botânica, pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA e UFAM, Manaus. Doutora em Agronomia Tropical, área de concentração Produção Vegetal, pela Universidade Federal do Amazonas, Manaus. Pesquisadora do Núcleo de Etnoecologia na Amazônia Brasileira – NET-NO/UFAM.

### **Lupuna Corrêa de Souza**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA/UFAM. Email: lupunasouza6@gmail.com

### **Ismael da Silva Negreiros (foto capa)**

Mestre em Antropologia Social e Cultural pelo Programa de Pós- Graduação em Antropologia – PPGant da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. Especialista em Educação, Saúde e Saberes Tradicionais pela Universidade do Estado do Amazonas, Centro de Estudos Superiores de Tabatinga – CEST/UEA, Grupo de Pesquisa Educação e Diversidade Amazônica

– GPEDA. Bacharel em Antropologia pela Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Natureza e Cultura – INC/UFAM. Membro do Observatório da Educação do Campo – OBECAS/INC/UFAM.

### **Michel Justamand (Org.)**

Pós-Doutor em História, Doutor em Ciências Sociais/Antropologia, Mestre em Comunicação e Semiótica, Bacharel e Licenciado em História, todos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP; Licenciado em Pedagogia pela UniNove/SP; Pós-Doutor em Arqueologia Pré-Histórica pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Pós-Doutor em Sociedade e Cultura pela Universidade Federal da Bahia – UFBA; Professor Associado 1 do Curso de História da Arte da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP; e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: micheljustamand@yahoo.com.br

### **Miriam Aline Coelho Rosa da Silva**

Graduação em Letras-espanhol pelo Instituto Federal de Roraima (IFRR); Pós-graduada em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Língua Estrangeira pela UNINTER. Possui mestrado em Ensino de Ciências Ambientais pelo PROF-CIAMB pelo UFAM. Atualmente é professora de espanhol do IFAM, campus Tabatinga.

### **Nelson Matos de Noronha**

Professor Titular do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Atua como Professor e Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, no Programa de Pós-graduação de Sociologia e no Programa de Pós-graduação de Filosofia (PROF-

-FILO) os três da UFAM. Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, com estágio doutoral em Filosofia na École Normale Supérieure de Paris. Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP

### **Patrícia Teixeira Santos**

Professora de História da África do Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo. Pesquisadora colaboradora do Centro de Investiação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (CITCEM- Universidade do Porto). Possui graduação em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (1994), mestrado (2000) e doutorado em História (2005) pela Universidade Federal Fluminense. No Doutorado foi bolsista do Programa PDEE CAPES na Università degli Studi di Padova (2003). Bolsista do Programma Hermés da Fondarion Maison Sciences del’Homme - Paris - Pós Doutorado em Estudos Africanos no Centre d’Étude d’Afrique Noire- Sciences Politiques/ Univ Bordeaux (2010). Pós-Doutorado estágio SENIOR CAPES em História da África na Università degli Studi di Padova (2015) e pesquisadora do LAM (Laboratoire Les Afriques dans le Monde- Sciences Politiques Bordeaux). De 2011 a 2015 foi membro da coordenação do grupo internacional de pesquisa Missões e identidades entre África e Portugal do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Coordenadora do grupo de pesquisa Saberes, Práticas, Ensino de História da África e do Brasil em perspectiva sul. Bolsista Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora do CNPq de 2012 a 2015. Tem experiência de pesquisas e orientação nas seguintes áreas: História da África, África contemporânea, Religião e Sociedade na África contemporânea, Islã na África, Catolicismo e história das pastorais sociais afro-descendentes, religiões espiritualistas, Umbanda e Kardecismo no campo religioso brasileiro e Educação e Diversidade Cultural. Atualmente, convidada a ser pesquisadora

colaboradora, em regime voluntário, do Departamento de Estudos Africanos da Universidade de Dehli. Email: patriciauni-fesp@hotmail.com <http://lattes.cnpq.br/5205163871513241>

### **Ronald Rosa de Lima**

Mestre em Ciências e Meio Ambiente – UFPA. ITEGAM-UFPA. E-mail: ronaldrlima123@hotmail.com

### **Sidney Barata de Aguiar**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UFAM. Professor das redes públicas de educação do município de Manaus e do estado do Amazonas. E-mail: sidneybaratadeaguiar@gmail.com

### **Sarah Ewellin da Silva Ribas**

Bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Amazonas. Email: sarahribas6@gmail.com Contato: (92) 98410-5927

### **Thamirez Lutaif**

Graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2016) e mestra em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2018). Endereço eletrônico: thamirezlutaif@gmail.com

### **Tharcísio Santiago Cruz (org.)**

Professor de sociologia do Instituto de Natureza e Cultura-INC/UFAM e doutorando do Programa de Pós-graduação em antropologia Social-PPGAS/UFAM.

**Vitor Luiz Alves (poesia)**

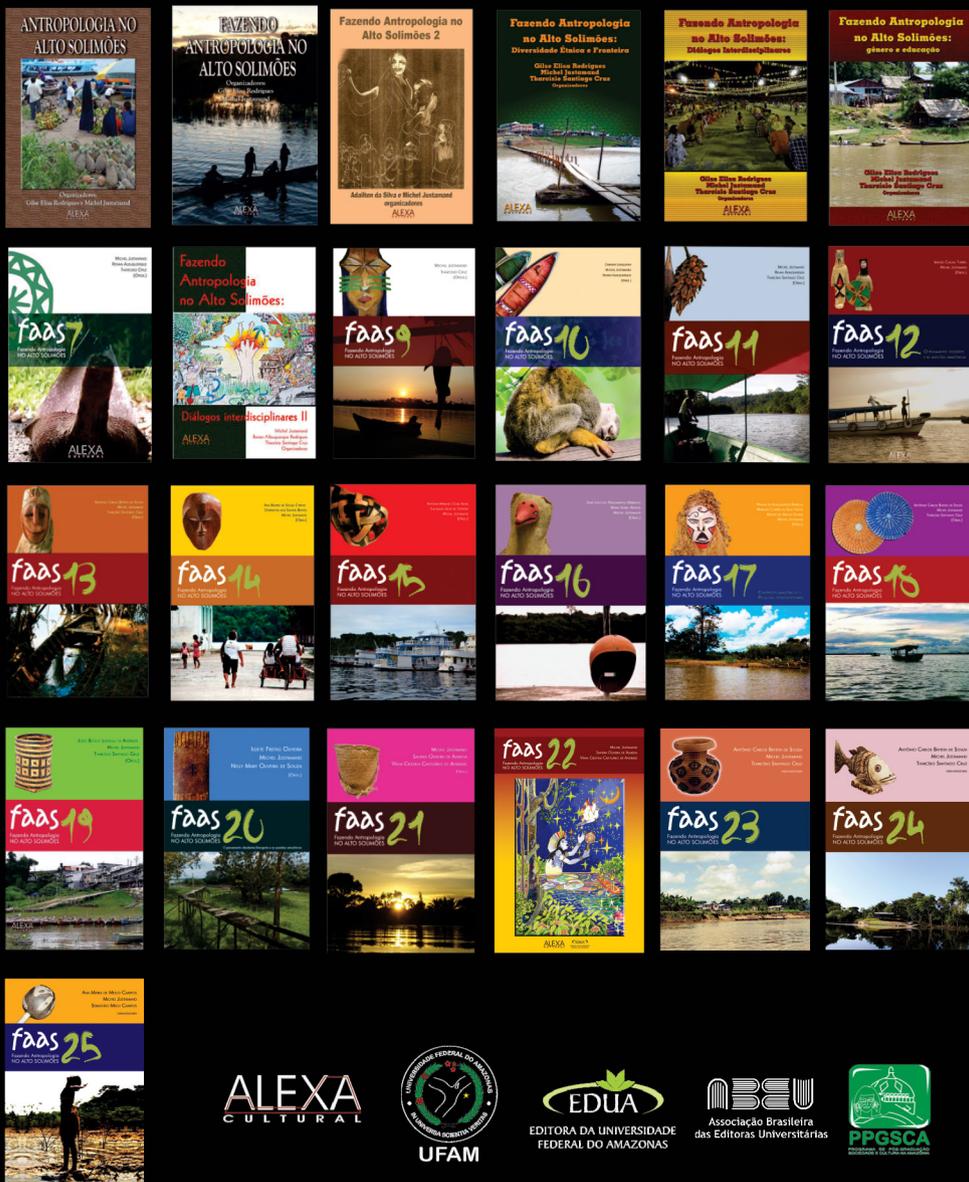
Filho de Roseneide Silva Alves e Walter Luiz Alves; Contador do Capão Redondo – SP; e Trabalha prestando serviços na ONG – Gerando Falcão



# Coleção FAAS

## Fazendo Antropologia no Alto Solimões

Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand



ALEXA  
CULTURAL



EDUA  
EDITORA DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO AMAZONAS

ABEU  
Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias



ISBN - 978-65-87643-24-3



9 786587 643243